

Boletim do Trabalho e Emprego

6

1.^A SÉRIE

Propriedade: Ministério do Trabalho e da Solidariedade
Edição: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento
Centro de Informação e Documentação Económica e Social

Preço (IVA incluído 5%)
€ 4,31 — 864\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^A SÉRIE	LISBOA	VOL. 68	N.º 6	P. 253-324	15-FEVEREIRO-2001
-----------------	-----------------------	--------	---------	-------	------------	-------------------

	Pág.
Regulamentação do trabalho	255
Organizações do trabalho	310
Informação sobre trabalho e emprego

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

— GRALPE — Sociedade Industrial de Granitos de Alpendurada, L. ^{da} — Autorização de laboração contínua	255
— LABOPLASTE — Plásticos para Laboratório, L. ^{da} — Autorização de laboração contínua	255

Portarias de regulamentação do trabalho:

...

Portarias de extensão:

— PE das alterações do CCT entre a AIC — Assoc. Industrial de Cristalaria e o CESP — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal	256
— PE das alterações do CCT entre a AIC — Assoc. Industrial de Cristalaria e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra	256
— Aviso para PE do CCT entre a UIPSS — União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e a FENPROF — Feder. Nacional dos Professores e outros	257
— Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa da Hospitalização Privada e a FESAHT — Feder. dos Sind. da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e da alteração salarial do CCT entre a mesma associação patronal e o SEP — Sind. dos Enfermeiros Portugueses	257

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a UIPSS — União das Instituições de Solidariedade Social e a FENPROF — Feder. Nacional dos Professores e outros	258
— CCT entre a Assoc. Portuguesa de Têxteis e Vestuário e outras e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outros — Alteração salarial e outras	305
— AE entre a COVINA — Companhia Vidreira Nacional, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços e outros — Alteração salarial e outras	306
— AE entre S. S. G. P. — Vidro Automóvel, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços e outros — Alteração salarial e outras	308

Organizações do trabalho:

Associações sindicais:

I — Estatutos:

- ASOSI — Assoc. Sócio-Sindical dos Trabalhadores de Electricidade da Região Centro, que passa a denominar-se ASOSI — Assoc. Sindical dos Trabalhadores do Sector Energético e Telecomunicações — Alteração 310
- Sind. dos Engenheiros da Marinha Mercante — SEMM — Alteração 311
- Sind. dos Bancários do Norte — Rectificação 311

II — Corpos gerentes:

- Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes e Ofícios Correlativos do Dist. de Santarém 312
- ASOSI — Assoc. Sócio-Sindical dos Trabalhadores de Electricidade da Região Centro 312
- Sind. Independente dos Correios de Portugal — SINCOR 313

Associações patronais:

I — Estatutos:

- Assoc. da Imprensa não Diária, que passa a denominar-se HIND — Associação Portuguesa de Imprensa — Alteração 314
- Confederação das Organizações Representativas da Pesca Artesanal — Associações e Organizações de Produtores — Alteração 318

II — Corpos gerentes:

...

Comissões de trabalhadores:

I — Estatutos:

- Colgate-Palmolive, S. A. — Alteração 319

II — Identificação:

- Colgate — Palmolive, S. A. 323
- Valdemar dos Santos, L.^{da} 323
- Sociedade Investimentos e Imobiliários, S. A. (Hotel Ritz) 324
- CTT — Correios de Portugal — Subcomissão 324
- CTT — Subcomissão de Trabalhadores de Sacavém (substituições) 324
- Portugal Telecom (substituições) 324

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.



REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

GRALPE — Sociedade Industrial de Granitos de Alpendurada, L.^{da} — Autorização de laboração contínua.

A empresa GRALPE — Sociedade Industrial de Granitos de Alpendurada, L.^{da}, com sede no lugar da Recta, Alpendurada, 4630 Marco de Canaveses, requereu autorização para laborar continuamente nas suas instalações sitas no lugar da sede.

A actividade que prossegue está subordinada, do ponto de vista laboral, à disciplina do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a AIPGN — Associação Indústria Pedra do Norte e a FNSCMMGRA — Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 12/82, e subsequentes alterações.

A requerente fundamenta o pedido em razões de ordem técnica e económica, designadamente com a necessidade de rentabilizar o investimento avultado que fez na aquisição de novo equipamento — máquinas dotadas de tecnologia avançada — totalmente automáticas, programáveis, laborando sem a intervenção de qualquer funcionário e com capacidade para trabalharem em contínuo vinte e quatro horas por dia. Este regime implicará ainda a criação de novos postos de trabalho, particularmente para os sectores de preparação do granito a serrar e de acabamento e embalagem do mesmo.

Quanto às declarações de concordância dos trabalhadores abrangidos pelo regime requerido, é de assinalar que não existem, visto a entidade patronal não ter necessidade de afectar qualquer trabalhador para este novo regime de laboração, pois as máquinas funcionam automaticamente.

Assim, e considerando:

- 1) Que não existe comissão de trabalhadores constituída na empresa;
- 2) Que o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável não veda o regime pretendido;
- 3) Que se comprovam os fundamentos aduzidos pela empresa:

Nestes termos, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, é determinado o seguinte:

É autorizada a empresa GRALPE — Sociedade Industrial de Granitos de Alpendurada, L.^{da}, a laborar continuamente nas suas instalações sitas no lugar da Recta, Alpendurada, Marco de Canaveses.

Ministérios da Economia e do Trabalho e da Solidariedade, 26 de Janeiro de 2001. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, *Vitor Manuel da Silva Santos*. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedrosa*.

LABOPLASTE — Plásticos para Laboratório, L.^{da} — Autorização de laboração contínua

A empresa LABOPLASTE — Plásticos para Laboratório, L.^{da}, com sede na Rua do Patrocínio, 63, 7.º, B, 1300 Lisboa, requereu autorização para laborar continuamente nas suas instalações na Quinta da Salmoira, lote 598, Vila Amélia, Cabanas 2950 Palmela.

A actividade que prossegue está subordinada, do ponto de vista laboral, à disciplina do contrato colectivo de trabalho para a indústria química, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 28, de 29 de Julho de 1977, e subsequentes alterações.

A requerente fundamenta o pedido em razões de ordem económica e técnica, uma vez que prevê para o final do ano um significativo aumento do volume de encomendas e só deste modo lhe será possível responder atempadamente aos pedidos dos seus clientes que, em grande parte, são empresas multinacionais, além de criar novos postos de trabalho.

Quanto às declarações de concordância dos trabalhadores abrangidos pelo regime requerido, é de assinalar que não existem, visto que os trabalhadores a afectar a este regime somente serão contratados caso seja autorizada a laboração nos moldes requeridos, relativamente aos quais será oportunamente solicitada a sua concordância.

Assim, e considerando:

- 1) Que não existe comissão de trabalhadores constituída na empresa;
- 2) Que o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável não veda o regime pretendido;
- 3) Que se comprovam os fundamentos aduzidos pela empresa:

Nestes termos, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, é determinado o seguinte:

É autorizada a empresa LABOPLASTE — Plásticos para Laboratório, L.^{da}, a laborar continuamente nas suas instalações sitas na Quinta da Salmoira, lote 598, Vila Amélia, Cabanas, 2950 Palmela.

Ministérios da Economia e do Trabalho e da Solidariedade, 25 de Janeiro de 2001. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, *Vitor Manuel da Silva Santos*. — O Secretário de Estado do Trabalho e Formação, *Paulo José Fernandes Pedrosa*.

PORTARIAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

...

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações do CCT entre a AIC — Assoc. Industrial de Cristalaria e o CESP — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a AIC — Associação Industrial de Cristalaria e o CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 31, de 22 de Agosto de 2000, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho, na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 46, de 15 de Dezembro de 2000, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a AIC — Associação Industrial de Cristalaria e o CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 31, de 22 de Agosto de 2000, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não filiados na associação sindical outorgante.

2 — São excluídas do âmbito da presente portaria as relações de trabalho abrangidas quer pelo CCT entre a AIC — Associação Industrial de Cristalaria e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 22, de 15 de Junho de 2000, quer pela respectiva PE.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Outubro de 2000, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até quatro prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 31 de Janeiro de 2001. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Paulo José Fernandes Pedroso*, Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

PE das alterações do CCT entre a AIC — Assoc. Industrial de Cristalaria e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra.

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a AIC — Associação Industrial de Cristalaria e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 22, de 15 de Junho de 2000, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em conta que a exten-

são de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 46, de 15 de Dezembro de 2000, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a AIC — Associação Industrial de Cristalaria e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de 15 de Junho de 2000, são estendidas no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidade patronais não filiadas na associação patronal outorgante, que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — São excepcionadas da extensão referida nas alíneas anteriores as relações de trabalho entre as entidades patronais que no distrito de Leiria prossigam a actividade regulada e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas no CCT celebrado entre a mesma associação patronal e o CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 2000, não filiados em sindicatos inscritos nas federações sindicais outorgantes da convenção ora estendida.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Maio de 2000, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até nove prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 31 de Janeiro de 2001. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Paulo José Fernandes Pedroso*, Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

Aviso para PE do CCT entre a UIPSS — União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e a FENPROF — Feder. Nacional dos Professores e outros.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho entre a UIPSS — União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e a FENPROF — Federação Nacional dos Professores e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 6, de 15 de Fevereiro de 2001.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre as instituições particulares de solidariedade social não filiadas na União outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre instituições particulares de solidariedade social filiadas na União outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais outorgantes.

Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Portuguesa da Hospitalização Privada e a FESAHT — Feder. dos Sind. da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e da alteração salarial do CCT entre a mesma associação patronal e o SEP — Sind. dos Enfermeiros Portugueses.

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho entre a Associação Portuguesa da Hospitalização Privada e a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e da alteração salarial do contrato colectivo de trabalho entre a mesma associação patronal e o SEP — Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Novembro de 2000.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do preceito e diploma aludidos, tornará as disposições constantes das convenções extensivas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a UIPSS — União das Instituições de Solidariedade Social e a FENPROF — Feder. Nacional dos Professores e outros.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Âmbito de aplicação

A presente convenção regula as relações de trabalho entre as instituições particulares de solidariedade social representadas pela UIPSS — União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes, sendo aplicável em todo o território nacional, com excepção da Região Autónoma dos Açores.

Cláusula 2.^a

Vigência

1 — A presente convenção entra em vigor nos termos da lei.

2 — As tabelas salariais vigoram por um período máximo de 12 meses.

3 — O disposto nas cláusulas 59.^a, 60.^a e 61.^a têm efeito retroactivo a 1 de Janeiro de 2000.

CAPÍTULO II

Admissão e carreiras profissionais Disposições gerais

Cláusula 3.^a

Condições de admissão

1 — São condições gerais de admissão:

1.1 — Idade mínima não inferior a 16 anos;

1.2 — Escolaridade obrigatória.

2 — São condições específicas de admissão as discriminadas no anexo II.

3 — Para o preenchimento de lugares nas instituições será dada preferência:

- a) Aos trabalhadores já em serviço, a fim de lhes proporcionar a promoção e melhoria das suas condições de trabalho, desde que esses trabalhadores reúnam os requisitos necessários para o efeito;
- b) Aos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida que, possuindo as habilitações mínimas exigidas, possam desempenhar a respectiva função.

Cláusula 4.^a

Categorias e carreiras profissionais

1 — Os trabalhadores abrangidos pela presente convenção serão obrigatoriamente classificados segundo as funções efectivamente desempenhadas nas profissões e categorias profissionais constantes do anexo I.

2 — As carreiras profissionais dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção são regulamentadas no anexo II.

3 — A fixação de períodos de exercício profissional para efeitos de progressão na carreira não impede que as instituições promovam os seus trabalhadores antes do seu decurso.

4 — Para efeitos de qualificação de serviço deverão as instituições ter em conta, nomeadamente, a competência, as habilitações profissionais e académicas, o zelo e a dedicação ao trabalho, a assiduidade e a antiguidade na carreira e na instituição.

Cláusula 5.^a

Enquadramento e níveis de qualificação

As profissões previstas na presente convenção são enquadradas em níveis de qualificação de acordo com o anexo III.

Cláusula 6.^a

Período experimental

1 — Durante o período experimental, salvo acordo escrito em contrário, qualquer das partes pode rescindir o contrato sem aviso prévio e sem necessidade de invocação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização.

2 — O período experimental corresponde ao período inicial de execução do contrato e tem a seguinte duração:

- a) 60 dias para a generalidade dos trabalhadores ou, se a instituição tiver 20 ou menos trabalhadores, 90 dias;
- b) 180 dias para o pessoal de direcção e quadros superiores da instituição, bem como para os trabalhadores que exerçam cargos de complexidade técnica, elevado grau de responsabilidade ou funções de confiança.

3 — Salvo acordo em contrário, durante os primeiros 30 dias da execução do contrato a termo qualquer das partes pode rescindir sem aviso prévio nem invocação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização.

4 — O prazo previsto no número anterior é reduzido a 15 dias no caso do contrato a termo não superior a seis meses e no caso de contratos a termo incerto cuja duração se preveja não vir a ser superior àquele limite.

5 — A admissão do trabalhador considerar-se-á feita por tempo indeterminado, não havendo lugar a período experimental, quando o trabalhador haja sido convidado para integrar o quadro de pessoal da instituição, tendo para isso, com conhecimento prévio da instituição, revogado ou rescindido qualquer contrato de trabalho anterior.

Cláusula 7.^a

Contratos a termo

A celebração de contratos a termo rege-se pela legislação em vigor a cada momento na matéria.

Cláusula 8.^a

Prestação pelo trabalhador de actividades compreendidas ou não no objecto do contrato

1 — O trabalhador deve, em princípio, exercer uma actividade correspondente à categoria para que foi contratado.

2 — A entidade patronal pode encarregar o trabalhador de desempenhar outras actividades para as quais tenha qualificação e capacidade e que tenham afinidade ou ligação funcional com as que correspondem à sua função normal, ainda que não compreendidas na definição da categoria respectiva.

3 — O disposto no número anterior só é aplicável se o desempenho da função normal se mantiver como actividade principal do trabalhador, não podendo, em caso algum, as actividades exercidas acessoriamente determinar a sua desvalorização profissional ou a diminuição da sua retribuição.

4 — O disposto nos dois números anteriores deve ser articulado com a formação e a valorização profissional.

5 — No caso de às actividades acessoriamente exercidas corresponder retribuição mais elevada, o trabalhador terá direito a esta e, após seis meses de exercício efectivo e ininterrupto dessas actividades, terá direito a reclassificação, a qual só poderá ocorrer mediante o seu acordo.

6 — Em caso de reclassificação, o trabalhador fica obrigado ao desempenho das funções anteriormente exercidas.

7 — Salvo estipulação em contrário, a entidade patronal pode, quando o interesse da instituição o exija, encarregar temporariamente o trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do contrato, desde que tal mudança não implique diminuição na retribuição nem modificação substancial da posição do trabalhador.

8 — Quando aos serviços temporariamente desempenhados, nos termos do número anterior, corresponder um tratamento mais favorável, o trabalhador terá direito a esse tratamento.

CAPÍTULO III

Direitos, deveres e garantia das partes

Cláusula 9.^a

Deveres da entidade patronal

São deveres da entidade patronal:

- a) Cumprir o disposto no presente contrato e na legislação de trabalho aplicável;

- b) Proporcionar aos trabalhadores boas condições de trabalho e cumprir as normas de higiene, segurança e protecção da saúde;
- c) Pagar pontualmente a retribuição;
- d) Indemnizar o trabalhador dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo transferir a respectiva responsabilidade para uma seguradora;
- e) Promover e facilitar, sem prejuízo do normal funcionamento da instituição, o acesso a cursos de formação, reciclagem e ou aperfeiçoamento que sejam de reconhecido interesse;
- f) Passar certificados de tempo de serviço, conforme a legislação em vigor;
- g) Proporcionar aos trabalhadores as condições necessária à realização de exame médico anual.

Cláusula 10.^a

Deveres dos trabalhadores

São deveres dos trabalhadores:

- a) Observar o disposto no contrato de trabalho e nas disposições legais e convencionais que o regem;
- b) Respeitar e tratar com urbanidade a entidade patronal, seus representantes e utentes, superiores hierárquicos, companheiros de trabalho e as demais pessoas que estejam ou entrem em relação com a instituição;
- c) Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade e exercer com zelo e dedicação o trabalho que lhes seja confiado;
- d) Obedecer à entidade patronal, seus representantes e aos responsáveis hierarquicamente superiores em tudo quanto respeite à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que as respectivas ordens ou instruções se mostrem contrárias aos seus direitos e garantias;
- e) Guardar lealdade à entidade patronal, designadamente não divulgando informações relativas à instituição ou aos seus utentes, salvo no cumprimento de obrigação legalmente instituída;
- f) Zelar pela preservação e uso adequado de bens, instalações e equipamentos da entidade patronal ou dos seus utentes;
- g) Contribuir para a optimização da qualidade dos serviços prestados pela instituição e para a melhoria do respectivo funcionamento, designadamente participando com empenho nas acções de formação que lhe forem proporcionadas pela entidade patronal;
- h) Zelar pela sua segurança e saúde, submetendo-se, nomeadamente, ao exame médico anual e aos exames ocasionais promovidos pela entidade patronal;

Cláusula 11.^a

Garantia dos trabalhadores

É vedado à entidade patronal:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos ou aplicar-lhe sanções por causa desse mesmo exercício;
- b) Exercer pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de influir desfavoravelmente nas suas próprias condições de trabalho ou nas dos respectivos colegas;

- c) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos pela instituição ou por pessoas por ela indicadas;
- d) Diminuir a retribuição ou baixar a categoria profissional dos trabalhadores, salvo nos casos legal ou contratualmente previstos;
- e) Desrespeitar os princípios deontológicos e os limites da autonomia técnica no exercício profissional aos trabalhadores a quem legalmente tal seja reconhecido;
- f) Ofender a honra e dignidade profissional do trabalhador, devendo, designadamente, abster-se de advertir, admoestar ou censurar publicamente o trabalhador;
- g) Interferir na actividade sindical dos trabalhadores ao seu serviço, desde que esta se desenvolva nos termos da lei;
- h) Explorar com fins lucrativos quaisquer cantinas, refeitórios, economatos ou outros estabelecimentos para fornecimento de bens ou prestação de serviços aos seus trabalhadores;
- i) Despedir e readmitir um trabalhador, mesmo com o seu acordo, havendo o propósito de o prejudicar em direito ou garantias já adquiridos.

Cláusula 12.^a

Direito à actividade sindical na instituição

O exercício do direito de desenvolver actividade sindical no interior da instituição é regulado pelas normas legais em vigor a cada momento na matéria.

Cláusula 13.^a

Direito à greve

O exercício do direito à greve é regulado pelas normas legais em vigor a cada momento na matéria.

CAPÍTULO IV

Local de trabalho

Cláusula 14.^a

Local do trabalho

1 — Por local de trabalho entende-se o lugar onde habitualmente deve ser realizada a prestação de trabalho.

2 — Na falta de indicação expressa, considera-se local de trabalho o que resultar da natureza da actividade do trabalhador e da necessidade da instituição que tenha levado à sua admissão, desde que aquela fosse ou devesse ser conhecida do trabalhador.

Cláusula 15.^a

Trabalhador com local de trabalho não fixo

1 — Nos casos em que o trabalhador exerça a sua actividade indistintamente em diversos lugares, terá direito ao pagamento das despesas e à compensação de todos os encargos directamente decorrentes daquela situação, contando como tempo de serviço efectivo o tempo normal de deslocação.

2 — Em alternativa ao disposto no número anterior, podem a entidade patronal e o trabalhador acordar qualquer outro regime de pagamento de despesas ou da compensação dos encargos emergentes da deslocação.

Cláusula 16.^a

Deslocações

1 — A realização transitória da prestação de trabalho fora do local de trabalho designa-se por deslocação.

2 — Consideram-se deslocações com regresso diário à residência aquelas em que o período de tempo despendido, incluindo a prestação de trabalho e as viagens impostas pela deslocação, não ultrapasse em mais de duas horas o período normal de trabalho, acrescido do tempo consumido nas viagens habituais.

3 — Consideram-se deslocações sem regresso diário à residência as não previstas no número anterior, salvo se o trabalhador optar pelo regresso à residência, caso em que será aplicável o regime estabelecido para as deslocações com regresso diário à mesma.

Cláusula 17.^a

Deslocações com regresso diário à residência

1 — Os trabalhadores deslocados nos termos do n.º 2 da cláusula anterior terão direito:

- a) Ao pagamento das despesas de transporte de ida e volta ou à garantia de transporte gratuito fornecido pela instituição, na parte que vá além do percurso usual entre a residência do trabalhador e o seu local habitual de trabalho;
- b) Ao fornecimento ou pagamento das refeições consoante as horas ocupadas, podendo a entidade patronal exigir documento comprovativo da despesa efectuada para efeito de reembolso;
- c) Ao pagamento da retribuição equivalente ao período que decorrer entre a saída e o regresso à residência, deduzido do tempo habitualmente gasto nas viagens de ida e regresso do local de trabalho.

2 — Os limites máximos do montante do reembolso da alínea b) do número anterior serão previamente acordados entre os trabalhadores e a entidade patronal, observando-se critérios de razoabilidade.

Cláusula 18.^a

Deslocações sem regresso diário à residência

O trabalhador deslocado sem regresso diário à residência tem direito:

- a) Ao pagamento ou fornecimento integral da alimentação e do alojamento;
- b) Ao transporte gratuito ou reembolso das despesas de transporte realizadas nos termos previamente acordados com a entidade patronal;
- c) Ao pagamento de um subsídio correspondente a 20% da retribuição diária.

Cláusula 19.^a

Transferência

1 — Por transferência entende-se a mudança definitiva do local de trabalho.

2 — A entidade patronal, salvo estipulação em contrário, só pode transferir o trabalhador para outro local de trabalho se essa transferência não causar prejuízo sério ao trabalhador ou se resultar da mudança, total ou parcial, do equipamento ou serviço onde aquele presta actividade.

3 — No caso previsto no n.º 2, o trabalhador, querendo rescindir o contrato, tem direito à indemnização legalmente fixada, salvo se a entidade patronal provar que da mudança não resulta prejuízo sério para o trabalhador.

4 — A entidade patronal custeará sempre as despesas feitas pelo trabalhador directamente impostas pela transferência.

5 — A transferência do trabalhador entre os serviços ou equipamentos da mesma instituição não afecta a respectiva antiguidade, contando para todos os efeitos a data de admissão na instituição.

CAPÍTULO V

Duração do trabalho

Cláusula 20.^a

Horário normal de trabalho

1 — Os limites máximos dos períodos normais de trabalho dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção são os seguintes:

- a) Trinta e seis horas — para médicos, psicólogos e sociólogos, trabalhadores com funções técnicas e trabalhadores sociais;
- b) Trinta e oito horas — para trabalhadores administrativos, de enfermagem, de reabilitação de emprego protegido, de serviços complementares de diagnóstico e terapêutica, trabalhadores de apoio, auxiliares de educação e perfeitos;
- c) Para os restantes trabalhadores, o horário de trabalho semanal é de quarenta horas.

2 — São salvaguardados os períodos normais de trabalho com menor duração praticados à data da entrada em vigor da presente convenção.

Cláusula 21.^a

Fixação do horário do trabalho

1 — Compete às entidades patronais estabelecer os horários de trabalho, dentro dos condicionalismos da lei e do presente contrato.

2 — Sempre que tal considerem adequado ao respectivo funcionamento, as instituições deverão desenvolver os horários de trabalho em cinco dias semanais, entre segunda-feira e sexta-feira.

3 — Na elaboração dos horários de trabalho devem ser ponderadas as preferências manifestadas pelos trabalhadores.

Cláusula 22.^a

Horário normal de trabalho dos trabalhadores com funções pedagógicas

1 — Para os trabalhadores com funções pedagógicas, o período normal de trabalho semanal é o seguinte:

- a) Educador de infância — trinta e seis horas, sendo trinta horas destinadas a trabalho directo com as crianças e as restantes a outras actividades, incluindo estas a sua preparação e desenvolvimento e ainda as reuniões, nomeadamente, de atendimento das famílias;
- b) Professor do 1.º ciclo do ensino básico — vinte e cinco horas lectivas semanais e três horas para coordenação;
- c) Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico — vinte e duas horas lectivas semanais, mais quatro horas mensais destinadas a reuniões;
- d) Professor do ensino secundário — vinte horas lectivas semanais mais quatro horas mensais destinadas a reuniões;
- e) Professor do ensino especial — vinte e duas horas lectivas semanais, acrescidas de três horas semanais exclusivamente destinadas à preparação de aulas.

2 — O tempo de serviço prestado, desde que implique permanência obrigatória na escola para além dos limites previstos no número anterior, com a excepção das reuniões de avaliação, do serviço de exames e de uma reunião trimestral com encarregados de educação será pago como trabalho suplementar.

3 — O número anterior não se aplica aos educadores de infância, aos quais será pago como trabalho suplementar todo o tempo de serviço prestado que implique permanência na escola para além do previsto no n.º 1 da alínea a) da presente cláusula.

Cláusula 23.^a

Particularidades do regime de organização do trabalho dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário

1 — Aos docentes supra-referenciados será assegurado, em cada ano lectivo, um período de trabalho lectivo semanal igual àquele que hajam praticado no ano lectivo imediatamente anterior.

2 — A garantia assegurada no número anterior poderá ser reduzida quanto aos professores com número de horas de trabalho semanal superior aos mínimos dos períodos normais de trabalho definidos, mas o período normal de trabalho semanal assegurado não poderá ser inferior a este limite.

3 — Quando não for possível assegurar a um destes docentes o período de trabalho lectivo semanal que tiver desenvolvido no ano anterior, em consequência, designadamente, da alteração do currículo ou da diminuição do tempo de docência de uma disciplina, ser-lhe-á assegurado, se nisso manifestar interesse, o mesmo número de horas de trabalho semanal que no ano transacto, sendo as horas excedentes da sua actividade normal aplicadas em actividades técnico-pedagógicas a determinar pela instituição.

4 — Salvo acordo em contrário, o horário dos referenciados docentes, uma vez atribuído, manter-se-á inalterado até à conclusão do ano escolar.

5 — Nos casos em que se verifique a necessidade de redução do número de horas de docência, os professores a que a presente cláusula se reporta deverão completar o seu horário normal de trabalho mediante o desempenho das actividades técnico-pedagógicas definidas pela direcção da instituição.

6 — No preenchimento das necessidades de docência, devem as instituições dar preferência aos professores com horário de trabalho a tempo parcial, desde que estes possuam os requisitos legais exigidos.

Cláusula 24.^a

Regras quanto à elaboração dos horários dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário

1 — A organização do horário dos professores será a que resultar da elaboração dos horários das aulas, tendo-se em conta as exigências do ensino, as disposições aplicáveis e a consulta aos professores nos casos de horário incompleto.

2 — Salvo acordo em contrário, os horários de trabalho dos docentes a que a presente cláusula se reporta deverão ser organizados por forma a impedir que os mesmos sejam sujeitos a intervalos sem aulas que excedam uma hora diária, até ao máximo de duas horas semanais.

3 — Sempre que se mostrem ultrapassados os limites fixados no número anterior, considerar-se-á como tempo efectivo de serviço o período correspondente aos intervalos registados, sendo que o docente deverá nesses períodos desempenhar as actividades técnico-pedagógicas indicadas pela direcção da instituição.

4 — Haverá lugar à redução do horário de trabalho dos docentes em referência sempre que seja invocada e comprovada a necessidade de cumprimento de imposições legais ou de obrigações voluntariamente contraídas antes do início do ano lectivo, desde que conhecidas da entidade patronal, de harmonia com as necessidades de serviço.

5 — A instituição não poderá impor ao professor um horário normal de trabalho que ocupe os três períodos de aulas (manhã, tarde e noite) ou que contenha mais de cinco horas de aulas seguidas ou de sete interpoladas.

6 — Os professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não poderão ter um horário lectivo superior a trinta e três horas, ainda que lecionem em mais de um estabelecimento de ensino.

7 — O não cumprimento do disposto no número anterior constitui justa causa de rescisão de contrato quando se dever à prestação de falsas declarações ou à não declaração de acumulação pelo professor.

Cláusula 25.^a

Redução de horário lectivo para docentes com funções especiais

1 — O horário lectivo dos docentes referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1 da cláusula 22.^a será reduzido num mínimo de duas horas semanais, sempre que

desempenhem funções de direcção de turma ou coordenação pedagógica (delegados de nível ou disciplina ou outras).

2 — As horas de redução referidas no número anterior fazem parte do horário normal de trabalho, não podendo ser consideradas como trabalho suplementar, salvo e na medida em que resultar excedido o limite de vinte e cinco horas semanais.

Cláusula 26.^a

Trabalho a tempo parcial

1 — É admitido o trabalho a tempo parcial, designadamente nos casos em que se verifique:

- a) A necessidade de assegurar a continuidade de serviços que não possam ser interrompidos;
- b) Solicitação de trabalhador, já admitido, no sentido de reduzir o seu período de normal trabalho.

2 — Nos casos previstos na alínea b) do número anterior, a passagem ao regime de trabalho em tempo parcial deverá ser feita por acordo estabelecido entre o trabalhador e a instituição, reduzido a escrito.

3 — A retribuição dos trabalhadores em regime de tempo parcial não poderá ser inferior à fracção de regime de trabalho em tempo completo correspondente ao período de trabalho ajustado.

Cláusula 27.^a

Isenção de horário de trabalho

1 — Poderão ser isentos de horários de trabalho, mediante requerimento das entidades empregadoras, os trabalhadores que se encontrem nas seguintes situações:

- a) Exercício de cargos de direcção, de confiança ou de fiscalização;
- b) Execução de trabalhos preparatórios ou complementares que pela sua natureza só possam ser efectuados fora dos limites dos horários normais de trabalho;
- c) Exercício regular da actividade fora do serviço ou equipamento, sem controlo imediato por parte da hierarquia.

2 — Os requerimentos de isenção de horário de trabalho, dirigidos aos serviços competentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, serão acompanhados de declaração de concordância dos trabalhadores, bem como dos documentos que sejam necessários para comprovar os factos alegados.

3 — Os trabalhadores isentos de horário de trabalho não estão sujeitos aos limites mínimos dos períodos normais de trabalho, mas a isenção não prejudica o direito aos dias de descanso semanal, aos feriados obrigatórios e aos dias e meios dias de descanso semanal complementar.

4 — Os trabalhadores isentos de horário de trabalho têm direito à remuneração especial prevista na cláusula 53.^a

Cláusula 28.^a

Intervalo do descanso

1 — O período de trabalho diário deverá ser interrompido por um intervalo de duração não inferior a uma hora nem superior a duas, de modo que os trabalhadores no prestem mais de cinco horas de trabalho consecutivo.

2 — Para os motoristas, ajudantes de acção educativa e outros trabalhadores de apoio adstritos ao serviço de transporte de utentes e para os trabalhadores com profissões ligadas a tarefas de hotelaria poderá ser estabelecido um intervalo de duração superior a duas horas.

3 — Salvo disposição legal em contrário, por acordo entre a instituição e os trabalhadores, pode ser estabelecida a dispensa ou a redução dos intervalos de descanso.

Cláusula 29.^a

Trabalho suplementar

1 — Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado fora do horário normal de trabalho.

2 — Os trabalhadores estão obrigados à prestação de trabalho suplementar, salvo quando, havendo motivos atendíveis, expressamente solicitem a sua dispensa.

3 — Não estão sujeitas à obrigação estabelecida no número anterior as seguintes categorias de trabalhadores:

- a) Mulheres grávidas ou com filhos com idade inferior a um ano;
- b) Menores.

4 — O trabalho suplementar só pode ser prestado quando as instituições tenham de fazer face a acréscimos eventuais de trabalho que não justifiquem a admissão de trabalhador, bem assim como em casos de força maior ou quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para a instituição ou para a sua viabilidade.

5 — Quando o trabalhador tiver prestado trabalho suplementar na sequência do seu período normal de trabalho, não deverá reiniciar a respectiva actividade antes que tenham decorrido, pelo menos, dez horas.

6 — A instituição fica obrigada a indemnizar o trabalhador por todos os encargos decorrentes do trabalho suplementar, designadamente os que resultem de necessidades especiais de transporte ou alimentação.

7 — O trabalho prestado em cada dia de descanso semanal ou feriado não poderá exceder o período de trabalho normal.

Cláusula 30.^a

Descanso compensatório

1 — Nas instituições com mais de 10 trabalhadores, a prestação de trabalho suplementar em dia útil, em dia de descanso complementar e em dia feriado confere ao trabalhador o direito a um descanso compensatório remunerado, correspondente a 25% das horas de trabalho suplementar realizado.

2 — O descanso compensatório vence-se quando perfizer um número de horas igual ao período normal de trabalho diário e deve ser gozado nos 90 dias seguintes.

3 — Nos casos de prestação de trabalho em dias de descanso semanal obrigatório, o trabalhador terá direito a um dia de descanso compensatório remunerado, a gozar num dos três dias úteis seguintes.

4 — Na falta de acordo, o dia de descanso compensatório será fixado pela instituição.

5 — Por acordo entre o empregador e o trabalhador, quando o descanso compensatório for devido por trabalho suplementar não prestado em dias de descanso semanal, obrigatório ou complementar, pode o mesmo ser substituído pelo pagamento da remuneração correspondente com acréscimo não inferior a 100 %.

Cláusula 31.^a

Trabalho nocturno

1 — Considera-se nocturno o trabalho prestado no período que decorre entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia imediato.

2 — Considera-se também trabalho nocturno aquele que for prestado depois das 7 horas, desde que em prolongamento de um período nocturno.

Cláusula 32.^a

Trabalho por turnos rotativos

1 — Sempre que as necessidades de serviço o determinarem, as instituições podem organizar a prestação do trabalho em regime de turnos rotativos.

2 — Apenas é considerado trabalho em regime de turnos rotativos aquele em que o trabalhador fica sujeito à variação contínua ou descontínua dos seus períodos de trabalho pelas diferentes partes do dia.

3 — Os turnos deverão, na medida do possível, ser organizados de acordo com os interesses e as preferências manifestados pelos trabalhadores.

4 — A duração de trabalho de cada turno não pode ultrapassar os limites máximos dos períodos normais de trabalho.

5 — O pessoal só poderá ser mudado de turno após o dia de descanso semanal.

6 — A prestação de trabalho em regime de turnos rotativos confere ao trabalhador o direito a um especial complemento de retribuição, salvo nos casos em que a rotação se mostre directa e reconhecidamente ligada aos interesses dos trabalhadores e desde que a duração dos turnos seja fixada por períodos não inferiores a quatro meses.

Cláusula 33.^a

Jornada contínua

Os trabalhadores podem trabalhar em jornada contínua, tendo direito a um intervalo de trinta minutos para refeição dentro do próprio estabelecimento ou serviço, que será considerado como trabalho efectivamente prestado.

CAPÍTULO VI

Suspensão da prestação de trabalho

Cláusula 34.^a

Descanso semanal

1 — O dia de descanso semanal obrigatório coincide com o domingo.

2 — Pode deixar de coincidir com o domingo o dia de descanso semanal dos trabalhadores necessários para assegurar o normal funcionamento da instituição.

3 — Nos casos previstos no número anterior, a instituição assegurará aos seus trabalhadores o gozo do dia de repouso semanal ao domingo, no mínimo, de sete em sete semanas.

4 — Para além do dia de descanso semanal obrigatório e dos dias feriados, consideram-se dias ou meios dias de descanso complementar todos aqueles em que não esteja prevista a execução de trabalho nos mapas de horário de trabalho.

5 — O dia de descanso semanal obrigatório e o dia de descanso complementar serão consecutivos, pelo menos, uma vez de sete em sete semanas.

Cláusula 35.^a

Feriados

1 — Deverão ser observados como feriados obrigatórios os dias 1 de Janeiro, terça-feira de Carnaval, Sexta-Feira Santa, 25 de Abril, 1 de Maio, Corpo de Deus (festa móvel), 10 de Junho, 15 de Agosto, 5 de Outubro, 1 de Novembro, 1 de Dezembro, 8 de Dezembro, 25 de Dezembro e o feriado municipal.

2 — O feriado de sexta-feira Santa poderá ser observado em outro dia com significado local no período da Páscoa.

3 — Em substituição do feriado municipal ou da terça-feira de Carnaval poderá ser observado, a título de feriado, qualquer outro dia em que acordem a instituição e os trabalhadores.

Cláusula 36.^a

Férias

1 — O direito a férias dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção regula-se pela lei geral.

2 — O período anual de férias é de 22 dias úteis.

3 — As instituições deverão elaborar o mapa de férias dos seus trabalhadores até ao dia 1 de Março de cada ano e mantê-lo afixado desde esta data até 31 de Outubro.

Cláusula 37.^a

Marcação das férias

1 — A marcação do período de férias deve ser feita por mútuo acordo entre a entidade patronal e o trabalhador.

2 — Na falta de acordo, cabe à entidade patronal a marcação das férias entre o dia 1 de Maio e 31 de Outubro.

3 — A entidade patronal pode marcar as férias dos trabalhadores da agricultura para os períodos de menor actividade agrícola.

Cláusula 38.^a

Férias dos trabalhadores contratados a termo

1 — Os trabalhadores admitidos por contrato a termo cuja duração, inicial ou renovada, não atinja um ano têm direito a um período de férias equivalente a dois dias úteis por cada mês completo de serviço.

2 — Para efeitos da determinação do mês completo de serviço devem contar-se todos os dias, seguidos ou interpolados, em que foi prestado o trabalho.

Cláusula 39.^a

Férias e impedimento prolongado

1 — No ano da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado, respeitante ao trabalhador, caso se verifique a impossibilidade total ou parcial do gozo do direito a férias já vencido, o trabalhador terá direito à retribuição correspondente ao período de férias não gozado e respectivo subsídio.

2 — No ano da cessação do impedimento prolongado, o trabalhador tem direito, após a prestação de três meses de efectivo serviço, a um período de férias e respectivo subsídio equivalente aos que teriam vencido em 1 de Janeiro desse ano se tivesse estado ininterruptamente ao serviço.

3 — No caso de sobrevir o termo do ano civil antes de decorrido o prazo referido no número anterior ou de gozado o direito de férias, pode o trabalhador usufruí-lo até 30 de Abril do ano civil subsequente, excepto se se verificar a cessação do contrato de trabalho.

Cláusula 40.^a

Faltas — Definição

1 — Falta é a ausência do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado.

2 — As faltas podem ser justificadas e injustificadas.

3 — No caso de ausência do trabalhador por períodos inferiores ao período normal de trabalho a que está obrigado, os respectivos tempos serão adicionados para determinação dos períodos normais de trabalho diário em falta.

4 — O período de ausência a considerar no caso de um trabalhador docente não comparecer a uma reunião de presença obrigatória é de duas horas.

5 — Relativamente aos trabalhadores docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário será tido como um dia de falta a ausência ao serviço por quatro horas lectivas seguidas ou interpoladas.

6 — O regime previsto no número anterior não se aplica aos docentes com horário incompleto, relativa-

mente aos quais se contará um dia de falta quando o número de horas lectivas de ausência perfizer a resultado da divisão do número de horas lectivas semanais por 5.

7 — São também consideradas faltas as provenientes da recusa infundada de participação, durante o período normal de trabalho, em acções de formação.

Cláusula 41.^a

Faltas justificadas

1 — São consideradas faltas justificadas:

- a) As dadas por altura do casamento do trabalhador, até 11 dias seguidos, excluindo os dias de descanso intercorrentes;
- b) As dadas até cinco dias consecutivos por falecimento de cônjuge não separado de pessoas e bens, ou outras pessoas equiparadas a cônjuge ou de parente ou afim no 1.º grau da linha recta (pais e filhos, mesmo que adoptivos, enteados, padrastos, madrastras, sogros, genros e noras);
- c) As dadas até dois dias consecutivos por falecimento de outro parente ou afim da linha recta ou do 2.º grau da linha colateral (avós e bisavós, netos e bisnetos, irmãos e cunhados) e de outras pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com o trabalhador;
- d) As motivadas pela prática de actos necessários e inadiáveis no exercício de funções em associações sindicais ou instituições de previdência e na qualidade de delegado sindical ou de membro de comissão de trabalhadores;
- e) As motivadas pela impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente nos casos de:
 - 1) Doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais;
 - 2) Prestação de assistência inadiável a membros do seu agregado familiar;
 - 3) Detenção ou prisão preventiva, caso se não venha a verificar decisão condenatória;
- f) As dadas pelo período adequado à dádiva de sangue;
- g) As dadas ao abrigo do regime jurídico do trabalhador-estudante;
- h) As dadas ao abrigo do regime jurídico do voluntário social;
- i) A prévia ou posteriormente autorizadas pela entidade patronal.

2 — No caso de o trabalhador ter prestado já o 1.º período de trabalho aquando do conhecimento dos motivos considerados nas alíneas b) e c) do n.º 1 desta cláusula, o período de faltas a considerar só começa a contar a partir do dia seguinte.

Cláusula 42.^a

Faltas injustificadas

Salvo disposição em contrário, são consideradas injustificadas as faltas que se não encontrem previstas na cláusula anterior.

Cláusula 43.^a

Comunicação e prova sobre as faltas justificadas

1 — As faltas justificadas, quando previsíveis, serão obrigatoriamente comunicadas à entidade patronal com a antecedência mínima de cinco dias.

2 — Quando imprevistas, as faltas justificadas serão obrigatoriamente comunicadas à entidade patronal logo que possível.

3 — O não cumprimento do disposto nos números anteriores torna as faltas injustificadas.

4 — A entidade patronal pode, em qualquer caso de falta justificada, exigir ao trabalhador prova dos factos invocados para a justificação.

5 — As associações signatárias da presente convenção elaborarão em conjunto um modelo de impresso, de utilização facultativa, relativo à comunicação de faltas e respectivo recibo, bem como à decisão que sobre as mesmas possa recair, o qual, logo que disponível, será distribuído gratuitamente aos trabalhadores interessados.

Cláusula 44.^a

Efeitos das faltas justificadas

1 — As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Determinam a perda de retribuição as seguintes faltas, ainda que justificadas:

- a) Dadas nos casos previstos na cláusula 41.^a, n.º 1, alínea d), na parte em que excedem o crédito horário legalmente concedido;
- b) Dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador tenha direito ao subsídio de previdência respectivo;
- c) Dadas por motivo de acidente no trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;
- d) Dadas nos casos previstos no n.º 3) da alínea e) do n.º 1 da cláusula 41.^a;
- e) Dadas nos casos previstos na cláusula 41.^a, n.º 1, alínea i), sempre que a instituição assim o decida e comunique ao trabalhador, quando se tratar de faltas previamente autorizadas.

Cláusula 45.^a

Efeitos das faltas injustificadas

1 — As faltas injustificadas determinam sempre a perda de retribuição correspondente ao período de ausência, o qual será descontado, para todos os efeitos, na antiguidade do trabalhador.

2 — Tratando-se de faltas injustificadas a um ou meio período normal de trabalho diário, o período de ausência a considerar para os efeitos do número anterior abrangerá os dias ou meios dias de descanso ou feriados imediatamente anteriores ou posteriores ao dia ou dias de falta.

3 — Incorre em infracção disciplinar grave todo o trabalhador que:

- a) Faltar injustificadamente com alegação de motivo de justificação comprovadamente falso;
- b) Faltar injustificadamente durante três dias consecutivos ou seis interpolados no período de um ano civil.

4 — No caso de a apresentação do trabalhador para início ou reinício da prestação de trabalho se verificar com atraso injustificado superior a trinta ou sessenta minutos, pode a entidade patronal recusar a aceitação da prestação durante parte ou todo o período normal de trabalho, respectivamente.

5 — Sem prejuízo, designadamente, do efeito disciplinar inerente à injustificação de faltas, exceptuam-se do disposto no número anterior os trabalhadores docentes.

Cláusula 46.^a

Licença sem retribuição

1 — As instituições podem atribuir ao trabalhador, a pedido deste, licença sem retribuição.

2 — O pedido deverá ser formulado por escrito, nele se expondo os motivos que justificam a atribuição da licença.

3 — A resposta deverá ser dada igualmente por escrito nos 30 dias úteis seguintes ao recebimento do pedido.

4 — A ausência de resposta dentro do prazo previsto no número anterior equivale a aceitação do pedido.

5 — O período de licença sem retribuição conta-se para efeitos de antiguidade.

6 — Durante o mesmo período cessam os direitos, deveres e garantias das partes, na medida em que suponham a efectiva prestação de trabalho.

7 — O trabalhador beneficiário da licença sem retribuição mantém o direito ao lugar.

8 — Terminado o período de licença sem retribuição, o trabalhador deve apresentar-se ao serviço.

Cláusula 47.^a

Licença sem retribuição para formação

1 — Sem prejuízo do disposto em legislação especial, o trabalhador tem direito a licenças sem retribuição de longa duração para frequência de cursos de formação ministrado sob a responsabilidade de uma instituição de ensino ou de formação profissional ou no âmbito de programa específico aprovado por autoridade competente e executado sob o seu controlo pedagógico ou de cursos ministrados em estabelecimentos de ensino.

2 — A instituição pode recusar a concessão da licença prevista no número anterior nas seguintes situações:

- a) Quando ao trabalhador tenha sido proporcionada formação profissional adequada ou licença para o mesmo fim nos últimos 24 meses;
- b) Quando a antiguidade do trabalhador na instituição seja inferior a três anos;

- c) Quando o trabalhador não tenha requerido a licença com antecedência mínima de 90 dias em relação à data do seu início;
- d) Quando a instituição tenha um número de trabalhadores não superior a 20 e não seja possível a substituição adequada do trabalhador, caso necessário;
- e) Para além das situações referidas nas alíneas anteriores, tratando-se de trabalhadores incluídos em níveis de qualificação de direcção, de chefia, quadros ou pessoal qualificado, quando não seja possível a substituição dos mesmos durante o período de licença sem prejuízo sério para o funcionamento da instituição.

3 — Considera-se de longa duração a licença não inferior a 60 dias.

Cláusula 48.^a

Suspensão do contrato de trabalho

A suspensão do contrato de trabalho por impedimento respeitante à entidade patronal ou ao trabalhador rege-se pelas normas legais em vigor a cada momento na matéria.

CAPÍTULO VII

Remuneração do trabalho

Cláusula 49.^a

Enquadramento em níveis de remuneração

As profissões e categorias profissionais previstas na presente convenção são enquadradas em níveis de remuneração de acordo com o anexo IV.

Cláusula 50.^a

Remunerações mínimas mensais

A todos os trabalhadores abrangidos pela presente convenção são asseguradas as remunerações mínimas mensais constantes do anexo V.

Cláusula 51.^a

Remuneração horária

1 — O valor da remuneração horária é determinado pela seguinte forma:

$$\frac{RM \times 12}{52 \times n}$$

sendo *RM* o valor da remuneração mensal e *n* o período de trabalho semanal a que o trabalhador estiver obrigado.

2 — Relativamente aos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e aos professores do ensino secundário, o período de trabalho a considerar para efeitos de determinação da remuneração horária é o correspondente, apenas, ao número de horas lectivas semanais estabelecido para o sector em que o docente se integra.

Cláusula 52.^a

Compensações e descontos no montante das remunerações

1 — Sobre o montante das remunerações mínimas previstas no anexo v podem incidir as seguintes deduções:

- a) Valor da remuneração em géneros e da alimentação, desde que usualmente praticadas na região ou na instituição e cuja prestação seja devida por força do contrato de trabalho e com natureza de retribuição;
- b) Valor do alojamento prestado pela entidade patronal devido por força do contrato de trabalho e com natureza de retribuição.

2 — As prestações em alimentação e géneros alimentícios, em alojamento e em outros géneros referidos no número anterior não poderão ser avaliadas segundo preços superiores aos correntes na região.

3 — Os valores máximos a atribuir à alimentação e géneros alimentícios, ao alojamento e aos outros géneros referidos no n.º 1 desta base não poderão ultrapassar, respectivamente, 40%, 9% e 1% da remuneração mínima fixada no anexo v para o nível xvi.

4 — O disposto nos números anteriores não é aplicável aos trabalhadores que, no interesse da instituição, devam nela permanecer nos períodos das refeições e ou durante a noite, aos quais será fornecida alimentação e ou alojamento gratuitos.

Cláusula 53.^a

Retribuição especial para os trabalhadores isentos de horário de trabalho

Os trabalhadores isentos do horário de trabalho têm direito a uma remuneração especial, no mínimo, igual a 20% da retribuição mensal.

Cláusula 54.^a

Remuneração do trabalho suplementar

1 — O trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho será remunerado com os seguintes acréscimos mínimos:

- a) 50% da retribuição normal na primeira hora;
- b) 75% da retribuição normal nas horas ou fracções seguintes.

2 — O trabalho suplementar prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado será remunerado com o acréscimo mínimo de 100% da retribuição normal.

3 — Não é exigível o pagamento de trabalho suplementar cuja prestação não tenha sido prévia e expressamente determinada pela instituição.

Cláusula 55.^a

Retribuição de trabalho por turno

1 — A prestação de trabalho em regime de turnos rotativos confere direito aos seguintes complementos

de retribuição, calculados com base na retribuição mensal efectiva:

- a) Em regime de dois turnos em que apenas um seja total ou parcialmente nocturno — 15%;
- b) Em regime de três turnos ou de dois turnos total ou parcialmente nocturnos — 25%.

2 — O complemento de retribuição previsto no número anterior inclui o acréscimo de retribuição pelo trabalho nocturno prestado em regime de turnos.

Cláusula 56.^a

Remuneração do trabalho nocturno

A retribuição do trabalho nocturno será superior em 25% à retribuição a que dá direito o trabalho equivalente prestado durante o dia.

Cláusula 57.^a

Remuneração durante as férias

1 — A retribuição correspondente ao período de férias não pode ser inferior à que os trabalhadores receberiam se estivessem em serviço efectivo e deve ser paga antes do início daquele período.

2 — Além da retribuição mencionada no número anterior, os trabalhadores abrangidos pela presente convenção têm direito a um subsídio de férias de montante igual ao dessa retribuição.

Cláusula 58.^a

Subsídio de Natal

1 — Todos os trabalhadores abrangidos por esta convenção têm direito a um subsídio de Natal de montante igual ao da retribuição mensal.

2 — Os trabalhadores que no ano de admissão não tenham concluído um ano de serviço terão direito a tantos duodécimos daquele subsídio quantos os meses de serviço que completarem até 31 de Dezembro desse ano.

3 — Suspendendo-se o contrato de trabalho por impedimento prolongado do trabalhador, este terá direito:

- a) No ano de suspensão, a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses completos de serviço prestado nesse ano;
- b) No ano de regresso à prestação de trabalho, a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses completos de serviço até 31 de Dezembro, a contar da data de regresso.

4 — Cessando o contrato de trabalho, a entidade patronal pagará ao trabalhador a parte de um subsídio de Natal proporcional ao número de meses completos de serviço no ano da cessação.

5 — O subsídio de Natal será pago até 30 de Novembro de cada ano, salvo no caso da cessação do contrato de trabalho, em que o pagamento se efectuará na data da cessação referida.

Cláusula 59.^a

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores que prestem serviço em regime de tempo completo têm direito a uma diuturnidade de valor de 3100\$ por cada cinco anos de serviço, até ao limite de cinco diuturnidades.

2 — Os trabalhadores que prestem serviço em regime de horário parcial têm direito às diuturnidades vencidas à data do exercício de funções naquele regime e às que vierem a vencer-se nos termos previstos no número seguinte.

3 — O trabalho prestado a tempo parcial contará proporcionalmente para efeitos de atribuição de diuturnidades.

4 — São salvaguardadas as diuturnidades de montante superior ao previsto no n.º 1.

Cláusula 60.^a

Abono para falhas

1 — O trabalhador que no desempenho das suas funções tenha responsabilidade efectiva de caixa, funções de guarda, manuseamento ou transporte de valores tem direito a um abono mensal para falhas no valor de 4500\$.

2 — Se o trabalhador referido no número for substituído no desempenho das respectivas funções o abono para falhas reverterá para o substituto na proporção do tempo de substituição.

Cláusula 61.^a

Refeição

1 — Os trabalhadores têm direito ao fornecimento de uma refeição principal por cada dia completo de trabalho.

2 — Em alternativa ao efectivo fornecimento de refeições, as instituições podem atribuir ao trabalhador uma compensação monetária no montante de 375\$ por cada dia completo de trabalho.

3 — Ressalvados os casos de alteração anormal de circunstâncias, não é aplicável o disposto no número anterior às instituições cujos equipamentos venham já garantindo o cumprimento em espécie do direito consagrado no n.º 1 desta cláusula.

4 — Aos trabalhadores com horário incompleto será devida a refeição ou a compensação monetária quando o horário se distribuir por dois períodos diários ou quando tiverem quatro horas de trabalho no mesmo período do dia.

CAPÍTULO VIII

Condições especiais de trabalho

Cláusula 62.^a

Protecção da maternidade e paternidade

São assegurados aos trabalhadores os direitos conferidos pela lei geral para protecção da maternidade e da paternidade, designadamente os que se transcrevem nas cláusulas seguintes.

Cláusula 63.^a

Protecção da segurança e saúde

As trabalhadoras puérperas, grávidas e lactantes têm direito às especiais condições de segurança e saúde nos locais de trabalho previstas no artigo 21.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril.

Cláusula 64.^a

Licença por maternidade

1 — A mulher trabalhadora tem direito a uma licença por maternidade de 120 dias consecutivos, 90 dos quais, necessariamente, a seguir ao parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto.

2 — Nos casos de nascimentos múltiplos, o período de licença previsto no número anterior é acrescido de 30 dias por cada gemelar além do primeiro.

3 — Em caso de aborto, a mulher tem direito a licença com a duração mínima de 14 dias e máxima de 30 dias.

4 — É obrigatório o gozo de pelo menos, seis semanas de licença por maternidade a seguir ao parto.

Cláusula 65.^a

Licença por paternidade

O pai tem direito a uma licença de cinco dias úteis, seguidos ou interpolados, no 1.º mês a seguir ao nascimento do filho.

Cláusula 66.^a

Adopção

1 — Em caso de adopção de menor de 15 anos, o trabalhador tem direito a 100 dias consecutivos de licença para o respectivo acompanhamento.

2 — Se ambos os cônjuges forem trabalhadores, o direito referido no número anterior pode ser exercido por qualquer dos membros do casal, integralmente ou por ambos, em tempo parcial ou sucessivamente, conforme decisão conjunta.

Cláusula 67.^a

Dispensas para consultas e amamentação

1 — As trabalhadoras grávidas têm direito a dispensa de trabalho para se deslocarem a consultas pré-natais pelo tempo e número de vezes necessários e justificados.

2 — A mãe que, comprovadamente, amamenta o filho tem direito a ser dispensada em cada dia de trabalho por dois períodos distintos de duração máxima de uma hora para o cumprimento dessa missão, durante todo o tempo que durar a amamentação.

3 — No caso de não haver lugar à amamentação, a mãe ou o pai trabalhador tem direito, por decisão conjunta, à dispensa referida no número anterior até o filho perfazer um ano.

4 — O direito à dispensa do trabalho nos termos desta cláusula efectiva-se sem a perda de remuneração e de quaisquer regalias.

Cláusula 68.^a

Faltas para assistência a menores

1 — Os trabalhadores têm direito a faltar ao trabalho, até 30 dias por ano, para prestar assistência inadiável e imprescindível, em caso de doença ou acidente, a filhos, adoptados ou a enteados menores de 10 anos.

2 — Em caso de hospitalização, o direito a faltar estende-se ao período em que aquela durar, se se tratar de menores de 10 anos, mas não pode ser exercido simultaneamente pelo pai e pela mãe ou equiparados.

Cláusula 69.^a

Licença parental e licença especial para assistência a filho ou adoptado

1 — Para assistência a filho ou adoptado e até aos 6 anos de idade da criança, o pai e a mãe que não estejam impedidos ou inibidos totalmente de exercer o poder paternal têm direito, em alternativa:

- a) A licença parental de três meses;
- b) A trabalhar a tempo parcial durante seis meses, com um período normal de trabalho igual a metade do tempo completo.

2 — O pai e a mãe podem gozar qualquer dos direitos referidos no número anterior de modo consecutivo ou até três períodos interpolados, não sendo permitida a acumulação por um dos progenitores do direito do outro.

3 — Depois de esgotado qualquer dos direitos referidos nos números anteriores, o pai ou a mãe têm direito a licença especial para assistência a filho ou adoptado, de modo consecutivo ou interpolado, até ao limite de dois anos.

4 — No caso de nascimento de um terceiro filho ou mais, a licença prevista no número anterior pode ser prorrogável até três anos.

5 — O trabalhador tem direito a licença para assistência a filho de cônjuge ou de pessoa em união de facto que com este resida, nos termos da presente cláusula.

6 — O exercício dos direitos referidos nos números anteriores depende de aviso prévio dirigido à entidade patronal com antecedência de 30 dias relativamente ao início do período de licença ou de trabalho a tempo parcial.

7 — Em alternativa ao disposto no n.º 1, o pai e a mãe podem ter ausências interpoladas ao trabalho com duração igual aos períodos normais de trabalho de três meses.

Cláusula 70.^a

Dispensa de trabalho nocturno

1 — As trabalhadoras são dispensadas de prestar trabalho nocturno:

- a) Durante um período de 112 dias antes e depois do parto, dos quais pelo menos metade antes da data presumível do parto;

b) Durante o restante período da gravidez, se for apresentado certificado médico que ateste que tal é necessário para a sua saúde ou para a do nascituro;

c) Durante todo o tempo que durar a amamentação, se for apresentado certificado médico que ateste que tal é necessário para a sua saúde ou para a da criança.

2 — Às trabalhadoras dispensadas da prestação de trabalho nocturno será atribuído, sempre que possível, um horário de trabalho diurno compatível.

3 — As trabalhadoras serão dispensadas do trabalho sempre que não seja possível aplicar o disposto no número anterior.

Cláusula 71.^a

Regimes das licenças, faltas e dispensas

As licenças, faltas e dispensas previstas nas cláusulas 64.^a, 65.^a, 66.^a e 68.^a não determinam perda de quaisquer direitos e são consideradas, para todos os efeitos legais, salvo quanto à retribuição, como prestação efectiva de serviço.

Cláusula 72.^a

Regras específicas de organização dos tempos de trabalho por parte dos trabalhadores-estudantes

1 — As instituições devem elaborar horários de trabalho específicos para os trabalhadores-estudantes com flexibilidade ajustável à frequência das aulas e à inerente deslocação para os respectivos estabelecimentos de ensino.

2 — Quando não seja possível a aplicação do regime previsto no número anterior, o trabalhador-estudante será dispensado até seis horas semanais, sem perda de retribuição ou de qualquer outra regalia, se assim o exigir o respectivo horário escolar.

3 — A opção entre os regimes previstos nos números anteriores será objecto de acordo entre a instituição, os trabalhadores interessados e as suas estruturas representativas, por forma a conciliar os direitos dos trabalhadores-estudantes com o normal funcionamento da instituição.

4 — Salvo acordo em contrário, o período normal de trabalho de um trabalhador-estudante não pode ser superior a oito horas por dia e a quarenta horas por semana, no qual se inclui o trabalho suplementar, excepto se for prestado por casos de força maior.

5 — O trabalhador-estudante que preste serviço em regime de turnos tem os direitos conferidos nos números anteriores, desde que o ajustamento dos períodos de trabalho não seja totalmente incompatível com o funcionamento daquele regime.

6 — No caso de impossibilidade de aplicação do disposto no número anterior, o trabalhador tem direito de preferência de ocupação de postos de trabalho compatíveis com a sua aptidão profissional e com a possibilidade de participar nas aulas que se proponha frequentar.

Cláusula 73.^a

Particularidades do regime de prestação de trabalho por parte de trabalhadores-estudantes

1 — O trabalhador-estudante tem direito a ausentar-se, sem perda de vencimento ou de qualquer outra regalia, para prestação de provas de avaliação, nos seguintes termos:

- a) Até dois dias por cada prova de avaliação, sendo um o da realização da prova e o outro o imediatamente anterior, incluindo sábados, domingos e feriados;
- b) No caso de provas em dias consecutivos ou de mais de uma prova no mesmo dia, os dias anteriores serão tantos quantas as provas de avaliação a efectuar, aí se incluindo sábados, domingos e feriados;
- c) Os dias de ausência referidos nas alíneas anteriores não poderão exceder um máximo de quatro por disciplina.

2 — Consideram-se justificadas as faltas dadas pelos trabalhadores-estudantes na estrita medida das necessidades impostas pelas deslocações para prestar provas de avaliação.

3 — As entidades empregadoras podem exigir, a todo o tempo, prova da necessidade das referidas deslocações e do horário das provas de avaliação de conhecimentos.

4 — Para efeitos da aplicação dos números anteriores, consideram-se provas de avaliação todas as provas escritas e orais, incluindo exames, bem como a apresentação de trabalhos, quando estes as substituam.

5 — Os trabalhadores-estudantes têm direito a marcar as férias de acordo com as suas necessidades escolares, salvo se daí resultar comprovada incompatibilidade com o plano de férias da entidade empregadora.

6 — Os trabalhadores-estudantes têm direito ao gozo interpolado de 15 dias de férias à sua livre escolha, salvo no caso de incompatibilidade resultante do encerramento para férias da instituição.

7 — Em cada ano civil, os trabalhadores-estudantes podem utilizar, seguida ou interpoladamente, até 10 dias úteis de licença, com desconto no vencimento mas sem perda de qualquer outra regalia, desde que o requeiram nos seguintes termos:

- a) Com quarenta e oito horas de antecedência, no caso de pretender um dia de licença;
- b) Com oito dias de antecedência, no caso de pretender dois a cinco dias de licença;
- c) Com um mês de antecedência, caso pretenda mais de cinco dias de licença.

Cláusula 74.^a

Efeitos profissionais da valorização escolar

1 — Ao trabalhador-estudante devem ser proporcionadas oportunidades de promoção profissional adequada à valorização obtida por efeito de cursos ou conhecimentos adquiridos, não sendo, todavia, obrigatória a reclassificação profissional por simples obtenção desses cursos ou conhecimentos.

2 — Têm direito, em igualdade de condições, ao preenchimento de cargos para os quais se achem habilitados, por virtude dos cursos ou conhecimentos adquiridos, todos os trabalhadores que os tenham obtido na qualidade de trabalhador-estudante.

Cláusula 75.^a

Excesso de candidatos à frequência de cursos

Sempre que o número de pretensões formuladas por trabalhadores-estudantes no sentido de lhes ser aplicado o regime especial de organização de tempo de trabalho se revelar, manifesta e comprovadamente, comprometedor do funcionamento normal da instituição, fixar-se-á, por acordo entre esta, os interessados e as estruturas representativas dos trabalhadores o número e as condições em que serão deferidas as pretensões apresentadas.

Cláusula 76.^a

Trabalho de menores

1 — A entidade patronal deve proporcionar aos menores que se encontrem ao seu serviço condições de trabalho adequadas à sua idade, promovendo a respectiva formação pessoal e profissional prevenindo, de modo especial, quaisquer riscos para o respectivo desenvolvimento físico e psíquico.

2 — Os menores não podem ser obrigados à prestação de trabalho antes das 8 nem depois das 18 horas, no caso de frequentarem cursos nocturnos oficiais, oficializados ou equiparados, e antes das 7 e depois das 20 horas no caso de as não frequentarem.

CAPÍTULO IX

Cessação do contrato de trabalho

Cláusula 77.^a

Regime de cessação dos contratos de trabalho

A cessação do contrato de trabalho fica sujeita ao regime legal em vigor a cada momento.

CAPÍTULO X

Segurança social

Cláusula 78.^a

Segurança social — Princípios gerais

As entidades patronais e os trabalhadores ao seu serviço contribuirão para as instituições de segurança social que os abranjam nos termos dos respectivos estatutos e demais legislação aplicável.

Cláusula 79.^a

Invalidez

No caso de incapacidade parcial ou absoluta para o trabalho habitual proveniente de acidente de trabalho ou doenças profissionais ao serviço da entidade patronal, esta diligenciará conseguir a reconversão dos trabalhadores diminuídos para funções compatíveis com as diminuições verificadas.

CAPÍTULO XI

Comissão paritária

Cláusula 80.^a

Comissão paritária

1 — Até 30 dias após a entrada em vigor desta convenção, será constituída uma comissão paritária com a seguinte composição:

Três representantes da UIPSS;
Três representantes da associação sindical interessada.

1.1 — Será designado igual número de suplentes.

2 — Compete à comissão paritária prevista no número anterior:

- a) Interpretar e integrar o disposto na convenção;
- b) Criar profissões e categorias profissionais.

3 — A comissão paritária funcionará a pedido de qualquer dos seus membros, mediante convocatória a enviar aos restantes com a antecedência mínima de oito dias.

4 — A comissão paritária só pode funcionar com a presença de todos os seus membros.

5 — As deliberações da comissão paritária são tomadas por maioria, sendo proibidas as abstenções, e passarão a fazer parte integrante da presente convenção logo que publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

6 — A deliberação da comissão paritária que criar nova profissão deverá, respectivamente, proceder à definição de funções inerentes à profissão, ao seu enquadramento nos níveis de qualificação previstos no anexo III e determinar ainda a respectiva integração num dos níveis de remuneração constantes do anexo IV.

CAPÍTULO XII

Disposições finais

Cláusula 81.^a

Diuturnidades

1 — Relativamente aos anos de 1998 e de 1999, o valor de cada diuturnidade prevista na cláusula 59.^a é de 2900\$ e de 3000\$, respectivamente.

2 — Os valores referidos no número anterior têm efeito retroactivo ao dia 1 de Janeiro do ano a que respeitam.

Cláusula 82.^a

Abono para falhas

1 — Relativamente aos anos de 1998 e de 1999, o valor do abono para falhas previsto na cláusula 60.^a é de 3750\$ e de 4000\$, respectivamente.

2 — Os valores referidos no número anterior têm efeito retroactivo ao dia 1 de Janeiro do ano a que respeitam.

Cláusula 83.^a

Subsídio de alimentação

1 — Relativamente aos anos de 1998 e de 1999, o valor da compensação prevista no n.º 2 da cláusula 61.^a é de 250\$ e de 300\$, respectivamente.

2 — Os valores referidos no número anterior têm efeito retroactivo ao dia 1 de Janeiro do ano a que respeitam.

Cláusula 84.^a

Pagamento de diferenças salariais

As diferenças salariais verificadas entre as remunerações efectivamente auferidas e as que resultam da aplicação das tabelas constantes do anexo V da presente convenção serão pagas em seis prestações mensais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira no final do mês correspondente à publicação desta convenção.

ANEXO I

Definição de funções

Barbeiros e cabeleireiros

Barbeiro-cabeleireiro. — Executa corte de cabelos e barba, bem como penteados, permanentes e tinturas de cabelo.

Barbeiro. — Procede à lavagem da cabeça e executa corte de cabelo e barba.

Cabeleireiro. — Executa corte de cabelo, *mise-en-plis*, penteados e tinturas de cabelo.

Cobreadores

Cobrador. — Procede, fora da instituição, a recebimentos, pagamentos e depósitos, considerando-se-lhe equiparado o empregado de serviços externos.

Contínuos, guardas e porteiros

Contínuo. — Anuncia, acompanha e informa os visitantes; faz a entrega de mensagens e objectos inerentes ao serviço interno e estampilha e entrega correspondência, além de a distribuir pelos serviços a que é destinada; executa o serviço de reprodução de documentos e de endereçamentos e faz recados.

Guarda ou guarda rondista. — Assegura a defesa, vigilância e conservação das instalações e valores que lhe estejam confiados; regista entradas e saídas de pessoas, veículos e mercadorias.

Paquete. — É o trabalhador, menor de 18 anos, que presta unicamente os serviços referidos na definição de funções de contínuo.

Porteiro. — Atende os visitantes, informa-se das suas pretensões e anuncia-os ou indica-lhes os serviços a que se devem dirigir; vigia e controla entradas e saídas de utentes; recebe a correspondência e controla as entradas e saídas de mercadorias e veículos.

Electricistas

Ajudante. — É o electricista que completou a sua aprendizagem e coadjuva os oficiais enquanto não ascende à categoria de pré-oficial.

Aprendiz. — É o trabalhador que, sob a orientação permanente do oficial, faz a aprendizagem da profissão.

Chefe de equipa/oficial principal. — Executa as tarefas que exigem um nível de conhecimentos e polivalência superior ao exigível ao oficial electricista ou, executando as tarefas mais exigentes, dirige os trabalhos de um nível de electricistas; substitui o chefe de equipa nas suas ausências.

Encarregado. — Controla e coordena os serviços de um nível de profissionais electricistas nos locais de trabalho.

Oficial electricista. — Instala, conserva e prepara circuitos e aparelhagem eléctrica em habitações, estabelecimentos e outros locais, para o que lê e interpreta desenhos, esquemas e outras especificações técnicas.

Pré-oficial. — É o electricista que coadjuva os oficiais e que, em cooperação com eles, executa trabalhos de menor responsabilidade.

Fogoeiros

Fogoeiro-encarregado. — Superintende, coordena e executa o trabalho de fogoeiro, assegurando o funcionamento da instalação de vapor. É responsável pela manutenção e conservação do equipamento de vapor.

Fogoeiro. — Alimenta e conduz geradores de vapor, competindo-lhe, além do estabelecido pelo regulamento da profissão, a limpeza do tubular, fornalhas e condutas e providenciar pelo bom funcionamento de todos os acessórios, bem como pelas bombas de alimentação de água e combustível.

Chegador ou ajudante de fogoeiro. — Assegura o abastecimento de combustível para o gerador de vapor, de carregamento manual ou automático, e procede à limpeza do mesmo e da secção em que está instalado, sob a orientação e responsabilidade do fogoeiro.

Médicos

Director de serviços clínicos. — Organiza e dirige os serviços clínicos.

Médico de clínica geral. — Efectua exames médicos, requisita exames auxiliares de diagnóstico e faz diagnósticos; envia criteriosamente o doente para médicos especialistas, se necessário, para exames ou tratamentos específicos; institui terapêutica medicamentosa e outras adequadas às diferentes doenças, afecções e lesões do organismo; efectua pequenas intervenções cirúrgicas.

Médico especialista. — Desempenha as funções fundamentais do médico de clínica geral, mas especializa-se no tratamento de certo tipo de doenças ou num ramo particular de medicina, sendo designado em conformidade.

Psicólogo e sociólogos

Psicólogo. — Estuda o comportamento e os mecanismos mentais do homem e procede a investigações sobre problemas psicológicos em domínios tais como o fisiológico, social, pedagógico e patológico, utilizando técnicas específicas que, por vezes, elabora; analisa os pro-

blemas resultantes da interacção entre indivíduos, instituições e grupos; estuda todas as perturbações internas e relacionais que afectam o indivíduo; investiga os factores diferenciais quer biológicos, ambientais e pessoais do seu desenvolvimento, assim como o crescimento progressivo das capacidades motoras e das aptidões intellectivas e sensitivas; estuda as bases fisiológicas do comportamento e mecanismos mentais do homem, sobretudo nos seus aspectos métricos.

Pode investigar um ramo de psicologia, psicossociologia, psicopatologia, psicofisiologia ou ser especializado numa aplicação particular da psicologia, como, por exemplo, o diagnóstico e tratamento de desvios de personalidade e de inaptações sociais, em problemas psicológicos que surgem durante a educação e o desenvolvimento das crianças e jovens ou em problemas psicológicos de ordem profissional, tais como os da selecção, formação e orientação profissional dos trabalhadores, e ser designado em conformidade.

Sociólogo. — Estuda a origem, evolução, estrutura, características e interdependências das sociedades humanas. Interpreta as condições e transformações do meio sócio-cultural em que o indivíduo age e reage para determinar as incidências de tais condições e transformações sobre os comportamentos individuais e de grupo; analisa os processos de formação, evolução e extinção dos grupos sociais e investiga os tipos de comunicação e interacção que neles e entre eles se desenvolvem; investiga de que modo todo e qualquer tipo de manifestação da actividade humana influencia e depende de condições sócio-culturais em que existe; estuda de que modo os comportamentos, as actividades e as relações dos indivíduos e grupos se integram num sistema de organização social; procura explicar como e porquê se processa a evolução social; interpreta os resultados obtidos tendo em conta, sempre que necessário, elementos fornecidos por outros investigadores que trabalham em domínios conexos; apresenta as suas conclusões de modo a poderem ser utilizadas pela instituição.

Telefonistas

Telefonista. — Presta serviço numa central telefónica, transmitindo aos telefones internos as chamadas recebidas e estabelecendo ligações internas ou para o exterior; responde, se necessário, a pedidos de informações telefónicas.

Trabalhadores administrativos

Caixa. — Tem a seu cargo as operações de caixa e registo do movimento relativo a transacções respeitantes à gestão da instituição; recebe numerário e outros valores e verifica se a sua importância corresponde à indicada nas notas de venda ou nos recibos; prepara os sobrescritos segundo as folhas de pagamento; prepara os fundos destinados a serem depositados e toma as disposições necessárias para os levantamentos.

Chefe de departamento. — Estuda, organiza e coordena, sob a orientação do seu superior hierárquico, num ou em vários dos departamentos da instituição, as actividades que lhe são próprias; exerce, dentro do departamento que chefia e nos limites da sua competência, a orientação e a fiscalização do pessoal sob as suas ordens e de planeamento das actividades de departamento, segundo as orientações e fins definidos; propõe

a aquisição de equipamento e materiais e a admissão de pessoal necessário ao bom funcionamento do departamento e executa outras funções semelhantes.

As categorias de chefe de serviços, chefe de escritório e chefe de divisão, que correspondem a esta profissão, serão atribuídas de acordo com o departamento chefiado e grau de responsabilidade requerido.

Chefe de secção. — Coordena e controla o trabalho numa secção administrativa.

Contabilista. — Organiza e dirige os serviços de contabilidade e dá conselhos sobre problemas de natureza contabilística; estuda a planificação dos circuitos contabilísticos, analisando os diversos sectores da actividade da empresa, de forma a assegurar uma recolha de elementos precisos, com vista à determinação de custos e resultados de exploração; elabora o plano de contas a utilizar para a obtenção dos elementos mais adequados à gestão económico-financeira e cumprimento da legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo os empregados encarregados dessa execução; fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o controlo de execução do orçamento; elabora ou certifica os balancetes e outras informações contabilísticas a submeter à administração ou a fornecer a serviços públicos; procede ao apuramento de resultados, dirigindo o encerramento das contas e a elaboração do respectivo balanço, que apresenta e assina; elabora o relatório explicativo que acompanha a apresentação de contas ou fornece indicações para essa elaboração; efectua as revisões contabilísticas necessárias, verificando os livros ou registos para se certificar da correcção da respectiva escrituração. Pode subscrever a escrita da instituição e nesse caso é-lhe atribuído o título profissional de técnico de contas.

Correspondente em línguas estrangeiras. — Redige cartas e quaisquer outros documentos de escritório em línguas estrangeiras, dando-lhes seguimento apropriado; lê e traduz, se necessário, o correio recebido e junta-lhe a correspondência anterior sobre o mesmo assunto; estuda documentos e informa-se sobre a matéria em questão ou recebe instruções definidas com vista à resposta; redige textos, faz rascunhos de cartas, dita-as ou dactilografa-as; ocupa-se dos respectivos processos.

Director de serviços. — Estuda, organiza e dirige, nos limites dos poderes de que está investido, as actividades da instituição; colabora na determinação da política da instituição; planeia a utilização mais conveniente da mão-de-obra, equipamento, materiais, instalações e capitais; orienta, dirige e fiscaliza a actividade da instituição segundo os planos estabelecidos, a política adoptada e as normas e regulamentos prescritos; cria e mantém uma estrutura administrativa que permita explorar e dirigir a instituição de maneira eficaz; colabora na fixação da política financeira e exerce a verificação dos custos.

Documentalista. — Organiza o núcleo de documentação e assegura o seu funcionamento ou, inserido num departamento, trata a documentação tendo em vista as necessidades de um ou mais sectores da instituição; faz a selecção, compilação, codificação e tratamento da documentação; elabora resumos de artigos e de docu-

mentos importantes e estabelece a circulação destes e de outros documentos pelos diversos sectores da instituição; organiza e mantém actualizados os ficheiros especializados; promove a aquisição da documentação necessária aos objectivos a prosseguir; faz arquivo e ou registo de entrada e saída da documentação.

Escriturário. — Executa várias tarefas, que variam consoante a natureza e importância do escritório onde trabalha; redige relatórios, cartas, notas informativas e outros documentos, manualmente ou à máquina, dando-lhe o seguimento apropriado; examina o correio recebido, separa-o, classifica-o e compila os dados que são necessários para preparar as respostas; elabora, ordena e prepara os documentos relativos à encomenda, distribuição, facturação e realização das compras e vendas; recebe pedidos de informação e transmite-os à pessoa ou serviços competentes; põe em caixa os pagamentos de contas e entregas recebidos; escreve em livros as receitas e despesas, assim como outras operações contabilísticas; estabelece o extracto das operações efectuadas e de outros documentos para informação superior; atende os candidatos às vagas existentes e informa-os das condições de admissão e efectua registos do pessoal; preenche formulários oficiais relativos ao pessoal ou à instituição; ordena e arquiva notas de livrança, recibos, cartas ou outros documentos e elabora dados estatísticos; escreve à máquina e opera com máquinas de escritório; prepara e organiza processos; presta informações e outros esclarecimentos aos utentes e ao público em geral.

Escriturário principal/subchefe de secção. — Executa as tarefas mais exigentes que competem ao escriturário, nomeadamente tarefas relativas a determinados assuntos de pessoal, de legislação ou fiscais, apuramentos e cálculos contabilísticos e estatísticos complexos e tarefas de relação com fornecedores e ou clientes que obriquem à tomada de decisões correntes, ou executando as tarefas mais exigentes da secção; colabora directamente com o chefe da secção e no impedimento deste coordena ou controla as tarefas de um nível de trabalhadores administrativos ou actividades afins.

Estagiário. — Auxilia os escriturários ou outros trabalhadores de escritório, preparando-se para o exercício das funções que vier a assumir.

Guarda-livros. — Ocupa-se da escrituração de registos ou de livros de contabilidade, gerais ou especiais, selados ou não selados, analíticos e sintéticos, executando, nomeadamente, trabalhos contabilísticos relativos ao balanço anual e apuramento dos resultados de exploração e do exercício; colabora nos inventários das existências; prepara ou manda preparar extractos de contas simples ou com juros e executa trabalhos conexos; superintende nos respectivos serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e a escrituração dos livros selados, sendo responsável pela boa ordem e execução dos trabalhos. Pode subscrever a escrita da instituição e nesse caso é-lhe atribuído o título profissional de técnico de contas.

Operador de computador. — Opera e controla o computador através do seu órgão principal, prepara-o para a execução dos programas e é responsável pelo cumprimento dos prazos previstos para cada operação, ou

seja, não é apenas um mero utilizador, mas encarregado de todo o trabalho de tratamento e funcionamento do computador; vigia o tratamento da informação; prepara o equipamento consoante os trabalhos a executar pelo escritório e executa as manipulações necessárias e mais sensíveis; retira o papel impresso, corrige os possíveis erros detectados, anota os tempos utilizados nas diferentes máquinas e mantém actualizados os registos e os quadros relativos ao andamento dos diferentes trabalhos.

Responde directamente e perante o chefe hierárquico respectivo por todas as tarefas de operação e controlo informático.

Operador de máquinas auxiliares. — Opera com máquinas auxiliares de escritório, tais como fotocopiadores e duplicadores, com vista à reprodução de documentos, máquinas de imprimir endereços e outras indicações análogas e máquinas de corte e separação de papel.

Operador de tratamento de texto. — Escreve cartas, notas e textos baseados em documentos escritos ou informações, utilizando máquina de escrever ou processador de texto; revê a documentação a fim de detectar erros e procede às necessárias correcções; opera fotocopiadoras ou outros equipamentos a fim de reproduzir documentos, executa tarefas de arquivo.

Recepcionista. — Recebe clientes e orienta o público, transmitindo indicações dos respectivos departamentos; assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendam encaminhar-se para qualquer secção ou atendendo outros visitantes com orientação das suas visitas e transmissão de indicações várias.

Secretário. — Ocupa-se de secretariado específico da administração ou direcção da instituição; redige actas das reuniões de trabalho, assegura, por sua própria iniciativa, o trabalho de rotina diária do gabinete; providencia pela realização de assembleias gerais, reuniões de trabalho, contratos e escrituras.

Secretário-geral. — Dirige exclusivamente, na dependência da direcção, administração ou da mesa administrativa da instituição, todos os seus serviços; apoia a direcção, preparando as questões por ela a decidir.

Tesoureiro. — Superintende os serviços da tesouraria, em escritórios em que haja departamento próprio, tendo a responsabilidade dos valores da caixa que lhe estão confiados; verifica as diversas caixas e confere as respectivas existências; prepara os fundos para serem depositados nos bancos e toma as disposições necessárias para levantamentos; verifica periodicamente se o montante dos valores em caixa coincide com o que os livros indicam. Pode, por veres, autorizar certas despesas e executar outras tarefas relacionadas com operações financeiras.

Trabalhadores da agricultura

Ajudante de feitor. — Coadjuva o feitor e substitui-o na sua ausência.

Capataz. — Coordena e controla as tarefas executadas por um nível de trabalhadores agrícolas; executa tarefas do mesmo tipo das realizadas pelos trabalhadores que dirige.

Caseiro. — Superintende, de acordo com as instruções da entidade patronal, trabalhadores contratados com carácter eventual, apenas para satisfazer necessidades de sementeiras e colheita; executa, quando necessário, trabalhos inerentes à produção de produtos agrícolas e hortícolas. Habita em casa situada em determinada propriedade ou exploração, tendo a seu cargo zelar por ela.

Encarregado de exploração ou feitor. — Coordena a execução dos trabalhos de todos os sectores da exploração agrícola, pecuária ou silvícola, sendo o responsável pela gestão da respectiva exploração.

Guarda de propriedades ou florestal. — Tem a seu cargo a vigilância dos terrenos agrícolas e florestais, bem como as respectivas culturas.

Hortelão ou trabalhador horto-florícola. — Executa os mais diversos trabalhos de horticultura e floricultura, tais como regas, adubações, mondas, arranque ou apanha de produtos hortícolas e de flores.

Jardineiro. — Ocupa-se do arranjo e conservação dos jardins.

Operador de máquinas agrícolas. — Conduz e manobra uma ou mais máquinas e alfaias agrícolas e cuida da sua manutenção e conservação mecânica.

Trabalhador agrícola. — Executa, no domínio da exploração agro-pecuária e silvícola, todas as tarefas necessárias ao seu funcionamento que não exijam especialização.

Tratador ou guardador de gado. — Alimenta, trata e guarda o gado bovino, equino, suíno ou ovino, procede à limpeza das instalações e dos animais e, eventualmente, zela pela conservação de vedações. É designado por maioral ou campino quando maneja gado bravo.

Trabalhadores de apoio

Ajudante de acção educativa. — Participa nas actividades sócio-educativas; ajuda nas tarefas de alimentação, cuidados de higiene e conforto directamente relacionados com a criança; vigia as crianças durante o repouso e na sala de aula; assiste as crianças nos transportes, nos recreios, nos passeios e visitas de estudo.

Ajudante de estabelecimento de apoio a crianças deficientes. — Procede ao acompanhamento diurno ou nocturno das crianças, dentro e fora do serviço ou estabelecimento; participa na ocupação de tempos livres; apoia a realização de actividades sócio-educativas; auxilia nas tarefas de alimentação dos utentes; apoia as crianças nos trabalhos que tenham de realizar.

Ajudante de lar e centro de dia. — Procede ao acompanhamento diurno e ou nocturno dos utentes, dentro e fora dos serviços e estabelecimentos; colabora nas tarefas de alimentação do utente; participa na ocupação dos tempos livres; presta cuidados de higiene e conforto aos utentes; procede à arrumação e distribuição das roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e sua entrega na lavandaria.

Ajudante de ocupação. — Desempenha a sua actividade junto de crianças em idade escolar, com vista à sua ocupação durante o tempo deixado livre pela escola, proporcionando-lhes ambiente adequado e actividades de carácter educativo e recreativo, segundo o plano de actividades apreciado pela técnica de actividades de tempos livres. Colabora no atendimento dos pais das crianças.

Auxiliar de acção médica. — Assegura o serviço de mensageiro e procede à limpeza específica dos serviços de acção médica; prepara e lava o material dos serviços técnicos; procede ao acompanhamento e transporte de doentes em camas, macas, cadeiras de rodas ou a pé, dentro e fora do hospital; assegura o serviço externo e interno de transporte de medicamentos e produtos de consumo corrente necessários ao funcionamento dos serviços; procede à recepção, arrumação de roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e suas entregas, prepara refeições ligeiras nos serviços e distribui dietas (regime geral e dietas terapêuticas); colabora na prestação de cuidados de higiene e conforto aos doentes, sob orientação do pessoal de enfermagem; transporta e distribui as balas de oxigénio e os materiais esterilizados pelos serviços de acção médica.

Auxiliar de laboratório. — Lava, prepara e esteriliza o material de uso corrente; faz pequenos serviços externos referentes ao funcionamento do laboratório.

Maquero. — Procede ao acompanhamento e transporte de doentes a pé, de cama, maca ou cadeira, para todos os serviços de internamento, vindos dos serviços de urgência ou das consultas externas; efectua o transporte de cadáveres; colabora com os respectivos serviços na realização dos trâmites administrativos relacionados com as suas actividades; procede à limpeza das macas.

Trabalhadores auxiliares

Trabalhador auxiliar (serviços gerais). — Procede à limpeza e arrumação das instalações; assegura o transporte de alimentos e outros artigos; serve refeições em refeitórios; desempenha funções de estafeta e procede à distribuição de correspondência e valores por protocolo; efectua o transporte de cadáveres; desempenha outras tarefas não específicas que se enquadrem no âmbito da sua categoria, profissional e não excedam o nível de indiferenciação em que esta se integra.

Trabalhadores de comércio e armazém

Caixa de balcão. — Efectua o recebimento das importâncias devidas por fornecimento; emite recibos e efectua o registo das operações em folhas de caixa.

Caixeiro. — Vende mercadorias directamente ao público, fala com o cliente no local de venda e informa-se do género de produtos que este deseja, anuncia o preço e esforça-se por concluir a venda; recebe encomendas; colabora na realização dos inventários.

Caixeiro-chefe de secção. — Coordena e orienta o serviço de uma secção especializada de um sector de vendas.

Caixeiro-encarregado. — Coordena e controla o serviço e o pessoal de balcão.

Empregado de armazém. — Cuida da arrumação das mercadorias ou produtos nas áreas de armazenamento; acondiciona e ou desembala por métodos manuais ou mecânicos; procede à distribuição das mercadorias ou produtos pelos sectores de venda ou de utilização; fornece, no local de armazenamento, mercadorias ou produtos contra a entrega de requisição; assegura a limpeza das instalações; colabora na realização de inventários.

Encarregado de armazém. — Coordena e controla o serviço e o pessoal de armazém.

Encarregado do sector de armazém. — Coordena e controla o serviço e o pessoal de um sector do armazém.

Fiel de armazém. — Superintende nas operações de entrada e saída de mercadorias e ou materiais no armazém, executa ou fiscaliza os respectivos documentos e responsabiliza-se pela arrumação e conservação das mercadorias e ou materiais; comunica os níveis de *stocks*; colabora na realização de inventários.

Trabalhadores de construção civil

Auxiliar menor. — É o trabalhador sem qualquer especialização profissional com idade inferior a 18 anos.

Capataz. — É o trabalhador designado de um nível de indiferenciados para dirigir os mesmos.

Carpinteiro de limpos. — Trabalha em madeiras, incluindo os respectivos acabamentos no banco de oficina ou na obra.

Carpinteiro de tosko ou cofragem. — Executa e monta estruturas de madeira sem moldes para fundir betão.

Encarregado fiscal. — Fiscaliza as diversas frentes de obras em curso, verificando o andamento dos trabalhos, comparando-os com o projecto inicial e o caderno de encargos.

Encarregado de obras. — Superintende na execução de uma obra, sendo responsável pela gestão dos recursos humanos e materiais à sua disposição.

Estucador. — Executa esboços, estuques e lambris e respectivos alinhamentos.

Pedreiro. — Executa alvenarias de tijolos, pedras ou blocos; faz assentamento de manilhas, tubos ou cantarias, rebocos ou outros trabalhos similares ou complementares. Pode ser designado por trolha.

Pintor. — Executa qualquer trabalho de pintura; procede ao assentamento de vidros.

Servente. — Executa tarefas não específicas.

Trabalhadores de enfermagem

Enfermeiro. — Presta cuidados de enfermagem aos doentes, em várias circunstâncias, em estabelecimentos de saúde e de assistência; administra os medicamentos e tratamentos prescritos pelo médico, de acordo com normas de serviço e técnicas reconhecidas na profissão; colabora com os médicos e outros técnicos de saúde no exercício da sua profissão.

Enfermeiro-chefe. — Coordena os serviços de enfermagem.

Enfermeiro especialista. — Executa as funções fundamentais de enfermeiro mas num campo circunscrito a determinado domínio clínico, possuindo para tal formação específica em especialidade legalmente instituída. Pode ser designado segundo a especialidade.

Enfermeiro sem curso de promoção. — Presta cuidados simples de enfermagem.

Enfermeiro-supervisor. — Colabora com o enfermeiro-director na definição dos padrões de cuidados de enfermagem para o estabelecimento ou serviços; orienta os enfermeiros-chefes na definição de normas e critérios para a prestação dos cuidados de enfermagem e na avaliação da qualidade dos cuidados de enfermagem prestados; promove o intercâmbio das experiências dos enfermeiros-chefes, coordenando reuniões periódicas; avalia os enfermeiros-chefes e participa na avaliação de enfermeiros de outras categorias; participa nas comissões de escolha de material e equipamento a adquirir para a prestação de cuidados; elabora o plano de acção anual articulado com os enfermeiros-chefes do seu sector, bem como o respectivo relatório.

Trabalhadores de farmácia

A) Farmacêuticos

Director técnico. — Assume a responsabilidade pela execução de todos os actos farmacêuticos praticados na farmácia, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar os regulamentos referentes ao exercício da profissão farmacêutica, bem como as regras da deontologia, por todas as pessoas que trabalham na farmácia ou que têm qualquer relação com ela; presta ao público os esclarecimentos por ele solicitados, sem prejuízo da prescrição médica, e fornece informações ou conselhos sobre os cuidados a observar com a utilização dos medicamentos, aquando da entrega dos mesmos, sempre que, no âmbito das suas funções, o julgue útil ou conveniente; mantém os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a serem fornecidos nas devidas condições de pureza e eficiência; diligencia no sentido de que sejam observadas boas condições de higiene e segurança na farmácia; presta colaboração às entidades oficiais e promove as medidas destinadas a manter um aprovisionamento suficiente de medicamentos.

Farmacêutico. — Coadjuva o director técnico no exercício das suas funções e substitui-o nas suas ausências e impedimentos.

B) Profissionais de farmácia

Ajudante técnico de farmácia. — Executa todos os actos inerentes ao exercício farmacêutico, sob controlo do farmacêutico; vende medicamentos ou produtos afins e zela pela sua conservação; prepara manipulados, tais como solutos, pomadas, xaropes e outros.

Ajudante de farmácia. — Coadjuva o ajudante técnico de farmácia, sob controlo do farmacêutico, nas tarefas que são cometidas àquele trabalhador e já descritas, não podendo exercer autonomamente actos farmacêuticos quer na farmácia quer nos postos de medicamento.

Praticante. — Inicia-se na execução de actos inerentes ao exercício farmacêutico, exceptuando a venda de medicamentos e a venda dos que exijam a apresentação de receita médica, consoante se encontre no 1.º ou 2.º ano.

Trabalhadores com funções de chefia nos serviços gerais

Chefe dos serviços gerais. — Organiza e promove o bom funcionamento dos serviços gerais; superintende a coordenação geral de todas as chefias da área dos serviços gerais.

Encarregado (serviços gerais). — Coordena e orienta a actividade dos trabalhadores da área dos serviços gerais sob a sua responsabilidade.

Encarregado geral (serviços gerais). — Coordena e orienta a actividade dos trabalhadores da área dos serviços gerais sob a sua responsabilidade.

Encarregado de sector. — Coordena e distribui o pessoal do sector de acordo com as necessidades dos serviços; verifica o desempenho das tarefas atribuídas; zela pelo cumprimento das regras de segurança e higiene no trabalho; requisita produtos indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços; verifica periodicamente os inventários e as existências e informa superiormente das necessidades de aquisição, reparação ou substituição dos bens ou equipamentos; mantém em ordem o inventário do respectivo sector.

Encarregado de serviços gerais. — Organiza, coordena e orienta a actividade desenvolvida pelos encarregados de sector sob a sua responsabilidade; estabelece, em colaboração com os encarregados de sector, os horários de trabalho, escalas e dispensas de pessoal, bem como o modo de funcionamento dos serviços; mantém em ordem os inventários sob a sua responsabilidade.

Trabalhadores com funções pedagógicas

Auxiliar de educação. — Elabora planos de actividade das classes, submetendo-os à apreciação dos educadores de infância e colaborando com estes no exercício da sua actividade.

Educador de infância. — Organiza e aplica os meios educativos adequados em ordem ao desenvolvimento integral da criança, nomeadamente psicomotor, afectivo, intelectual, social e moral; acompanha a evolução da criança e estabelece contactos com os pais no sentido de se obter uma acção educativa integrada.

Prefeito. — Acompanha as crianças e os jovens, em regime de internato ou semi-internato, nas actividades diárias extra-aulas — refeições, sala de estudo, recreio, passeio, repouso —, procurando consciencializá-los dos deveres de civilidade e bom aproveitamento escolar.

Professor. — Exerce actividade docente em estabelecimentos de ensino particular.

Trabalhadores com funções técnicas

Arquitecto. — Concebe e projecta, segundo o seu sentido estético e intuição do espaço, mas tendo em consideração determinadas normas gerais e regulamentos,

conjuntos urbanos e edificações; concebe o arranjo geral das estruturas e a distribuição dos diversos equipamentos com vista ao equilíbrio técnico-funcional do conjunto, colaborando com outros especialistas; faz planos pormenorizados e elabora o caderno de encargos; executa desenhos e maquetas como auxiliar do seu trabalho; presta assistência técnica no decurso da obra e orienta a execução dos trabalhos de acordo com as especificações do projecto. Elaborar, por vezes, projectos para a reconstituição, transformação ou reparação de edifícios.

Conservador de museu. — Organiza, adquire, avalia e conserva em museu colecções de obras de arte, objectos de carácter histórico, científico, técnico ou outros; orienta ou realiza trabalhos de investigação nesses domínios e coordena a actividade dos vários departamentos do museu a fim de assegurar o seu perfeito funcionamento; procura tornar conhecidas as obras de arte existentes, promovendo exposições, visitas com fins educativos ou outros processos de divulgação; organiza o intercâmbio das colecções entre museus e procura obter por empréstimo peças de instituições particulares.

Por vezes guia visitas de estudo e faz conferências sobre as colecções existentes no museu.

Consultor jurídico. — Consulta, estuda e interpreta leis; elabora pareceres jurídicos sobre assuntos pessoais, comerciais ou administrativos, baseando-se na doutrina e na jurisprudência.

Engenheiro agrónomo. — Estuda, concebe e orienta a execução de trabalhos relativos à produção agrícola e faz pesquisas e ensaios, de modo a obter um maior rendimento e uma melhor qualidade dos produtos. Pode dedicar-se a um campo específico de actividades, como, por exemplo, pedagogia, genética, sanidade vegetal, construções rurais, hidráulica agrícola, horticultura, arboricultura, forragem, nutrição animal e vitivinicultura.

Engenheiro civil (construção de edifícios). — Concebe e elabora planos de estruturas de edificações e prepara, organiza e superintende a sua construção, manutenção e reparação; executa os cálculos, assegurando a resistência e estabilidade da obra considerada e tendo em atenção factores como a natureza dos materiais de construção a utilizar, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura; consulta outros especialistas, como engenheiros mecânicos, electrotécnicos e químicos, arquitectos e arquitectos paisagistas, no que respeita a elementos técnicos e a exigências de ordem estética; concebe e realiza planos de obras e estabelece um orçamento, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outro equipamento necessário; consulta os clientes e os serviços públicos a fim de obter a aprovação dos planos; prepara o programa e dirige as operações à medida que os trabalhos prosseguem.

Engenheiro electrotécnico. — Estuda, concebe e estabelece planos ou dá pareceres sobre instalações e equipamentos e estabelece planos de execução, indicando os materiais a utilizar e os métodos de fabrico; calcula o custo da mão-de-obra e dos materiais, assim como outras despesas de fabrico, montagem, funcionamento, manutenção e reparação de aparelhagem eléctrica, e

certifica-se de que o trabalho concluído corresponde às especificações dos cadernos de encargos e às normas de segurança.

Engenheiro silvicultor. — Estuda, concebe e orienta a execução de trabalhos relativos à cultura e conservação de matas, à fixação de terrenos e à melhor economia da água; aplica os processos de exploração que assegurem a renovação da floresta; determina as medidas mais adequadas de protecção dos povoamentos florestais; faz pesquisas e ensaios, tendo em vista a produção, selecção e dispersão de sementes e a germinação das diferentes espécies; organiza e superintende a exploração de viveiros; indica as práticas adequadas de desbaste, a fim de assegurar um rendimento máximo e permanente; orienta os trabalhos de exploração das madeiras quando atingem a idade do aproveitamento.

Pode dedicar-se a um campo específico de actividade, tal como silvo-pastorícia, protecção e fomento de caça e pesca (em águas interiores.)

Engenheiro técnico (construção civil). — Projecta, organiza, orienta e fiscaliza trabalhos relativos à construção de edifícios, funcionamento e conservação de sistemas de distribuição ou escoamento de águas para serviços de higiene, salubridade e irrigação; executa as funções do engenheiro civil no âmbito da sua qualificação profissional e dentro das limitações impostas pela lei.

Engenheiro técnico agrário. — Dirige trabalhos de natureza agro-pecuária, pondo em execução processos eficientes para a concretização de programas de desenvolvimento agrícola; presta assistência técnica, indicando os processos mais adequados para obter uma melhor qualidade dos produtos e garantir a eficácia das operações agrícolas; estuda problemas inerentes à criação de animais, sua alimentação e alojamento para melhoramento de raças. Pode dedicar-se a um campo específico da agricultura, como, por exemplo, zootecnia, hidráulica agrícola, viticultura, floricultura, horticultura e outros.

Engenheiro técnico (electromecânica). — Estuda, concebe e projecta diversos tipos de instalações eléctricas e equipamentos de indústria mecânica; prepara e fiscaliza a sua fabricação, montagem, funcionamento e conservação; executa as funções de engenheiro electrotécnico ou engenheiro mecânico no âmbito da sua qualificação profissional e dentro das limitações impostas por lei.

Técnico superior de laboratório. — Planeia, orienta e supervisiona o trabalho técnico de um ou mais sectores do laboratório; testa e controla os métodos usados na execução das análises; investiga e executa as análises mais complexas, de grande responsabilidade e de nível técnico altamente especializado.

Veterinário. — Procede a exames clínicos, estabelece diagnósticos e prescreve ou administra tratamentos médicos ou cirúrgicos para debelar ou prevenir doenças dos animais; acompanha a evolução da doença e introduz alterações no tratamento, sempre que necessário; estuda o melhoramento das espécies animais, seleccionando reprodutores e estabelecendo as rações e tipos de alojamento mais indicados em função da espécie e raça, idade e fim a que os animais se destinam; indica aos proprietários dos animais as medidas sanitárias a

tomar, o tipo de forragens ou outros alimentos a utilizar e os cuidados de ordem genérica; examina animais que se destinam ao matadouro e inspeciona os locais de abate e os estabelecimentos onde são preparados ou transformados alimentos de origem animal, providenciando no sentido de garantir as condições higiénicas necessárias; inspeciona alimentos de origem animal que se destinam ao consumo público, para se certificar que estão nas condições exigidas.

Trabalhadores gráficos

Compositor manual. — Combina tipos, filetes, vinhetas e outros materiais tipográficos; dispõe ordenadamente textos, fotografias, gravuras, composição mecânica; efectua a paginação, distribuindo a composição por páginas, numerando-as ordenadamente e impondo-as para a sua impressão; concebe e prepara a disposição tipográfica nos trabalhos de fantasia; faz todas as emendas e alterações necessárias; faz a distribuição após a impressão. A operação de composição pode ser efectuada utilizando máquina adequada (exemplo, *ludlow*), que funde, através da junção de matrizes, linhas blocos, a que junta entrelinhas e material branco, que pode ter de cortar utilizando serra mecânica, destinando-se geralmente para títulos, notícias e anúncios.

Compositor mecânico (linotipista). — Opera uma máquina de composição mecânica a quente (tipo *linotype* ou *intertype*); executa composição mecânica, regulando e accionando a máquina dentro das mesmas regras tipográficas; tecla um original que recebe com indicações, ou ele mesmo as faz, sobre a medida, corpo e tipo de letra; regula o molde expulsor, mordente, navalhas e componedor; liga o sistema de arrefecimento e regula a posição do armazém de matriz pretendido; verifica a qualidade de fundição e vigia o reabastecimento normal da caldeira com metal; retira o granel acumulado na galé; zela pela conservação e lubrifica regularmente a máquina; resolve os problemas resultantes de acidente ou avaria com carácter normal que impeçam o funcionamento.

Costureiro de encadernação. — Cose manual e ordenadamente os cadernos que constituem o livro, ligando-os uns aos outros, de modo a constituírem um corpo único; informa-se do tipo de costura pretendido e verifica se a obra está apta a ser cosida e disposta ordenadamente. Pode ainda exercer funções de operador de máquina de coser.

Dourador. — Imprime títulos e motivos ornamentais a ouro, prata ou outros metais sobre encadernações ou outros trabalhos, servindo-se de ferros, rodas e outros utensílios manuais apropriados; brune e prepara a pele; mede, traça e marca a superfície a ilustrar; vinca, por vezes, o desenho a reproduzir antes da aplicação do ouro. Pode ser incumbido de conceber os desenhos segundo o estilo da época em que a obra se enquadra. Imprime, por vezes, títulos e desenhos a cor por processos semelhantes. Desempenha as tarefas inerentes ao trabalho de dourador de folhas.

Encadernador. — Executa a totalidade ou as principais tarefas de que se decompõe o trabalho de encadernação; vigia e orienta a dobragem, alceamento e passagem à letra; abre os sulcos do tipo de costura e dimensão da obra; faz o lombo e o revestimento; prepara previamente

as peles; prepara e cola as guardas; confecciona ainda álbuns, pastas de secretária, caixas de arquivo e outros artigos e obras de encadernação; dá às peles diferentes tonalidades e efeitos; encaderna livros usados ou restaura obras antigas; gofra ou aplica títulos e desenhos a ouro por meio de balancé.

Encadernador-dourador. — Desempenha a generalidade das funções referidas quer para o dourador quer para o encadernador.

Fotocompositor. — Opera uma máquina de composição mecânica a frio; carrega a câmara fotográfica; regula o componedor e dispositivos de justificação; assegura o tipo de letra, espaços e disposições do original da maquete; corrige a luz e elimina linhas incorrectas. Em algumas unidades, terminada a operação ou exposto todo o filme, envia-o para o laboratório. Zela pela conservação e lubrificação.

Fotógrafo. — Fotografa ilustrações ou textos para obter películas tramadas ou não, destinadas à sensibilidade de chapas metálicas para impressão a uma cor ou mais; avalia com densitómetro as densidades máxima e mínima dos motivos e calcula coeficientes de correcção; calcula os factores para cada cor em trabalhos a cor e utiliza os filtros adequados para obter os negativos de selecção nas cores base; revela, fixa, lava e sobrepõe tramas adequadas e tira positivos tramados; utiliza equipamento electrónico para o desempenho das suas funções.

Fundidora monotipista. — Opera uma máquina da fundidora-compositora; introduz na cabeça da leitura a memória-código perfurada; executa as operações necessárias segundo a natureza do trabalho, desde medida, molde, corpo e cunha de justificação; procede às afinações de espessura dos caracteres, prepara a palmatória (porta-matrizes) de acordo com o memorando elaborado pelo teclista; regula a galé e o sistema de arrefecimento; zela pelo reabastecimento da caldeira; corrige a temperatura; procede à fundição de letras isoladas destinadas a emendas ou à composição manual; procede às operações de limpeza, manutenção e lubrificação da fundidora e do compressor.

Impressor (flexografia). — Regula e conduz uma máquina de impressão em que esta é efectuada por meio de *clichés* de borracha vulcanizada ou termoplásticos; imprime sobre várias matérias; afina as tintas e acerta as cores nas máquinas equipadas para imprimir mais uma cor; pode ainda montar manualmente ou com ajuda mecânica os *clichés* nos cilindros das máquinas de impressão.

Impressor (litografia). — Regula e assegura o funcionamento e vigia uma máquina de imprimir folhas ou bobinas de papel, ou folha-de-flandres, indirectamente, a partir de uma chapa fotolitografada e por meio de um cilindro revestido de borracha; imprime em plano directamente folhas de papel ou chapas de folha-de-flandres; faz o alceamento; estica a chapa; abastece de tinta e água máquina; providencia a alimentação do papel; regula a distribuição de tinta; examina as provas e a perfeição do ponto nas meias tintas; efectua correcções e afinações necessárias; regula a marginação; vigia a tiragem; assegura a lavagem dos tinteiros toma-

dores e distribuidores nos trabalhos a cores; efectua impressões sucessivas ou utiliza máquinas com diferentes corpos de impressão, ajustando as chapas pelas miras ou traços dos motivos; prepara as tintas que utiliza, dando tonalidades e grau de fluidez e secante adequado à matéria a utilizar; tira prova em prelos mecânicos.

Impressor tipográfico. — Regula e assegura o funcionamento e vigia uma máquina de imprimir por meio de composição tipográfica; uniformiza a altura da composição, efectua os ajustamentos necessários na justificação e aperto da forma; faz a almofada e regula a distância, a pressão e a tintage para uma distribuição uniforme; corrige a afinação da máquina e efectua os alceamentos necessários; ajusta os alceamentos sob a composição ou almofada; regula os dispositivos de aspiração; prepara as tintas que utiliza; executa trabalhos a mais de uma cor, acertando as diversas impressões pelos motivos ou referências; assegura a manutenção da máquina. Pode ser especializado num tipo particular de máquina.

Montador. — Monta manualmente ou com ajuda mecânica os *clichés* nos cilindros das máquinas de impressão.

Operador manual. — Auxilia directamente os operadores das máquinas de acabamentos; procede a operações manuais sobre bancadas ou mesas de escolha, tais como contagem, escolha ou embalagem de trabalhos expressos; faz a retirada junto às esquinas de imprimir ou desintercalar nas mesas; efectua correcções manuais a defeitos ou emendas.

Operador de máquinas (encadernação ou acabamentos). — Regula e conduz uma máquina de encadernação ou de acabamentos: dobra, cose, alça (folhas ou cadernos), encasa, brocha, pauta, plastifica, enverniza, doura (por purpurina, por película ou em balancé), executa colagem ou contracolagem; observa a perfeição do trabalho e corrige-o sempre que necessário; assegura a manutenção. Pode operar máquinas polivalentes.

Perfurador de fotocomposição. — Perfura, numa unidade de compor com teclado próprio, fita de papel, fita magnética ou outro suporte adequado, composição justificada ou sem qualquer justificação, destinada a codificação e revelação; monta a unidade de contagem segundo o tipo de letra; abastece a máquina; retira a fita perfurada.

Restaurador de folhas. — Restaura pergaminhos e folhas de papel manuscritos e impressos; limpa folhas e procede ao restauro, aplicando pedaços de pergaminho e papel japonês e dando-lhe a tonalidade adequada, faz a pré-encadernação dos livros.

Teclista. — Semelhante ao teclista monotipista, mas trabalhando com outras máquinas.

Teclista monotipista. — Perfura, em papel, uma memória de código para o comando das fundidoras-compositoras; tem conhecimentos básicos de composição manual, prepara o teclado, através de indicações recebidas no original ou que ele mesmo faz, sobre medida, corpo e operações de regular o tambor de justificação, caixa de calibragem e outros acessórios e ele-

mentos eventuais para o trabalho a realizar; elabora um memorando dos intermediários utilizados na perfuração, a fim de o fundidor introduzir as matrizes necessárias para a fundição; retira a fita perfurada para a entregar ao fundidor; procede às operações de manutenção, limpeza, e lubrificação.

Transportador. — Transporta, por meio de prensa adequada, motivos, textos ou desenhos, em gravura, para um papel-matriz resinoso (*flan*), que depois molda, através da pressão e do calor em máquina adequada, num *cliché* de borracha vulcanizada ou termoplásticos; elimina resíduos e verifica a altura da gravação e espessura do *cliché*.

Trabalhadores de hotelaria

Ajudante de cozinheiro. — Trabalha sob as ordens de um cozinheiro, auxiliando-o na execução das suas tarefas; limpa e corta legumes, carnes, peixe ou outros alimentos; prepara guarnições para os pratos; executa e colabora nos trabalhos de arrumação e limpeza da sua secção; colabora no serviço de refeitório.

Chefe de compras/ecónomo. — Procede à aquisição de géneros, mercadorias e outros artigos, sendo responsável pelo regular abastecimento da instituição; armazena, conserva, controla e fornece às secções as mercadorias e artigos necessários ao seu funcionamento; procede à recepção dos artigos e verifica a sua concordância com as respectivas requisições; organiza e mantém actualizados os ficheiros de mercadorias à sua guarda, pelas quais é responsável; executa ou colabora na execução de inventários periódicos.

Cozinheiro. — Prepara, tempera e cozinha os alimentos destinados às refeições; elabora ou contribui para a confecção das ementas; recebe os víveres e outros produtos necessários à sua confecção, sendo responsável pela sua conservação; amanha o peixe, prepara os legumes e a carne e procede à execução das operações culinárias; emprata-os, garante-os e confecciona os doces destinados às refeições, quando não haja pasteleiro; executa ou zela pela limpeza da cozinha e dos utensílios.

Cozinheiro-chefe. — Organiza, coordena, dirige e verifica os trabalhos de cozinha; elabora ou contribui para a elaboração das ementas, tendo em atenção a natureza e o número de pessoas a servir, os víveres existentes ou susceptíveis de aquisição, e requisita às secções respectivas os géneros de que necessita para a sua confecção; dá instruções ao pessoal de cozinha sobre a preparação e confecção dos pratos, tipos de guarnição e quantidades a servir; acompanha o andamento dos cozinhados e assegura-se da perfeição dos pratos e da sua concordância com o estabelecido; verifica a ordem e a limpeza de todas as secções de pessoal e mantém em dia o inventário de todo o material de cozinha; é responsável pela conservação dos alimentos entregues na cozinha; é encarregado do aprovisionamento da cozinha e de elaborar um registo diário dos consumos; dá informações sobre quantidades necessárias às confecções dos pratos e ementas; é ainda o responsável pela elaboração das ementas do pessoal e pela boa confecção das respectivas refeições qualitativa e quantitativamente.

Dispenseiro. — Armazena, conserva e distribui géneros alimentícios e outros produtos; recebe produtos e

verifica se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas notas de encomenda; arruma-os em câmaras frigoríficas, tulhas, salgadeiras, prateleiras e outros locais apropriados; cuida da sua conservação, protegendo-os convenientemente; fornece, mediante requisição, os produtos que lhe sejam solicitados; mantém actualizados os registos; verifica periodicamente as existências e informa superiormente das necessidades de aquisição; efectua a compra de géneros de consumo diário e outras mercadorias ou artigos diversos.

Empregado de balcão. — Ocupa-se do serviço de balcão, servindo directamente as preparações de cafetaria, bebidas e doçaria para consumo no local; cobra as respectivas importâncias e observa as regras de controlo aplicáveis; colabora nos trabalhos de asseio e higiene e na arrumação da secção; elabora os inventários periódicos das existências da mesma secção.

Empregado de mesa. — Serve refeições, limpa os apuradores e garante-os com todos os utensílios necessários; põe a mesa, colocando toalhas e guardanapos, pratos, talheres, copos e recipientes com condimentos; apresenta a ementa e fornece, quando solicitadas, indicações acerca dos vários tipos de pratos e vinhos; anota os pedidos ou fixa-os mentalmente e transmite-os às secções respectivas; serve os diversos pratos, os vinhos e outras bebidas; retira e substitui a roupa e a louça servidas; recebe a conta ou envia-a à secção respectiva para debitar; levanta ou manda levantar as mesas.

Empregado de quartos/camaratas/enfermarias. — Arruma e limpa os quartos de um andar/camaratas ou enfermarias, bem como os respectivos acessos, e transporta a roupa necessária para o efeito; serve refeições nos quartos e enfermarias.

Empregado de refeitório. — Executa nos diversos sectores de um refeitório trabalhos relativos ao serviço de refeições; prepara as salas, levando e dispondo mesas e cadeiras da forma mais conveniente; coloca nos balcões e nas mesas pão, fruta, sumos e outros artigos de consumo; recebe e distribui refeições; levanta tabuleiros das mesas e transporta-os para a copa; lava as louças, recipientes e outros utensílios; procede a serviços de preparação de refeições, embora não as confeccionando. Executa ainda os serviços de limpeza e asseio dos diversos sectores.

Encarregado de refeitório. — Organiza, coordena, orienta e vigia os serviços de um refeitório e requisita os géneros, utensílios e quaisquer outros produtos necessários ao normal funcionamento dos serviços; fixa ou colabora no estabelecimento das ementas, tomando em consideração o tipo de trabalhadores a que se destinam e o valor dietético dos alimentos; distribui as tarefas ao pessoal, velando pelo cumprimento das regras de higiene, eficiência e disciplina; verifica a qualidade e quantidade das refeições; elabora mapas explicativos das refeições fornecidas, para posterior contabilização; é encarregado de receber os produtos e verificar se coincidem, em quantidade e qualidade, com os produtos descritos.

Encarregado de parque de campismo. — Dirige, colabora, orienta e vigia todos os serviços do parque de campismo e turismo de acordo com as directrizes superiores; vela pelo cumprimento das regras de higiene e assegura a eficiência da organização geral do parque;

comunica às autoridades competentes a prática de irregularidade pelos campistas; é o responsável pelo controlo das receitas e despesas, competindo-lhe fornecer aos serviços de contabilidade todos os elementos de que estes careçam; informa a direcção das ocorrências na actividade do parque e instrui os seus subordinados sobre os trabalhos que lhes estão confiados.

Pasteleiro. — Confecciona e garante produtos de pastelaria compostos por diversas massas e cremes, utilizando máquinas e utensílios apropriados; elabora receitas para bolos, determinando as quantidades de matérias-primas e ingredientes necessários à obtenção dos produtos pretendidos; pesa e doseia as matérias-primas de acordo com as receitas; prepara massas, cremes, xaropes e outros produtos, por processos tradicionais ou mecânicos, com utensílios apropriados; verifica e corrige, se necessário, a consistência das massas, adicionando-lhes os produtos adequados; unta as formas ou forra o seu interior com papel ou dá orientações nesse sentido; corta a massa, manual ou mecanicamente, ou distribui-a em formas, consoante o tipo e o produto a fabricar, servindo-se de utensílios e máquinas próprios; coloca a massa em tabuleiros, a fim de ser cozida no forno; dá orientações, se necessário, relativamente aos tempos de cozedura; decora os artigos de pastelaria com cremes, frutos, chocolate, massapão e outros produtos; mantém os utensílios e o local de trabalho nas condições de higiene requeridas.

Trabalhadores de lavandaria e de roupas

Costureira/alfaiate. — Executa vários trabalhos de corte e costura manuais e ou à máquina necessários à confecção, consertos e aproveitamento de peças de vestuário, roupas de serviço e trabalhos afins. Pode dedicar-se apenas a trabalho de confecção.

Engomador. — Ocupa-se dos trabalhos de passar a ferro e dobrar as roupas; assegura outros trabalhos da secção.

Lavadeiro. — Procede à lavagem manual ou mecânica das roupas de serviço e dos utentes; engoma a roupa, arruma-a e assegura outros trabalhos da secção.

Roupeiro. — Ocupa-se do recebimento, tratamento, arrumação e distribuição das roupas; assegura outros trabalhos da secção.

Trabalhadores de madeiras, mobiliário e decoração

Bordadeira (tapeçarias). — Borda tapeçarias, seguindo padrões e técnicas determinados, com pontos diversos, utilizando uma tela de base. Pode dedicar-se a um tipo de ponto, sendo designado em conformidade, como, por exemplo, bordadeira de tapetes de Arraiolos.

Carpinteiro. — Constrói, monta e repara estruturas de madeira e equipamentos, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas.

Dourador de ouro fino. — Procede à aplicação de folhas de ouro fino em obras de talha, molduras, mobiliário e outras superfícies de madeira, que previamente aparelha, com primários específicos; executa acabamentos e patinados.

Ebanista. — Fabrica, normalmente com madeiras preciosas, móveis e outros objectos de elevado valor artístico, com embutidos, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas. Possui conhecimentos específicos sobre concepção, desenho e execução de móveis e embutidos de elevada qualidade. Por vezes é incumbido de efectuar restauros.

Encarregado. — Controla e coordena os profissionais com actividades afins.

Entalhador. — Escolhe, predominantemente, motivos em madeira em alto ou em baixo-relevo; procede à restauração ou conserto de determinadas peças, tais como imagens e móveis de estilo.

Estofador. — Executa operações de traçar, talhar, coser, enchumacar, pegar ou grampar na confecção de estofos, arranjos e outras reparações em móveis ou superfícies a estofar.

Marceneiro. — Fabrica, monta, transforma, folheia e repara móveis de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas.

Mecânico de madeiras. — Opera com máquinas de trabalhar madeira, designadamente máquinas combinadas, máquinas de orlar, engenhos de furar, garlopas, desgrosseadeiras, plainas, tornos, tupias e outros.

Pintor-decorador. — Executa e restaura decorações em superfícies diversas, servindo-se de tintas, massas e outros materiais. Por vezes pinta e restaura mobiliários de elevado valor artístico e executa douramentos a ouro.

Pintor de lisos (madeira). — Executa pinturas, douramentos e respectivos restauros em madeira lisa, a que previamente aplica adequado tratamento com aparelho de crê e uma lavagem com cola de pelica. Executa as tarefas do dourador de madeira quando necessita de dourar.

Pintor de móveis. — Executa todos os trabalhos de pintura de móveis, assim como engessar, amassar, preparar e lixar; pinta também letras e traços.

Polidor de móveis. — Dá polimento na madeira, transmitindo-lhe a tonalidade e brilho desejados.

Serrador de serra de fita. — Regula e manobra uma máquina com uma ou mais serras de fita com ou sem alimentador.

Subencarregado. — Auxilia o encarregado e substitui-o nas suas faltas e impedimentos.

Trabalhadores metalúrgicos

Bate-chapas. — Procede à execução e reparação de peças em chapa fina, enforma e desempena por martelagem.

Batedor de ouro em folha. — Bate ouro em folha, servindo-se de martelos e livros apropriados, a fim de lhe diminuir a espessura e aumentar a superfície; funde, vaza e lamina o ouro antes de o bater.

Canalizador (picheleiro). — Procede à montagem, conservação e reparação de tubagens e acessórios de canalizações para fins predominantemente domésticos; procede, quando necessário, à montagem, reparação e conservação de caleiras e algerozes.

Cinzizador de metais não preciosos. — Executa trabalhos em relevo ou lavrados nas chapas de metal não precioso, servindo-se de cinzeiros e outras ferramentas manuais. Trabalha a partir de modelos ou desenhos que lhe são fornecidos ou segundo a própria inspiração.

Encarregado. — Controla e coordena os profissionais de actividades afins.

Fundidor-moldador em caixas. — Executa moldações em areia, em cujo interior são vazadas ligas metálicas em fusão, a fim de obter peças fundidas.

Funileiro-latoeiro. — Fabrica e ou repara artigos de chapa fina, tais como folha-de-flandres, zinco, alumínio, cobre, chapa galvanizada, plástico com aplicações domésticas e ou industriais.

Serralheiro civil. — Constrói e ou monta e repara estruturas metálicas, tubos condutores de combustíveis, ar ou vapor, carroçarias de veículos automóveis, andaimes e similares para edifícios, pontes, navios, caldeiras, cofres e outras obras.

Serralheiro mecânico. — Executa peças, monta, repara e conserva vários tipos de máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, com excepção dos instrumentos de precisão e das instalações eléctricas. Incluem-se nesta categoria os profissionais que, para aproveitamento de órgãos mecânicos, procedem à sua desmontagem, nomeadamente de máquinas e veículos automóveis considerados sucata.

Subencarregado. — Auxilia o encarregado e substitui-o nas suas faltas e impedimentos.

Trabalhadores de panificação

Ajudante de padaria. — Corta, pesa, enrola e tende a massa a panificar, a fim de lhe transmitir as características requeridas, para o que utiliza faca e balança ou máquinas divisoras, pesadoras, enroladoras ou outras com que trabalha, cuidando da sua limpeza e arrumação, podendo ainda colaborar com o amassador e o forneiro. Pode também ser designado por manipulador ou panificador.

Amassador. — Amassa manualmente ou alimenta, regula e assegura o funcionamento de máquinas utilizadas na amassadura da farinha a panificar, sendo responsável pelo bom fabrico do pão e produtos afins; manipula as massas e refresca os iscos nas regiões em que tal sistema de fabrico seja adoptado; substitui o encarregado de fabrico nas suas faltas e impedimentos.

Aprendiz. — Faz a aprendizagem para desempenhar as tarefas de amassador ou forneiro.

Encarregado de fabrico. — É o responsável pela aquisição de matérias-primas, pelo fabrico em tempo para a expedição e pela elaboração dos respectivos mapas, competindo-lhe ainda assegurar a boa qualidade do pão e a disciplina do pessoal de fabrico.

Forneiro. — Alimenta, regula e assegura o funcionamento do forno destinado a cozer pão e produtos afins, sendo responsável pela boa cozedura do pão bem como pelo enforamento e saída.

Trabalhadores de reabilitação e emprego protegido

Arquivista. — Classifica e arquiva as obras recebidas no arquivo; regista as entradas e saídas de livros; elabora fichas dos utentes para envio de obras pelo correio, confrontando e registando os nomes e endereços em negro e em *braille*; mantém-se actualizado relativamente à saída de novas publicações em *braille*.

Correioiro. — Trabalha em couro, napa, borracha e materiais afins para apoio à ortopedia e próteses.

Encarregado de oficina. — Coordena e dirige os trabalhos da oficina; ministra formação e aperfeiçoamento profissional.

Estereotipador. — Executa as tarefas de moldação, fundição e acabamento de clichés metálicos destinados a impressão.

Ferramenteiro. — Controla as entradas e saídas das ferramentas ou materiais e procede à sua verificação, conservação e simples reparação; faz requisições de novas ferramentas ou materiais, controla as existências e recebe e ou entrega ferramentas.

Formador. — Planeia, prepara, desenvolve e avalia sessões de formação de uma área científico-tecnológica específica, utilizando métodos e técnicas pedagógicas adequadas: elabora o programa da área formativa a ministrar, definindo os objectivos e os conteúdos programáticos de acordo com as competências terminais a atingir; define critérios e selecciona os métodos e técnicas pedagógicas a utilizar de acordo com os objectivos, a temática e as características dos formadores; define, prepara e ou elabora meios e suportes didácticos de apoio, tais como audiovisuais, jogos pedagógicos e documentação; desenvolve as sessões, transmitindo e desenvolvendo conhecimentos; avalia as sessões de formação, utilizando técnicas e instrumentos de avaliação, tais como inquéritos, questionários, trabalhos práticos e observação. Por vezes elabora, aplica e classifica testes de avaliação.

Pode elaborar ou participar na elaboração de programas de formação.

Impressor. — Predominantemente, assegura o funcionamento de máquinas de impressão, para impressão em *braille*.

Monitor. — Planeia, prepara, desenvolve e avalia sessões de formação de uma área específica utilizando métodos e técnicas pedagógicas adequadas: elabora o programa da área temática a ministrar, definindo os objectivos e os conteúdos programáticos de acordo com as competências terminais a atingir; define critérios e selecciona os métodos essencialmente demonstrativos e as técnicas pedagógicas a utilizar de acordo com os objectivos, a temática e as características dos formandos; define, prepara e ou elabora meios e suportes didácticos de apoio, tais como documentação, materiais e equipamentos, ferramentas, visitas de estudo; desenvolve as sessões, transmitindo e desenvolvendo conhecimentos

de natureza teórico-prática, demonstrando a execução do gesto profissional e promovendo a respectiva repetição e correcção; elabora, aplica e classifica testes de avaliação tais como questionários e inquéritos.

Elabora ou participa na elaboração de programas de formação e ou no processo de selecção de candidatos e formandos.

Revisor. — Procede à leitura de provas de texto.

Técnico de «braille». — Ensina invisuais a ler e escrever *braille*.

Técnico de reabilitação. — Aplica determinado sistema de reabilitação numa área específica de deficientes.

Tradutor. — Traduz para *braille* textos de natureza diversa, designadamente técnica e cultural, após leitura dos mesmos, para que não haja alteração das ideias fundamentais do original.

Trabalhadores rodoviários e de postos de abastecimento

Abastecedor. — Fornece carburantes nos postos e bombas abastecedoras, competindo-lhe também cuidar das referidas bombas; presta assistência aos clientes, nomeadamente na verificação do óleo do motor, da água e da pressão dos pneus.

Ajudante de motorista. — Acompanha o motorista, competindo-lhe auxiliá-lo na manutenção do veículo; vigia, indica as manobras; arruma as mercadorias no veículo e auxilia na descarga, fazendo no veículo a entrega das mercadorias a quem as carrega e transporta para o local a que se destinam; entrega directamente ao destinatário pequenos volumes de mercadorias com pouco peso.

Encarregado. — É o trabalhador que nas garagens, estações de serviço, postos de abastecimento, parques de estacionamento e estabelecimentos de venda de combustíveis, lubrificantes e pneus representa a entidade patronal; atende os clientes, cobra e paga facturas; orienta o movimento interno; fiscaliza e auxilia o restante pessoal.

Motorista de ligeiros. — Conduz veículos ligeiros, possuindo para o efeito carta de condução profissional; zela, sem execução, pela boa conservação e limpeza dos veículos; verifica diariamente os níveis de óleo e de água e a pressão dos pneus; zela pela carga que transporta e efectua a carga e descarga.

Motorista de pesados. — Conduz veículos automóveis com mais de 3500 kg de carga ou mais de nove passageiros, possuindo para o efeito carta de condução profissional; compete-lhe ainda zelar, sem execução, pela boa conservação e limpeza do veículo e pela carga que transporta, orientando também a sua carga e descarga; verifica os níveis de óleo e de água.

Trabalhadores dos serviços de diagnóstico e terapêutica

A) Técnicos

Cardiografista. — Executa electrocardiogramas, vetocardiogramas, fonocardiogramas e outros, utilizando aparelhos apropriados; prepara o doente para o exame e observa durante a sua execução tudo quanto possa contribuir para uma boa interpretação dos traçados.

Dietista. — Elabora regimes alimentares para indivíduos sãos e doentes; recolhe elementos (condições físicas, tipo de trabalho, idade) respeitantes ao indivíduo a quem as dietas se destinam; calcula as percentagens de proteínas, hidratos de carbono e gorduras necessárias ao indivíduo; consulta tabelas sobre valor calórico dos alimentos; procede a inquéritos alimentares, à inspecção de alimentos e verifica as suas características organolépticas. Por vezes fornece indicações quanto à conservação e confecção de alimentos.

Electroencefalografista. — Faz electroencefalogramas, utilizando um electroencefalógrafo; prepara o doente para esse tipo de exame (colocação dos eléctrodos e preparação psicológica do examinado); observa durante a sua execução tudo quanto possa contribuir para uma boa interpretação do traçado.

Fisioterapeuta. — Utiliza, sob prescrição médica, diferentes técnicas e métodos, designadamente exercícios terapêuticos, treino funcional para as actividades da vida diária, técnicas de facilitação neuromuscular, cinesioterapia respiratória, drenagem e outros, a fim de evitar a incapacidade quanto possível e obter a máxima recuperação funcional do indivíduo.

Pode utilizar outras técnicas, como sejam a hidroterapia, as massagens e a electroterapia.

Ortoptista. — Procede ao tratamento reeducativo dos desequilíbrios motores do globo ocular e das perturbações de visão binocular, utilizando aparelhos apropriados; regista os dados obtidos nos vários exames numa ficha individual de observação; executa tratamento ortóptico de recuperação pós-operatória.

Pneumografista. — Executa exames funcionais respiratórios (espirometria, mecânica ventilatória, provas farmacodinâmicas, difusão, gasometria arterial e ergometria), utilizando aparelhos apropriados; prepara o doente de acordo com o tipo de exame a efectuar; controla o desenrolar dos exames, vigiando os aparelhos da função respiratória e a reacção do doente; regista e efectua os cálculos dos resultados obtidos.

Preparador de análises clínicas. — Executa análises, depois de ter recebido ou feito colheita de amostras de produtos biológicos; observa os fenómenos, identifica-os e regista-os; lava e procede à manutenção do material específico. Pode ser especializado em aparelhos de alta complexidade técnica, como analisadores automáticos, similares e outros.

Radiografista. — Obtém radiografias, utilizando aparelhos de raios X, para o que prepara o doente, tendo em vista o tipo de exame pretendido; manipula os comandos do aparelho para regular a duração da exposição e a intensidade da penetração da radiação; faz registos dos trabalhos executados.

Radioterapeuta. — Utiliza aparelhos de radiações ionizantes com fins terapêuticos; prepara o doente de acordo com o tipo de tratamento a efectuar; controla o desenrolar dos tratamentos, vigiando aparelhos apropriados, regista os trabalhos efectuados.

Técnico de análises clínicas. — Procede à colheita de tomas para análises; prepara e ensaia reagentes, meios de cultura e solutos padrão correntes; manipula, pes-

quisa e doseia produtos biológicos, executa culturas, técnicas e caracterizações hematológicas; escolhe a técnica e o equipamento mais adequados ao trabalho a efectuar; faz a testagem das técnicas usadas e a usar, calculando os factores aferidos da precisão e exactidão dos métodos e o respectivo coeficiente de averiguação; observa os diferentes fenómenos, identifica-os e regista-os conforme os padrões estabelecidos. É o primeiro responsável pelos dados fornecidos de acordo com os estudos e determinações que efectua. Pode desenvolver a sua actividade, entre outras, nas áreas de bioquímica, endocrinologia, genética, hematologia, microbiologia, parasitologia, hemoterapia e saúde pública.

Técnico de audiometria. — Faz diversos tipos de exames audiométricos, utilizando aparelhagem e técnicas apropriadas; faz a testagem das capacidades auditivas dos doentes e das próteses auditivas; prepara as inserções moldadas para o ouvido; treina os doentes portadores de aparelhos de próteses auditivas.

Técnico de cardiopneumografia. — Actua no âmbito de cardiologia, angiologia, pneumologia e cirurgia torácica; executa e regista actividades cardiopneumovasculares do doente, designadamente electrocardiogramas, fonomecanogramas, ecocardiogramas e vetocardiogramas; actua e colabora na análise, medição e registo de diversos valores de parâmetros nas áreas do *pacings* cardíaco, electrofisiologia e hemodinâmica; determina pulsos arteriais e venosos; realiza espirogramas, pneumotacogramas, pletismogramas, provas ergométricas, provas farmacodinâmicas e gasometria arterial; assegura a preparação do doente para os exames e verifica o correcto estado de funcionamento dos aparelhos, colabora na implementação da técnica (ou técnicas) dentro do serviço a que pertença, nomeadamente na organização de organogramas, montagem e manuseamento de arquivos.

Técnico de locomoção. — Ensina, com vista ao desenvolvimento dos deficientes visuais, técnicas de locomoção e orientação na via pública, transportes, etc.

Técnico de neurofisiografia. — Executa os registos de teste da actividade cerebral (electroencefalograma e neuromuscular); no âmbito da electroencefalografia executa o traçado e no da electromiografia colabora, preparando o material e tomando notas dos actos técnicos executados pelo médico durante o exame; elabora fichas individuais dos doentes, onde lança os dados colhidos dos registos efectuados.

Técnico de ortóptica. — Aplica técnicas para correcção e recuperação dos desequilíbrios motores do globo ocular e perturbações da visão binocular (heterofacias, estrabismos e paralisias oculomotoras); desempenha tarefas de perimetria, fazendo campos visuais, tonometria e tonografia, bem como exames de adaptometrista, visão de cores, electroculagrafia e fotografia dos olhos a curta distância; elabora fichas individuais de observação, onde regista os dados obtidos nos exames efectuados.

Técnico ortoprotésico. — Executa, segundo prescrição médica, próteses e ortóteses; assegura a colocação dos membros artificiais e outros aparelhos ortopédicos, tendo em vista a correcção de deformações.

Terapeuta da fala. — Elabora, sob prescrição médica, a partir da observação directa do doente e conhecimento dos respectivos antecedentes, o plano terapêutico, consoante a deficiência da fala diagnosticada pelo médico; reeduca alterações de linguagem, nomeadamente perturbações de articulação, voz, fluência, atrasos no seu desenvolvimento e perda da capacidade da fala, utilizando os métodos e técnicas mais apropriados; orienta o doente, a família e os professores, tendo em vista complementar a acção terapêutica.

Terapeuta ocupacional. — Elabora, sob prescrição médica, a partir da observação directa do doente e conhecimento dos respectivos antecedentes, o plano terapêutico, consoante a deficiência diagnosticada pelo médico; procede ao tratamento do doente, através da orientação do uso de actividades escolhidas, tais como domésticas, jardinagem, artesanais, desportivas, artísticas e sócio-recreativas, e orienta o doente, a família e outros elementos do seu agregado laboral e social.

B) Técnicos auxiliares

Ajudante técnico de análises clínicas. — Executa trabalhos técnicos simples, nomeadamente análises de urina correntes, preparação de lâminas, de reagentes e de meios de cultura simples; observa os fenómenos, identifica-os e regista-os; efectua colheitas e auxilia nas tarefas conducentes às transfusões de sangue.

Ajudante técnico de fisioterapia. — Executa algumas tarefas nos domínios de electroterapia e da hidroterapia designadamente infravermelhos e ultravioletas, correntes de alta frequência e correntes galvânicas, banho de remoinho, calor húmido, local ou geral, parafinas, banhos de contraste e outros: coloca o doente nos aparelhos de mecanoterapia e aplica aerossóis.

Encarregado da câmara escura. — Executa em câmara escura as tarefas relativas ao tratamento de películas destinadas à obtenção de radiografias, utilizando produtos químicos adequados; identifica os diferentes exames, preparando-os para relatório; regista os trabalhos executados; procede à manutenção do material e cuida dos meios automáticos de revelação, caso existam.

Ortopédico. — Assegura a colocação dos membros artificiais e outros aparelhos ortopédicos, segundo prescrição médica, tendo em vista a correcção de deformações.

Trabalhadores sociais

Agente de educação familiar. — Promove a melhoria da vida familiar, através da consciencialização do sentido e conteúdo dos papéis familiares e educação dos filhos e do ensino de técnicas de simplificação e racionalização das tarefas domésticas; procura solucionar os problemas apresentados ou proporciona no domicílio, mediante a análise das condições reais do lar, os conselhos adequados à melhoria da vida familiar e doméstica.

Ajudante familiar domiciliário. — Procede ao acompanhamento do utente no domicílio; cuida da sua higiene e conforto, sob supervisão do enfermeiro e de acordo com o grau de sua dependência; recolhe roupas sujas e distribui roupa lavada, podendo ainda efectuar o respectivo transporte; realiza, no exterior, serviços fundamentais aos utentes, sempre que necessário; acompanha-os nas suas deslocações; ministra aos utentes, sob supervisão do enfermeiro, medicação não injectável

prescrita; informa as instituições de eventuais alterações que se verifiquem na situação global dos utentes; conduz, quando necessário, a viatura da instituição.

Animador cultural. — Organiza, coordena e ou desenvolve actividades de animação e desenvolvimento sócio-cultural junto dos utentes no âmbito dos objectivos da instituição; acompanha e procura desenvolver o espírito de pertença, cooperação e solidariedade das pessoas, bem como proporcionar o desenvolvimento das suas capacidades de expressão e realização, utilizando para tal métodos pedagógicos e de animação.

Educador social. — Presta ajuda técnica com carácter educativo e social a Níveis, em ordem ao aperfeiçoamento das suas condições de vida; realiza e apoia actividades de Nível, de carácter recreativo, para crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Técnico de actividades de tempos livres (ATL). — Orienta e coordena a actividade dos ajudantes de ocupação. Actua junto de crianças em idade escolar, com vista à sua ocupação durante o tempo deixado livre pela escola, proporcionando-lhes ambiente adequado e actividades de carácter educativo; acompanha a evolução da criança e estabelece contactos com os pais e professores no sentido de obter uma acção educativa integrada e de despiste de eventuais casos sociais e de problemas de foro psíquico que careçam de especial atenção e encaminhamento. Em alguns casos conta com o apoio do psicólogo.

Técnico auxiliar de serviço social. — Ajuda os utentes em situação de carência social a melhorar as suas condições de vida; coadjuva ou organiza actividades de carácter educativo e recreativo para crianças, adolescentes e jovens, bem como actividades de ocupação de tempos livres para idosos; apoia os indivíduos na sua formação social e na obtenção de um maior bem-estar; promove ou apoia cursos e campanhas de educação sanitária, de formação familiar e outros. Pode também ser designado por auxiliar social.

Técnico de serviço social. — Estuda e define normas gerais, esquemas e regras de actuação do serviço social das instituições; procede à análise de problemas de serviço social directamente relacionados com os serviços das instituições; assegura e promove a colaboração com os serviços sociais de outras instituições ou entidades; estuda com os indivíduos as soluções possíveis dos seus problemas (descoberta do equipamento social de que podem dispor); ajuda os utentes a resolver adequadamente os seus problemas de adaptação e readaptação social, fomentando uma decisão responsável.

Outros trabalhadores

Cinema

Arrumador. — Observa os bilhetes e indica os lugares aos espectadores; distribui programas e prospectos dentro da sala.

Bilheteiro. — Tem a responsabilidade integral dos serviços de bilheteira, assegurando a venda de bilhetes, a elaboração das folhas de bilheteira e os pagamentos e recebimentos efectuados na bilheteira.

Projeccionista. — Faz a projecção de filmes.

Encarregados gerais

Encarregado geral. — Controla e coordena directamente os encarregados.

Reparação de calçado

Sapateiro. — Repara sapatos usados, substituindo as solas, palmilhas, saltos ou outras peças, que cose, prega e cola, utilizando ferramentas manuais; limpa e engraxa o calçado.

Técnicos de desenho

Desenhador-projectista. — Concebe, a partir de um programa dado, verbal ou escrito, anteprojectos e projectos de um conjunto ou partes de um conjunto, procedendo ao seu estudo, esboço ou desenho e efectuando os cálculos que, não sendo específicos de engenharia, sejam necessários à sua estruturação e interligação; elabora memórias ou notas discriminativas que completem ou esclareçam aspectos particulares das peças desenhadas, com perfeita observância de normas, especificações técnicas e textos leais; colabora na elaboração de cadernos de encargos.

Outros trabalhadores da saúde

Ajudante de enfermaria. — Desempenha tarefas que não requeiram conhecimentos específicos de enfermagem, sob a orientação do enfermeiro; colabora na prestação de cuidados de higiene e conforto e de alimentação dos utentes; procede ao acompanhamento e transporte dos doentes em camas, macas, cadeiras de rodas ou a pé, dentro e fora do estabelecimento; assegura o transporte de medicamentos e produtos de consumo corrente necessários ao regular funcionamento do serviço; procede à recepção de roupas lavadas e entrega de roupas sujas e sua entrega na lavandaria.

Auxiliar de enfermagem. — Presta cuidados simples de enfermagem, sob orientação dos enfermeiros.

Parteira. — Dispensa cuidados a parturientes com o fim de auxiliar no momento do parto e no período pós-parto.

ANEXO II

Condições específicas

Cobreadores

Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de cobrador a idade mínima de 18 anos.

Contínuos, guardas e barbeiros

Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de guarda ou guarda rondista a idade mínima de 21 anos.

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com a profissão de contínuo, de guarda ou guarda rondista e porteiro desenvolve-se pelas categorias de 2.^a e 1.^a

2 — Constitui requisito da promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de contínuo, guarda ou guarda rondista e porteiro de 2.^a

Electricistas

Aprendizagem, acesso e carreira

1 — O aprendiz será promovido a ajudante após dois anos de aprendizagem.

2 — O ajudante será promovido a pré-oficial logo que complete dois anos naquela profissão.

3 — Será admitido no, mínimo, como pré-oficial o trabalhador diplomado pelas escolas oficiais nos cursos de electricista ou electricista montador e ainda os diplomados com o curso de electricista da Casa Pia de Lisboa, Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, 2.^o grau de torpedeiros e electricistas da Marinha de Guerra Portuguesa, Escola de Marinheiros e Mecânicos da Marinha Mercante Portuguesa e cursos de formação adequada do extinto Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra ou do actual Instituto do Emprego e Formação Profissional.

4 — O pré-oficial será promovido a oficial electricista de 3.^a logo que complete dois anos de bom e efectivo serviço naquela profissão.

5 — A carreira do trabalhador com a profissão de oficial electricista desenvolve-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

6 — Constitui requisito de promoção a oficial electricista de 2.^a a 1.^a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Fogueiros

Admissão

As condições mínimas de admissão para o exercício de funções inerentes a qualquer das profissões incluídas neste nível profissional são as constantes do Regulamento da Profissão de Fogueiro.

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com a profissão de fogueiro desenvolve-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

2 — Constitui requisito da promoção a fogueiro de 2.^a ou 1.^a a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Telefonistas

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com a profissão de telefonista desenvolve-se pelas categorias de 2.^a, 1.^a e principal.

2 — Constitui requisito da promoção a telefonista de 1.^a e principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores administrativos

Admissão

1 — As habilitações mínimas exigíveis para a admissão de trabalhador com a profissão de correspondente em línguas estrangeiras, documentalista, escriturário, operador de computador, operador de máquinas auxi-

liares, operador de tratamento de texto, recepcionista e secretário são o 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes.

2 — As condições de admissão para as profissões de caixa, chefe de escritório, chefe de departamento, chefe de secção, escriturário principal, subchefe de secção, guarda-livros e tesoureiro são as seguintes:

- a) Idade mínima de 18 anos;
- b) 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes.

3 — Constitui condição de admissão para a profissão de contabilista a titularidade de adequado curso de ensino superior.

Estágio

1 — O ingresso nas profissões de escriturário, operador de computador, operador de máquinas auxiliares e recepcionista poderá ser precedido de estágio.

2 — O estágio para escriturário terá a duração de dois anos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — Para os trabalhadores admitidos com idade igual ou superior a 21 anos ou que completem 21 anos durante o estágio, este não poderá exceder um ano.

4 — O estágio para operador de computador terá a duração de um ano.

5 — O estágio para operador de máquinas auxiliares e recepcionista terá a duração de quatro meses.

Acesso e carreiras

1 — Logo que completem o estágio, os estagiários ingressam na categoria mais baixa prevista na carreira para que estagiaram.

2 — A carreira do trabalhador com a profissão de escriturário desenvolve-se pelas categorias de terceiro-escriturário, segundo-escriturário e primeiro-escriturário.

3 — Constitui requisito da promoção a segundo-escriturário e primeiro-escriturário a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

4 — A carreira do trabalhador com a profissão de operador de computador desenvolve-se pelas categorias de operador de computador de 1.ª e 2.ª

5 — Constitui requisito da promoção a operador de 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria de operador de computador de 2.ª

6 — A carreira do trabalhador com a profissão de máquinas auxiliares, operador de processamento de texto e recepcionista desenvolve-se pelas categorias de 2.ª, 1.ª e principal.

7 — Constitui requisito de promoção a operador de máquinas auxiliares, operador de processamento de texto e recepcionista de 1.ª e principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores da agricultura

Admissão

1 — Constitui condição de admissão para a profissão de feitor a idade mínima de 18 anos.

As condições mínimas de admissão para a profissão de tractorista são:

- a) Idade mínima de 18 anos;
- b) Experiência e habilitações profissionais adequadas.

Trabalhadores do comércio e armazém

Admissão

Constitui condição de admissão para as profissões de caixa de balcão, caixeiro-chefe de secção, caixeiro-encarregado, encarregado de armazém, encarregado de sector de armazém e fiel de armazém a idade mínima de 18 anos.

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com a profissão de fiel de armazém desenvolve-se pelas categorias de fiel de armazém de 2.ª e 1.ª

2 — Constitui requisito da promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de fiel de armazém de 2.ª

3 — A carreira do trabalhador com a profissão de caixeiro desenvolve-se pelas categorias de caixeiro de 3.ª, 2.ª e 1.ª

4 — Constitui requisito de promoção a caixeiro de 2.ª e 1.ª prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores da construção civil

Aprendizagem e estágio

1 — A aprendizagem para as profissões de carpinteiro de limpos, carpinteiro de tosko ou cofragem, estucador, pedreiro e pintor tem a duração de dois anos.

2 — O aprendiz com mais de 18 anos de idade tem um período mínimo de aprendizagem de 12 meses.

3 — O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a aprendizagem.

4 — O período de tirocínio do praticante é de dois anos.

Acesso e carreira

1 — O praticante ascende à categoria mais baixa da carreira estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2 — A carreira do trabalhador com a profissão de carpinteiro de limpos, carpinteiro de tosko ou cofragem, estucador, pedreiro e pintor desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª e 1.ª

3 — Constitui requisito da promoção a carpinteiro de limpos, carpinteiro de tosko ou cofragem, estucador, pedreiro e pintor de 2.ª a 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Auxiliar menor

Logo que complete um ano de exercício de funções, o auxiliar menor transitará para aprendiz, salvo se, por ter completado 18 anos de idade, tiver transitado para servente.

Trabalhadores de farmácia — Profissionais da farmácia

Categorias profissionais

1 — As categorias profissionais são as seguintes:

- a) Praticante;
- b) Ajudante de farmácia;
- c) Ajudante técnico de farmácia.

2 — É praticante o trabalhador durante os primeiros 2 anos de prática e até atingir 500 dias de presença efectiva na farmácia.

3 — É ajudante de farmácia o trabalhador que tenha completado 2 anos de prática na categoria anterior, com um mínimo de 500 dias de presença efectiva na farmácia e o que a lei considerar como tal.

4 — É ajudante técnico de farmácia o trabalhador que, habilitado com o 9.º ano de escolaridade obrigatória ou habilitações equivalentes, tenha completado 3 anos de prática na categoria anterior, com um mínimo de 250 dias de presença efectiva com bom aproveitamento.

Registo de prática

1 — A entidade patronal é obrigada a enviar aos competentes serviços do Ministério da Saúde, para registo, em Janeiro de cada ano, os documentos comprovativos do tempo de prática adquirida pelos trabalhadores ao seu serviço.

2 — O registo cessa após o trabalhador ter atingido a categoria de ajudante técnico.

3 — A entidade patronal que não der cumprimento em devido tempo ao determinado no n.º 1 fica sujeita ao pagamento a favor do trabalhador de um quantitativo igual ao dobro da diferença entre a retribuição entretanto auferida e aquela a que o trabalhador tem direito.

4 — O previsto no número anterior considera-se sem prejuízo de quaisquer multas administrativas a que no caso houver lugar.

Admissão

1 — Só poderão ser admitidos na farmácia os trabalhadores que satisfizerem as seguintes condições:

- a) Na categoria de praticante, possuir como habilitações mínimas o 2.º ciclo do ensino básico ou equivalente; e
- b) Nas categorias de ajudante e ajudante técnico, possuir carteira profissional ou documento comprovativo de que a requereu, passados pela entidade competente no prazo de 30 dias a contar do dia da admissão.

Nenhum trabalhador pode continuar ao serviço da farmácia se, findos 30 dias após a admissão, não tiver feito prova de que se encontra nas condições previstas no número anterior.

Trabalhadores com funções de chefia dos serviços gerais

Admissão

1 — As condições de admissão para chefe dos serviços gerais são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 21 anos;
- b) 9.º ano de escolaridade obrigatória ou habilitações equivalentes;
- c) Experiência e habilitações profissionais adequadas.

2 — As condições de admissão para encarregado, encarregado geral, encarregado de sector e encarregado de serviços gerais são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 21 anos;
- b) Experiência e habilitações profissionais adequadas.

Trabalhadores com funções pedagógicas

Admissão

1 — Constitui condição de admissão para as profissões de professor e educador de infância a titularidade das habilitações legalmente exigidas.

2 — Constitui condição de admissão para a profissão de auxiliar de educação a titularidade de diploma para o exercício da profissão,

3 — As habilitações mínimas exigíveis para a admissão de trabalhador com a profissão de professor são o 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes.

Contagem do tempo de serviço

Para efeitos de progressão dos professores nos vários níveis de remuneração previstas no anexo IV, conta-se como tempo de serviço não apenas o tempo de serviço prestado no mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimentos de ensino pertencentes à mesma entidade patronal, mas também o serviço prestado noutros estabelecimentos de ensino particular ou público, desde que devidamente comprovado e classificado e que a tal não se oponham quaisquer disposições legais.

Trabalhadores gráficos

Aprendizagem e tirocínio

1 — A aprendizagem para as profissões de compositor manual, compositor mecânico (linotipista), costureiro de encadernação, dourador, encadernador, encadernador-dourador, fotocompositor, fotógrafo, fundidor monotipista, impressor (flexografia), impressor tipográfico, montador, operador manual, operador de máquinas (de encadernação ou de acabamentos), perfurador de fotocomposição, restaurador de folhas, teclista, teclista monotipista e transportador tem a duração de três anos.

2 — O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a aprendizagem.

3 — O período de tirocínio do praticante é de quatro anos.

Acesso e carreira

1 — O praticante ascende à categoria mais baixa estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2 — A carreira do trabalhador com a profissão de compositor manual, compositor mecânico (linotipista), costureiro de encadernação, dourador, encadernador, encadernador-dourador, fotocompositor, fotógrafo, fundidor monotipista, impressor (flexografia), impressor (litografia), impressor tipográfico, montador, operador manual, operador de máquinas (de encadernação ou de acabamentos), perfurador de fotocomposição, restaurador de folhas, teclista, teclista monotipista e transportador desenvolve-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

3 — Constitui requisito de promoção a compositor manual, compositor mecânico (linotipista), costureiro de encadernação, dourador, encadernador, encadernador-dourador, fotocompositor, fotógrafo, fundidor monotipista, impressor (flexografia), impressor (litografia), impressor tipográfico, montador, operador manual, operador de máquinas (de encadernação ou de acabamentos), perfurador de fotocomposição, restaurador de folhas, teclista, teclista monotipista e transportador de 2.^a e 1.^a a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores de hotelaria

Admissão

As condições mínimas de admissão para o exercício de funções inerentes a qualquer das profissões incluída no nível profissional dos trabalhadores de hotelaria são as seguintes:

- a) Robustez física suficiente para o exercício da actividade, a comprovar pelo boletim de sanidade, quando exigido por lei;
- b) Titularidade de carteira profissional, quando obrigatória para a respectiva profissão.

Aprendizagem

1 — Os trabalhadores admitidos com menos de 18 anos de idade terão um período de aprendizagem nunca inferior a 12 meses.

2 — A aprendizagem para as profissões de cozinheiro, despenseiro e pasteleiro terá a duração de dois anos, independentemente da idade de admissão.

3 — A aprendizagem para as profissões de empregado de balcão, empregado de mesa e empregado de refeitório, quando a admissão ocorra depois dos 18 anos, tem a duração de um ano.

4 — A aprendizagem para as profissões de empregado de quartos/camaratas/enfermarias e empregado de refeitório, quando a admissão ocorra depois dos 18 anos, tem a duração de seis meses.

5 — O aprendiz ascenderá a estagiário logo que complete a aprendizagem.

Estágio

1 — O estágio para cozinheiro e pasteleiro terá a duração de quatro anos, subdividido em períodos iguais.

2 — O estágio para despenseiro, empregado de balcão, empregado de mesa empregado de refeitório tem a duração de 12 meses.

3 — O estágio para a profissão de empregado de quartos/camaratas/enfermarias tem a duração de seis meses.

Acesso e carreira

1 — O estagiário ingressa na profissão logo que complete o período de estágio.

2 — O estagiário para cozinheiro e pasteleiro ascende à categoria mais baixa estabelecida para as respectivas profissões.

3 — As carreiras do trabalhador com a profissão de cozinheiro e pasteleiro desenvolvem-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

4 — Constitui requisito da promoção a cozinheiro e pasteleiro de 2.^a e 1.^a a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores de lavandaria e de roupas

Aprendizagem

1 — Os trabalhadores admitidos com menos de 18 anos de idade têm um período de aprendizagem nunca inferior a 12 meses.

2 — A aprendizagem para a profissão de costureira/alfaiate tem a duração de dois anos, independentemente da idade de admissão.

3 — A aprendizagem para as profissões de engomador, lavadeiro e roupeiro, quando a admissão ocorra depois dos 18 anos, tem a duração de um ano.

4 — O aprendiz ascenderá a estagiário logo que complete a aprendizagem.

Estágio

1 — O estágio para a profissão de costureira/alfaiate tem a duração de 12 meses.

2 — O estagiário para a profissão de engomador, lavadeiro e roupeiro tem a duração de seis meses.

3 — O estagiário ingressa na profissão logo que complete o período de estágio.

Trabalhadores de madeiras, mobiliário e decoração

Aprendizagem e tirocínio

1 — A aprendizagem para as profissões de bordadeira (tapeçarias), carpinteiro, dourador, dourador de ouro fino, ebanista, entalhador, estofador, marceneiro, mecânico de madeiras, pintor-decorador, pintor de lisos (madeira), pintor de móveis, polidor de móveis, preparador de lâminas e ferramentas e serrador de serra (fita) tem a duração de dois anos.

2 — O aprendiz com mais de 18 anos de idade tem um período mínimo de aprendizagem de 12 meses.

3 — O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a aprendizagem.

4 — O período de tirocínio do praticante é de dois anos.

Acesso e carreira

1 — O praticante ascende à categoria mais baixa estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2 — A carreira do trabalhador com a profissão de bordadeira (tapeçarias), carpinteiro, dourador, dourador de ouro fino, ebanista, entalhador, estofador, marceneiro, mecânico de madeiras, pintor-decorador, pintor de lisos (madeira), pintor de móveis, polidor de móveis, preparador de lâminas e ferramentas e serrador de serra (fita) desenvolve-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

3 — Constitui requisito da promoção a bordadeira (tapeçarias), carpinteiro, dourador, dourador de ouro fino, ebanista, entalhador, estofador, marceneiro, mecânico de madeiras, pintor-decorador, pintor de lisos (madeira), pintor de móveis, polidor de móveis, preparador de lâminas e ferramentas e serrador de serra (fita) de 2.^a e 1.^a a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores metalúrgicos

Aprendizagem e tirocínio

1 — A aprendizagem para as profissões de bate-chapas, batedor de ouro em folha, canalizador (picheleiro), cinzelador de metais não preciosos, fundidor-moldador em caixas, funileiro-latoeiro, serralheiro civil e serralheiro mecânico tem a duração de dois anos.

2 — O aprendiz com mais de 18 anos de idade tem um período mínimo de aprendizagem de 12 meses.

3 — O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a aprendizagem.

4 — O período de tirocínio do praticante é de dois anos.

Acesso e carreira

1 — O praticante ascende à categoria mais baixa estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2 — A carreira do trabalhador com a profissão de bate-chapas, batedor de ouro em folha, canalizador (picheleiro), cinzelador de metais não preciosos, fundidor-moldador em caixas, funileiro-latoeiro, serralheiro civil e serralheiro mecânico desenvolve-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

3 — Constitui requisito da promoção a bate-chapas, batedor de ouro em folha, canalizador (picheleiro), cinzelador de metais não preciosos, fundidor-moldador em caixas, funileiro-latoeiro, serralheiro civil e serralheiro mecânico de 2.^a a 1.^a a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

Trabalhadores de panificação

Admissão

Constitui condição de admissão para os trabalhadores de panificação a titularidade do boletim de sanidade, bem como da carteira profissional, nos casos em que estes constituam título obrigatório para o exercício da profissão.

Aprendizagem

1 — A aprendizagem tem a duração de dois anos.

2 — O aprendiz ascenderá a ajudante de padaria logo que complete o período de aprendizagem.

3 — O aprendiz com mais de 18 anos de idade ascenderá a ajudante desde que permaneça um mínimo de 12 meses como aprendiz.

Trabalhadores de reabilitação e emprego protegido

Admissão

1 — As condições de admissão para as profissões de correio, ferramenteiro e impressor são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 18 anos;
- b) Experiência profissional adequada.

2 — As condições de admissão para as profissões de arquivista, encarregado de oficina, esterotipador, monitor, revisor, técnico de *braille*, técnico de reabilitação e tradutor são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 18 anos;
- b) Habilitações profissionais adequadas.

3 — Constitui condição de admissão para a profissão de formador a titularidade das habilitações legalmente exigidas.

4 — A carreira do trabalhador com a profissão de esterotipador, revisor e tradutor desenvolve-se pelas categorias de 2.^a, 1.^a e principal.

5 — Constitui requisito da promoção a esterotipador, revisor e tradutor de 1.^a e principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

6 — A carreira do trabalhador com a profissão de monitor desenvolve-se pelas categorias de 2.^a, 1.^a e principal.

7 — Constitui requisito da promoção a monitor de 1.^a a prestação de três anos de bom e efectivo serviço.

8 — Constituem requisitos da promoção a monitor principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço e a titularidade de curso profissional específico na área que lecciona.

Trabalhadores rodoviários e de postos de abastecimentos

Admissão

1 — As condições de admissão para o exercício das funções inerentes às profissões de motoristas ligeiros e de pesados são as exigidas por lei.

2 — Constitui condição de admissão para a profissão de abastecedor, ajudante de motorista e encarregado a idade mínima de 18 anos.

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com as profissões de motorista de ligeiros e de motorista de pesados desenvolve-se pelas categorias de 2.^a e 1.^a

2 — Constitui requisito de promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de motorista de 2.^a

Trabalhadores dos serviços de diagnóstico e terapêutica

A) Técnicos

Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de técnico de diagnóstico e terapêutica a titularidade das habilitações legalmente exigidas.

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com a profissão incluída no nível profissional dos técnicos dos serviços de diagnóstico e terapêutica desenvolve-se pelas categorias de 2.^a, 1.^a e principal.

2 — Constitui requisito da promoção a técnico dos serviços de diagnóstico e terapêutica de 1.^a e principal a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

B) Técnicos auxiliares

Admissão

As condições de admissão para o exercício de funções inerentes a qualquer das profissões incluídas no nível profissional dos técnicos auxiliares dos serviços de diagnóstico e terapêutica são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 18 anos;
- b) Habilitações profissionais adequadas.

Trabalhadores sociais

1 — Constitui condição de admissão para o exercício de funções inerentes a técnico de serviço social a titularidade de licenciatura oficialmente reconhecida.

2 — Constituem condições de admissão para a profissão de animador cultural:

- a) 12.^o ano de escolaridade ou habilitações equivalentes;
- b) Formação profissional específica.

Carreira

1 — A carreira do trabalhador com a profissão de técnico de serviço social desenvolve-se pelas categorias de 3.^a, 2.^a e 1.^a

2 — Constitui requisito da promoção a técnico de serviço social de 2.^a a 1.^a a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

3 — A carreira do trabalhador com a profissão de agente familiar, educador social e técnico auxiliar de serviço social desenvolve-se pelas categorias de 2.^a e 1.^a

4 — Constitui requisito da promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de agente de educação familiar, educador social e técnico auxiliar de serviço social de 2.^a

Outros trabalhadores

Cinema

Admissão

1 — As condições de admissão para a profissão de projeccionista são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 18 anos;
- b) Habilitações profissionais adequadas.

2 — Constitui condição de admissão para a profissão de bilheteiro a idade mínima de 18 anos.

Encarregados gerais

Admissão

As condições de admissão para a profissão de encarregado geral são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 21 anos;
- b) Habilitações profissionais adequadas.

ANEXO III

Enquadramento das profissões em níveis de qualificação

1 — Quadros superiores:

Arquitecto.
Conservador de museu.
Consultor jurídico.
Contabilista.
Director de serviços.
Director dos serviços clínicos.
Director técnico (farmácia).
Enfermeiro.
Enfermeiro-chefe.
Enfermeiro especialista.
Engenheiro técnico agrário.
Engenheiro técnico (construção civil).
Engenheiro técnico (electromecânica).
Enfermeiro-supervisor.
Engenheiro agrónomo.
Engenheiro civil.
Engenheiro electrotécnico.
Engenheiro silvicultor.
Farmacêutico.
Formador.
Médico.
Médico especialista.
Professor.
Psicólogo.
Secretário-geral.
Sociólogo.
Técnico de serviço social.
Técnico superior de laboratório.
Veterinário.

2 — Quadros médios:

2.1 — Técnicos administrativos:

Tesoureiro.

2.2 — Técnicos de produção e outros:

Cardiografista
Educador de infância.
Electroencefalografista.
Fisioterapeuta.
Ortopista.
Pneumografista.
Radiografista.
Radioterapeuta.
Técnico de análises clínicas.
Técnico de audiometria.
Técnico de *braille*.
Técnico de cardiopneumografia.
Técnico de locomoção.
Técnico de neurofisiografia.
Técnico de ortóptica de reabilitação.
Técnico ortoprotésico.
Terapeuta da fala.
Terapeuta ocupacional.

3 — Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa:

Caixeiro-encarregado.
Cozinheiro-chefe
Encarregado de armazém.
Encarregado de exploração ou feitor.
Encarregado de fabrico.
Encarregado de obras.
Encarregado de oficina.
Encarregado de parque de campismo.
Encarregado de refeitório (hotelaria).
Encarregado de sector (serviços gerais).
Encarregado de serviços gerais (serviços gerais).
Encarregado electricista.
Encarregado fiscal.
Encarregado geral.
Encarregados gerais (serviços gerais).
Encarregado (madeiras).
Encarregado (metalúrgicos).
Encarregado (rodoviários).
Encarregado (serviços gerais).
Fogueiro-encarregado.

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros:

Agente de educação familiar.
Ajudante técnico de farmácia.
Animador cultural.
Correspondente em línguas estrangeiras.
Dietista.
Documentalista.
Educador social.
Educadora de infância com diploma.
Encarregado fiscal.
Enfermeiro sem curso de promoção.
Escriturário principal/subchefe de secção.
Monitor.
Preparador de análises clínicas.
Professor sem magistério.
Revisor.
Secretário.
Técnico auxiliar de serviço social.
Técnico de actividades de tempos livres (ATL).
Tradutor.

4.2 — Produção:

Cinzelador de metais não preciosos.
Desenhador projectista.
Dourador.
Dourador de ouro fino.
Ebanista.
Entalhador.
Estereotipador.
Fotógrafo (gráficos).
Impressor (litografia).
Pintor-decorador.
Pintor de lisos (madeiras).

5 — Profissionais qualificados:

5.1 — Administrativos:

Arquivista.
Caixa.
Escriturário.
Esteno-dactilógrafo.
Operador de computador.

5.2 — Comércio:

Caixeiro.

5.3 — Produção:

Amassador.
Bate-chapas.
Batedor de ouro em folha.
Bordadeira (tapeçarias).
Canalizador (picheiro).
Carpinteiro.
Carpinteiro de limpos.
Carpinteiro de tosco ou cofragens.
Compositor manual.
Compositor mecânico (linotipista).
Encadernador.
Encadernador-dourador.
Estofador.
Estucador.
Ferramenteiro.
Fogueiro.
Forneiro.
Fotocompositor.
Fundidor-moldador em caixas.
Fundidor monotipista.
Funileiro-latoeiro.
Impressor (*braille*).
Impressor (flexografia).
Impressor tipográfico.
Marceneiro.
Mecânico de madeiras.
Montador.
Oficial (electricista).
Pedreiro.
Perfurador de fotocomposição.
Pintor.
Pintor de móveis.
Polidor de móveis.
Serrador de serra de fita.
Serralheiro civil.
Serralheiro mecânico.
Teclista.
Teclista monotipista.
Transportador.

5.4 — Outros:

Ajudante de farmácia.
Ajudante de feitor.
Ajudante técnico de análises clínicas.
Ajudante técnico de fisioterapia.
Auxiliar de educação.
Auxiliar de enfermagem.
Barbeiro-cabeleireiro.
Cabeleireiro.
Chefe de compras/ecónomo.
Correeiro.
Cozinheiro.
Dispenseiro.
Encarregado de câmara escura.
Enfermeiro (sem curso de promoção).
Fiel de armazém.
Motorista de ligeiros.
Motorista de pesados.
Operador de máquinas agrícolas.
Ortopédico.
Parteira (curso de partos).
Pasteleiro.
Prefeito.
Tractorista.

6 — Profissionais semiqualeificados (especializados):

6.1 — Administrativos, comércio e outros:

Abastecedor.
Ajudante de acção educativa.
Ajudante de cozinheiro.
Ajudante de enfermaria.
Ajudante de estabelecimento de apoio a crianças deficientes.
Ajudante de lar e centro de dia.
Ajudante de motorista.
Ajudante de ocupação.
Ajudante familiar/domiciliário.
Auxiliar de acção médica.
Auxiliar de laboratório.
Barbeiro.
Bilheteiro.
Caixa de balcão.
Capataz (agrícolas).
Caseiro (agrícolas).
Empregado de armazém.
Empregado de balcão.
Empregado de mesa.
Empregado de quartos/camaratas/enfermarias.
Empregado de refeitório.
Jardineiro.
Operador de máquinas auxiliares.
Operador de tratamento de texto.
Maquero.
Projeccionista.
Sapateiro.
Telefonista.
Tratador ou guardador de gado.

6.2 — Produção:

Ajudante de padaria.
Capataz (construção civil).
Chegador ou ajudante de fogueiro.
Costureiro de encadernação.
Operador de máquinas (encadernação e acabamentos).
Operador manual (encadernação e acabamentos).
Preparador de lâminas e ferramentas.

7 — Profissionais não qualificados (indiferenciados):
7.1 — Administrativos, comércio e outros:

Arrumador.
Auxiliar menor.
Contínuo.
Engomador.
Guarda de propriedades ou florestal.
Guarda ou guarda rondista.
Hortelão ou trabalhador horto-florícola.
Lavadeiro.
Paquete(*).
Porteiro.
Roupeiro.
Trabalhador agrícola.
Trabalhador auxiliar (serviços gerais).

(*) O pacote desempenha as mesmas tarefas do contínuo, não constituindo a idade um elemento de diferenciação de profissão. Deve assim ter o mesmo nível do contínuo.

7.2 — Produção:

Servente (construção civil).

A — Praticantes e aprendizes:

Ajudante de electricista.
Aprendiz.
Aspirante.
Estagiário.
Praticante.
Pré-oficial (electricista).

Profissões integráveis em dois níveis

1 — Quadros superiores/quadros médios — técnicos administrativos:

Chefe de departamento (chefe de serviços, chefe de escritório e chefe de divisão) (a).

2.1/3 — Quadros médios — técnicos da produção e outros/ encarregados:

Chefe de serviços gerais (a).

3/5.2 — Encarregados/profissionais qualificados — comércio:

Caixeiro/chefe de secção.

3/5.3 — Encarregados/profissionais qualificados — produção:

Chefe de equipa/oficial principal (electricistas);
Subencarregado (madeiras) e subencarregado (metalúrgicos).

3/5.4 — Encarregados/profissionais qualificados — outros:

Encarregado do sector de armazém.

5.1/6.1 — Profissionais qualificados — administrativos/profissionais semiqualeificados — administrativos, comércio e outros:

Cobrador;
Recepcionista.

5.4/6.1 — Profissionais qualificados — outros/ profissionais semiqualeificados — administrativos, comércio e outros:

Costureira/alfaiate.

5.3/6.2 — Profissionais qualificados — produção/profissionais semiqualeificados — produção:

Restaurador de folhas.

(a) Profissão integrável em dois níveis de qualificação, consoante a dimensão do serviço ou secção chefiada e inerente grau de responsabilidade.

ANEXO IV

Enquadramento das profissões e categorias profissionais em níveis de remuneração

A — Trabalhadores não docentes

Nível 1:

Director de serviços.
Director de serviços clínicos.
Secretário-geral.

Nível II:

Chefe de divisão.

Nível III:

Director técnico (FARM).
Médico especialista.

Nível IV:

Arquitecto.
Conservador de museu.
Consultor jurídico.
Enfermeiro-supervisor.
Engenheiro agrónomo.
Engenheiro civil.
Engenheiro electrotécnico.
Engenheiro silvicultor.
Farmacêutico.
Formador.
Médico (clínica geral).
Psicólogo.
Sociólogo técnico de serviço social de 1.^a
Técnico superior de laboratório.
Veterinário.

Nível V:

Enfermeiro-chefe.
Técnico de serviço social de 2.^a

Nível VI:

Contabilista/técnico oficial de contas.
Enfermeiro especialista.
Técnico de serviço social de 3.^a

Nível VII:

Cardiografista principal.
Chefe de departamento.
Chefe de escritório.
Chefe de serviços.
Dietista principal.
Electroencefalografista principal.
Enfermeiro com cinco ou mais anos de bom e efectivo serviço.
Engenheiro técnico agrícola.
Engenheiro técnico (construção civil).
Engenheiro técnico (electromecânico).
Fisioterapeuta principal.
Ortoptista principal.
Pneumografista principal.
Preparador de análises clínicas principal.
Radiografista principal.
Radioterapeuta principal.
Técnico de análises clínicas principal.
Técnico de audiometria principal.
Técnico de cardiopneumografia principal.
Técnico de locomoção principal.
Técnico de neurofisiografia principal.
Técnico ortoprotésico principal.
Técnico de ortóptica principal.
Terapeuta da fala principal.
Terapeuta ocupacional principal.
Tesoureiro.

Nível VIII:

Agente de educação familiar de 1.^a
Ajudante técnico de farmácia.
Cardiografista de 1.^a

Chefe de secção (ADM).
Chefe dos serviços gerais.
Desenhador projectista.
Dietista de 1.^a
Educador social de 1.^a
Electroencefalografista de 1.^a
Encarregado geral.
Enfermeiro.
Fisioterapeuta de 1.^a
Guarda-livros.
Ortoptista de 1.^a
Pneumografista de 1.^a
Preparador de análises clínicas de 1.^a
Radiografista de 1.^a
Radioterapeuta de 1.^a
Técnico de actividades de tempos livres.
Técnico de análises clínicas de 1.^a
Técnico de audiometria de 1.^a
Técnico de cardiopneumografia de 1.^a
Técnico de locomoção de 1.^a
Técnico de neurofisiografia de 1.^a
Técnico ortoprotésico de 1.^a
Técnico de ortóptica de 1.^a
Terapeuta da fala de 1.^a
Terapeuta ocupacional de 1.^a

Nível IX:

Agente de educação familiar de 2.^a
Animador cultural.
Caixeiro-encarregado.
Cardiografista de 2.^a
Dietista de 2.^a
Educador social de 2.^a
Electroencefalografista de 2.^a
Encarregado (EL).
Encarregado (MAD).
Encarregado (MET).
Encarregado de armazém.
Encarregado de exploração ou feitor.
Encarregado de fabrico.
Encarregado de obras.
Encarregado de oficina.
Fisioterapeuta de 2.^a
Fogueiro-encarregado.
Monitor principal.
Ortoptista de 2.^a
Pneumografista de 2.^a
Preparador de análises clínicas de 2.^a
Radiografista de 2.^a
Radioterapeuta de 2.^a
Técnico de análises clínicas de 2.^a
Técnico de audiometria de 2.^a
Técnico auxiliar de serviço social de 1.^a
Técnico de cardiopneumografia de 2.^a
Técnico de locomoção de 2.^a
Técnico de neurofisiografia de 2.^a
Terapeuta da fala de 2.^a
Terapeuta ocupacional de 2.^a
Técnico ortoprotésico de 2.^a
Técnico de ortóptica de 2.^a

Nível X:

Caixeiro-chefe de secção.
Cinzelador de metais não preciosos de 1.^a
Chefe de equipa/oficial principal (EL).
Correspondente em línguas estrangeiras.
Cozinheiro-chefe.

Documentalista.
 Dourador de ouro fino de 1.^a
 Ebanista de 1.^a
 Encarregado fiscal.
 Encarregado de sector de armazém.
 Encarregado de serviços gerais.
 Entalhador de 1.^a
 Escriturário principal/subchefe de secção.
 Esteriotipador principal.
 Fotógrafo de 1.^a
 Impressor (litografia) de 1.^a
 Monitor de 1.^a
 Pintor-decorador de 1.^a
 Pintor de lisos (madeira) de 1.^a
 Revisor principal.
 Secretário.
 Subencarregado (MAD).
 Subencarregado (MET).
 Técnico auxiliar de serviço social de 2.^a
 Técnico de *braille*.
 Técnico de reabilitação.
 Tradutor principal.

Nível XI:

Ajudante de farmácia do 3.º ano.
 Ajudante técnico de análises clínicas.
 Ajudante técnico de fisioterapia.
 Chefe de compras/ecónomo.
 Cinzelador de metais não preciosos de 2.^a
 Dourador de 1.^a
 Dourador de ouro fino de 2.^a
 Ebanista de 2.^a
 Encarregado de câmara escura.
 Encarregado geral (serviços gerais)
 Encarregado de refeitório.
 Enfermeiro sem curso de promoção.
 Entalhador de 2.^a
 Estereotipador de 1.^a
 Fotógrafo de 2.^a
 Impressor (litografia) de 2.^a
 Monitor de 2.^a
 Ortopédico.
 Parteira.
 Pintor decorador de 2.^a
 Pintor de lisos (madeira) de 2.^a
 Revisor de 1.^a
 Tradutor de 1.^a

Nível XII:

Ajudante de farmácia do 2.º ano.
 Ajudante de feitor.
 Arquivista.
 Auxiliar de educação com 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Auxiliar de enfermagem.
 Barbeiro-cabeleireiro.
 Bate-chapas de 1.^a
 Batedor de ouro em folha de 1.^a
 Bordadeira (tapeçarias) de 1.^a
 Cabeleireiro.
 Caixa.
 Caixeiro de 1.^a
 Canalizador (picheiro) de 1.^a
 Carpinteiro de limpos de 1.^a
 Carpinteiro de tosco ou cofragem de 1.^a
 Cinzelador de metais não preciosos de 3.^a
 Compositor manual de 1.^a
 Compositor mecânico (linotipista) de 1.^a
 Cozinheiro de 1.^a

Despenseira.
 Dourador de 2.^a
 Dourador de ouro fino de 3.^a
 Ebanista de 3.^a
 Electricista (oficial) de 1.^a
 Encadernador de 1.^a
 Encadernador-dourador de 1.^a
 Encarregado (ROD).
 Encarregado (serviços gerais).
 Encarregado de parque de campismo.
 Encarregado de sector (serviços gerais).
 Entalhador de 3.^a
 Escriturário de 1.^a
 Estereotipador de 2.^a
 Estofador de 1.^a
 Estucador de 1.^a
 Fiel de armazém de 1.^a
 Fogueiro de 1.^a
 Fotocompositor de 1.^a
 Fotógrafo de 3.
 Fundidor-moldador em caixas de 1.^a
 Fundidor monotipista de 1.^a
 Funileiro-latoeiro de 1.^a
 Impressor (flexografia) de 1.^a
 Impressor (litografia) de 3.^a
 Impressor (*braille*).
 Impressor tipográfico de 1.^a
 Marceneiro de 1.^a
 Mecânico de madeiras de 1.^a
 Montador de 1.^a
 Motorista de pesados de 1.^a
 Operador de computador de 1.^a
 Pasteleiro de 1.^a
 Pedreiro/trolha de 1.^a
 Perfurador de fotocomposição de 1.^a
 Pintor de 1.^a
 Pintor-decorador de 3.^a
 Pintor de lisos (madeira) de 3.^a
 Pintor de móveis de 1.^a
 Polidor de móveis de 1.^a
 Preparador de lâminas e ferramentas de 1.^a
 Revisor de 2.^a
 Serrador de serra de fita de 1.^a
 Serralheiro civil de 1.^a
 Serralheiro mecânico de 1.^a
 Teclista de 1.^a
 Teclista monotipista de 1.^a
 Tradutor de 2.^a
 Transportador de 1.^a

Nível XIII:

Ajudante de farmácia do 1.º ano.
 Ajudante familiar/ domiciliário.
 Amassador.
 Auxiliar de educação com cinco anos de bom e efectivo serviço.
 Bate-chapas de 2.^a
 Batedor de ouro em folha de 2.^a
 Bordadeira (tapeçarias) de 2.^a
 Caixeiro de 2.^a
 Canalizador (picheiro) de 2.^a
 Carpinteiro de 2.^a
 Carpinteiro de limpos de 2.^a
 Carpinteiro de tosco ou cofragem de 2.^a
 Cobrador.
 Compositor manual de 2.^a
 Compositor mecânico (linotipista) de 2.^a
 Correeiro.
 Cozinheiro de 2.^a
 Dourador de 2.^a

Electricista (oficial) de 2.^a
 Encadernador de 2.^a
 Encadernador-dourador de 2.^a
 Escriturário de 2.^a
 Estofador de 2.^a
 Estucador de 2.^a
 Ferramenteiro.
 Fiel de armazém de 2.^a
 Fogueiro de 2.^a
 Forneiro.
 Fotocompositor de 2.^a
 Fundidor-moldador em caixas de 2.^a
 Fundidor-monotipista de 2.^a
 Funileiro-latoeiro de 2.^a
 Impressor (flexografia) de 2.^a
 Impressor tipográfico de 2.^a
 Marceneiro de 2.^a
 Mecânico de madeiras de 2.^a
 Montador de 2.^a
 Motorista de ligeiros de 1.^a
 Motorista de pesados de 2.^a
 Operador de computadores de 2.^a
 Operador de máquinas auxiliares principal
 Pasteleiro de 2.^a
 Pedreiro/trolha de 2.^a
 Perfurador de fotocomposição de 2.^a
 Pintor de 2.^a
 Pintor de móveis de 2.^a
 Polidor de móveis de 2.^a
 Preparador de lâminas e ferramentas de 2.^a
 Serrador de serra de fita de 2.^a
 Serralheiro civil de 2.^a
 Serralheiro mecânico de 2.^a
 Teclista de 2.^a
 Teclista monotipista de 2.^a
 Tractorista.
 Transportador de 2.^a

Nível xiv:

Auxiliar de educação.
 Bate-chapas de 3.^a
 Batedor de ouro em folha de 3.^a
 Bordadeira (tapeçarias) de 3.^a
 Caixa de balcão.
 Caixeiro de 3.^a
 Canalizador (picheleiro) de 3.^a
 Capataz (CC).
 Carpinteiro de 3.^a
 Carpinteiro de limpos de 3.^a
 Carpinteiro de tosco ou cofragem de 3.^a
 Compositor manual de 3.^a
 Compositor mecânico (linotipista) de 3.^a
 Costureiro de encadernação de 1.^a
 Cozinheiro de 3.^a
 Operador de processamento de texto principal.
 Electricista (oficial) de 3.^a
 Empregado de armazém.
 Encadernador de 3.^a
 Encadernador-dourador de 3.^a
 Escriturário de 3.^a
 Estofador de 3.^a
 Estucador de 3.^a
 Fogueiro de 3.^a
 Fotocompositor de 3.^a
 Fundidor-moldador em caixas de 3.^a
 Fundidor monotipista de 3.^a
 Funileiro-latoeiro de 3.^a
 Impressor (flexografia) de 3.^a
 Impressor tipográfico de 3.^a

Marceneiro de 3.^a
 Medico de madeiras de 3.^a
 Montador de 3.^a
 Motorista de ligeiros de 2.^a
 Operador de máquinas agrícolas.
 Operador de máquinas auxiliares de 1.^a
 Operador de máquinas (de encadernação ou de acabamentos) de 1.^a
 Operador manual de 1.^a
 Pasteleiro de 3.^a
 Pedreiro/trolha de 3.^a
 Perfurador de fotocomposição de 3.^a
 Pintor de 3.^a
 Pintor de móveis de 3.^a
 Polidor de móveis de 3.^a
 Prefeito.
 Preparador de lâminas e ferramentas de 3.^a
 Projeccionista.
 Recepcionista principal.
 Restaurador de folhas de 1.^a
 Serrador de serra de fita de 3.^a
 Serralheiro civil de 3.^a
 Serralheiro mecânico de 3.^a
 Teclista de 3.^a
 Teclista monotipista de 3.^a
 Telefonista principal.
 Transportador de 3.^a
 Tratador ou guardador de gado.

Nível xv:

Ajudante de acção educativa.
 Ajudante de enfermaria.
 Ajudante de estabelecimento de apoio a crianças deficientes.
 Ajudante de lar e centro de dia.
 Ajudante de ocupação.
 Capataz.
 Costureira/alfaiate.
 Costureiro de encadernação de 2.^a
 Operador de processamento de texto de 1.^a
 Estagiário do 2.º ano (ADM).
 Operador de computador estagiário.
 Operador de máquinas auxiliares de 2.^a
 Operador de máquinas (de encadernação ou de acabamentos) de 2.^a
 Operador manual de 2.^a
 Pré-oficial do 2.º ano (EL).
 Recepcionista de 1.^a
 Restaurador de folhas de 2.^a
 Sapateiro.
 Telefonista de 1.^a

Nível xvi:

Abastecedor.
 Ajudante de cozinheiro.
 Ajudante de motorista.
 Ajudante de padaria.
 Auxiliar de acção médica.
 Auxiliar de laboratório.
 Barbeiro.
 Bilheteiro.
 Caseiro.
 Chegador ou ajudante de fogueiro.
 Contínuo de 1.^a
 Costureiro de encadernação de 3.^a
 Operador de processamento de texto de 2.^a
 Empregado de balcão.
 Empregado de mesa.
 Empregado de refeitório.

Estagiário de operador de máquinas auxiliares.
 Estagiário do 1.º ano (ADM).
 Guarda ou guarda rondista de 1.^a
 Maqueiro.
 Operador de máquinas (de encadernação ou de acabamentos) de 3.^a
 Operador manual de 3.^a
 Porteiro de 1.^a
 Pré-oficial do 1.º ano (EL).
 Recepcionista de 2.^a
 Restaurador de folhas de 3.^a
 Telefonista de 2.^a

Nível XVII:

Ajudante do 2.º ano (EL).
 Arrumador.
 Contínuo de 2.^a
 Empregado de quartos/camaratas/enfermarias.
 Engomador.
 Estagiário de recepcionista.
 Guarda de propriedades ou florestal.
 Guarda ou guarda rondista de 2.^a
 Hortelão ou trabalhador horto-florícola.
 Jardineiro.
 Lavadeiro.
 Porteiro de 2.^a
 Roupeiro.
 Trabalhador agrícola.

Nível XVIII:

Ajudante do 1.º ano (EL).
 Estagiário dos 3.º e 4.º anos (HOT).
 Praticante do 2.º ano (CC, FAR, MAD e MET).
 Praticante dos 3.º e 4.º anos (GRAF).
 Servente (CC).
 Trabalhador auxiliar (serviços gerais).

Nível XIX:

Estagiário (LAV e ROUP).
 Estagiário dos 1.º e 2.º anos (HOT).
 Praticante do 1.º ano (CC, FARM, MAD e MET).
 Praticante dos 1.º e 2.º anos (GRAF).

Nível XX:

Aprendiz do 2.º ano (CC, EL, HOT, LAV e ROUP, MAD, MET e PAN).
 Aprendiz dos 2.º e 3.º anos (GRAF).
 Auxiliar menor.
 Pacote de 17 anos.

Nível XXI:

Aprendiz do 1.º ano (CC, EL, GRAF, HOT, LAV e ROUP, MAD, MET e PAN).
 Pacote de 16 anos.

B — Trabalhadores docentes

1 — Em vigor no período compreendido entre 1 de Janeiro de 1998 e 31 de Agosto de 1999

Nível II:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau de licenciatura ou equiparado e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível III:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível IV:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor de ensino especial com especialização e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível V:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível VI:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor de ensino especial com especialização e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível VII:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior.
 Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível VIII:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior.
- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
- Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 5 anos de bom e efectivo serviço.
- Educador de infância com curso e estágio e 5 anos de bom e efectivo serviço.

Nível IX:

- Professor de ensino especial sem especialização.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério.
- Educador de infância com curso e estágio.
- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior.
- Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível x:

- Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar e cinco ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Nível XI:

- Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar.
- Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar.

Nível XII:

- Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Restantes educadores de infância com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível XIII:

- Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma.
- Restantes educadores de infância com diploma.

Nível XIV:

- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com diploma para as povoações rurais (regentes).
- Professor autorizado para o 1.º ciclo do ensino básico.
- Educador de infância autorizado.

2 — Em vigor no período compreendido entre 1 de Setembro de 1999 e 31 de Agosto de 2000

Nível I:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.
- Profissionalizado com grau de licenciatura ou equiparado e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível II:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Educador de infância com curso e estágio e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível III:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço.
- Professor de ensino especial com especialização e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Educador de infância com curso e estágio e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível IV:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Educador de infância com curso e estágio e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível V:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço.
- Professor de ensino especial com especialização e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
- Educador de infância com curso e estágio e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível VI:

- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior.
- Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível VII:

Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior.
 Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço.
 Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 5 anos de bom e efectivo serviço.
 Educador de infância com curso e estágio e 5 anos de bom e efectivo serviço.

Nível VIII:

Professor de ensino especial sem especialização.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério.
 Educador de infância com curso e estágio.
 Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior.
 Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível IX:

Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Nível X:

Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar.
 Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar.

Nível XI:

Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.
 Restantes, educadores de infância com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço.

Nível XII:

Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma.
 Restantes educadores de infância com diploma.

Nível XIII:

Professor do 1.º ciclo do ensino básico com diploma para as povoações rurais (regentes).
 Professor autorizado para o 1.º ciclo do ensino básico.

ANEXO V

Tabela A — Trabalhadores não docentes

Níveis	Remunerações		
	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1999	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000
I	170 600\$00	177 900\$00	184 500\$00
II	159 200\$00	166 000\$00	172 200\$00
III	150 000\$00	156 400\$00	162 200\$00
IV	142 300\$00	148 400\$00	153 900\$00
V	134 900\$00	140 700\$00	146 000\$00
VI	127 800\$00	133 300\$00	138 300\$00
VII	120 700\$00	125 900\$00	130 600\$00
VIII	113 500\$00	118 400\$00	122 800\$00
IX	106 500\$00	111 100\$00	115 300\$00
X	99 500\$00	103 800\$00	107 800\$00
XI	92 500\$00	96 500\$00	100 200\$00
XII	85 400\$00	89 100\$00	93 200\$00
XIII	78 900\$00	82 300\$00	86 000\$00
XIV	73 000\$00	76 200\$00	79 700\$00
XV	67 900\$00	70 900\$00	74 100\$00
XVI	63 200\$00	66 000\$00	69 000\$00
XVII	60 700\$00	63 400\$00	66 400\$00
XVIII	59 100\$00	61 750\$00	64 750\$00

Tabela B — Trabalhadores docentes

Tabela de remunerações mínimas

Em vigor de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
II	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau de licenciatura ou equiparado e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	159 200\$00
III	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço	150 000\$00
IV	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor de ensino especial com especialização e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço	142 300\$00
V	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço	134 900\$00

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
VI	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço	127 800\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço	
	Professor de ensino especial com especialização e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
	Educador de infância com curso e estágio e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
VII	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior	120 700\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço	
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço	
	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
	Educador de infância com curso e estágio e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
VIII	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior	113 500\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço	
	Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 5 anos de bom e efectivo serviço	
	Educador de infância com curso e estágio e 5 anos de bom e efectivo serviço	
IX	Professor de ensino especial sem especialização	106 500\$00
	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério	
	Educador de infância com curso e estágio	
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior	
	Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
X	Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	99 500\$00
	Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
	Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário	
XI	Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar	92 500\$00
	Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar	
XII	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	85 400\$00
	Restantes educadores de infância com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
XIII	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma	78 900\$00
	Restantes educadores de infância com diploma	
XIV	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com diploma para as povoações rurais (regentes)	73 000\$00
	Professor autorizado para o 1.º ciclo do ensino básico	

Em vigor de 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 1999

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
II	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau de licenciatura ou equiparado e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	166 000\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
III	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço	156 400\$00
	Educador de infância com curso e estágio e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
IV	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço	148 400\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço	
V	Professor de ensino especial com especialização e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	148 400\$00
	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço	
VI	Educador de infância com curso e estágio e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço	148 400\$00
	Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
V	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço	140 700\$00
VI	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor de ensino especial com especialização e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	133 300\$00
VII	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	125 900\$00
VIII	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 5 anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 5 anos de bom e efectivo serviço	118 400\$00
	Professor de ensino especial sem especialização Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério Educador de infância com curso e estágio	

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
IX	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	111 100\$00
X	Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário	103 800\$00
XI	Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar	96 500\$00
XII	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Restantes educadores de infância com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	89 100\$00
XIII	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma Restantes educadores de infância com diploma	82 300\$00
XIV	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com diploma para as povoações rurais (regentes) Professor autorizado para o 1.º ciclo do ensino básico	76 200\$00

Em vigor de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1999

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
I	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau de licenciatura ou equiparado e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	177 900\$00
II	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço	166 000\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço	

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
III	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor de ensino especial com especialização e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço	156 400\$00
IV	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço	148 400\$00
V	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor de ensino especial com especialização e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	140 700\$00
VI	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	133 300\$00
VII	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço	125 900\$00

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
	Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 5 anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 5 anos de bom e efectivo serviço	
VIII	Professor de ensino especial sem especialização Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério Educador de infância com curso e estágio Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	118 400\$00
IX	Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário	111 100\$00
X	Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar	103 800\$00
XI	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Restantes educadores de infância com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	96 500\$00
XII	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma Restantes educadores de infância com diploma Professor do 1.º ciclo do ensino básico com diploma para as povoações rurais (regentes) Professor autorizado para o 1.º ciclo do ensino básico	89 100\$00

Em vigor de 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2000

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
I	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau de licenciatura ou equiparado e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	184 500\$00
	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
II	Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 29 ou mais anos de bom e efectivo serviço	172 200\$00
III	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor de ensino especial com especialização e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 26 ou mais anos de bom e efectivo serviço	162 200\$00
IV	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com grau superior Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 23 ou mais anos de bom e efectivo serviço	153 900\$00
V	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor de ensino especial com especialização e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 18 ou mais anos de bom e efectivo serviço	146 000\$00
VI	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 11 anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço	138 300\$00

Níveis	Categoria	Remuneração mensal
VII	Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado com habilitação própria sem grau superior Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 anos de bom e efectivo serviço Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério e 5 anos de bom e efectivo serviço Educador de infância com curso e estágio e 5 anos de bom e efectivo serviço	130 600\$00
VIII	Professor de ensino especial sem especialização Professor do 1.º ciclo do ensino básico com magistério Educador de infância com curso e estágio Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	122 800\$00
IX	Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário	115 300\$00
X	Professor do 1.º ciclo do ensino básico sem magistério, com diploma e curso complementar Educador de infância sem curso, com diploma e curso complementar	107 800\$00
XI	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Restantes educadores de infância com diploma e 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço	100 200\$00
XII	Restantes professores do 1.º ciclo do ensino básico com diploma Restantes educadores de infância com diploma Professor do 1.º ciclo do ensino básico com diploma para as povoações rurais (regentes) Professor autorizado para o 1.º ciclo do ensino básico	93 200\$00

Notas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de direcção e ou coordenação técnicas serão remunerados pelo nível de remuneração imediatamente superior ao correspondente ao nível máximo da respectiva carreira.

2.1 — Até 31 de Agosto de 2000, os trabalhadores que exerçam funções de direcção pedagógica serão remunerados pelo valor mínimo correspondente ao fixado para o nível III da tabela B do anexa IV,

não podendo em qualquer caso auferir retribuição inferior à prevista na mesma tabela para qualquer outro trabalhador do mesmo grupo profissional.

2.2 — Até 31 de Agosto de 1999, os trabalhadores que exerceram funções de direcção pedagógica são remunerados pelo valor mínimo correspondente ao fixado para o nível IV da tabela B do anexo IV, não podendo em qualquer caso auferir retribuição inferior à prevista na mesma tabela para qualquer outro trabalhador do mesmo grupo profissional.

3 — Cessando o exercício de funções de direcção e ou coordenação técnicas, por iniciativa do trabalhador ou da entidade patronal, os trabalhadores referidos no número anterior passarão a ser remunerados pelo nível correspondente à sua situação na carreira profissional.

4 — Os trabalhadores com a categoria de ajudante de lar e de centro de dia (nível XV) deverão ser remunerados pelo nível imediatamente superior (nível XIV) nos períodos em que desenvolvam a respectiva actividade no domicílio dos utentes.

5 — As remunerações mínimas correspondentes às profissões e categorias profissionais enquadradas nos níveis XIX a XXI são as resultantes da aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 69-A/87, de 9 de Fevereiro, e suas alterações posteriores, nomeadamente as da Lei n.º 45/98, de 6 de Agosto.

Porto, 18 de Janeiro de 2001.

Pela UIPSS — União das Instituições Particulares de Solidariedade Social:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FENPROF — Federação Nacional dos Professores:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SEP — Sindicato dos Enfermeiros Portugueses:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Serviço Social:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFAP — Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FENPROF — Federação Nacional dos Professores representa os sindicatos seguintes:

SPN — Sindicato dos Professores do Norte;

SPRC — Sindicato dos Professores da Região Centro;

SPGL — Sindicato dos Professores da Grande Lisboa;

SPZS — Sindicato dos Professores da Zona Sul;

SPM — Sindicato dos Professores da Madeira;

SPRA — Sindicato dos Professores da Região Açores;

SPE — Sindicato dos Professores no Estrangeiro.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2001. — Pelo Secretariado Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para efeitos de outorga e publicação do CCT IPSS, declara-se que são filiados na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores;

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2001. — Pela Direcção Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

CESP — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;

CESNORTE — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;

STAD — Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas;

Sindicato dos Empregados de Escritório, Caixeiros e Serviços da Horta;

SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Angra do Heroísmo;

SINDESCOM — Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;

Sindicato de Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;

Sindicato de Transportes Rodoviários de Faro;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL;
 Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo;
 Sindicato de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
 Sindicato dos Profissionais de Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo.

Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESAHT — Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
 Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos;
 Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas;
 Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2001. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;
 Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco;
 Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;
 Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo;
 Sindicato da Construção Civil da Horta;
 Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
 SICOMA — Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região Autónoma da Madeira.

Lisboa, 15 de Janeiro de 2001. — Pelo Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal representa os seguintes sindicatos:

Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes;
 SINTEVECC — Sindicato dos Trabalhadores dos Sectores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do Distrito do Porto;
 Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro;
 Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul;
 Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil do Distrito de Aveiro;
 Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa;
 Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta;
 Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanatos da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavadarias e Tinturarias do Distrito do Porto;
 Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Confeção e Têxtil do Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Malas, Componentes, Formas e Ofícios Afins do Distrito do Porto;
 Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçado, Artigos de Pele, Malas, Correaria e Similares do Centro, Sul e Ilhas;

Sindicato do Calçado, Malas e Afins, Componentes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-os-Montes;
Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito de Santarém.

Entrado em 25 de Janeiro de 2001.

Depositado em 1 de Fevereiro de 2001, a fl. 92 do livro n.º 9, com o n.º 17/2001, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Portuguesa de Têxteis e Vestuário e outras e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis e outros — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

(*Mantém-se.*)

Cláusula 2.^a

Vigência e denúncia

1 — (*Mantém-se.*)

2 — Independentemente da data da sua publicação, as tabelas salariais produzirão efeitos nas datas indicadas no respectivo quadro — anexo III e o subsídio de refeição produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2001.

Cláusula 38.^a

13.º mês

1 — Os trabalhadores abrangidos por este contrato têm direito a receber, até ao dia 15 de Dezembro de cada ano, um subsídio correspondente a um mês de retribuição efectivamente auferida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — O subsídio consagrado nesta cláusula será proporcional ao tempo de serviço prestado no período compreendido entre 1 de Dezembro e 30 de Novembro do ano em que o subsídio é pago.

3 — Para efeitos do disposto nesta cláusula, considera-se como serviço efectivamente prestado as férias e as faltas dadas, dentro dos limites da lei e deste contrato, motivadas por:

- a) Licença de parto;
- b) Casamento;
- c) Luto;
- d) Exercício de actividade sindical, dentro dos créditos de tempo previstos na lei e neste contrato.

4 — São igualmente consideradas para este efeito como serviço efectivamente prestado as ausências motivadas por acidente de trabalho, salvo se a empresa tiver transferido essa responsabilidade para uma companhia seguradora que assegure ao trabalhador o pagamento da parte correspondente ao 13.º mês perdido em virtude de faltas motivadas por acidente de trabalho.

5 — As faltas injustificadas serão descontadas no 13.º mês a que o trabalhador tiver direito, na proporção de 25% de um dia por cada dia completo de falta injustificada.

- a) Para efeitos desta cláusula, a retribuição diária será calculada dividindo a retribuição mensal por 30.

Cláusula 59.^a

- c) Uma licença de 120 dias por ocasião do parto;
- d) Interromper o trabalho diário para amamentação ou aleitação dos filhos, sem perda de remuneração, nos seguintes termos:

A mãe que, comprovadamente, amamenta o filho tem direito a ser dispensada em cada dia de trabalho por dois períodos distintos de duração máxima de uma hora para o cumprimento dessa missão, durante todo o tempo que durar a amamentação;

No caso de não haver lugar a amamentação, a mãe ou o pai trabalhador tem direito, por decisão conjunta, à dispensa referida no número anterior para aleitação até o filho perfazer um ano;

No caso de trabalho a tempo parcial, a duração das dispensas referidas nos números anteriores será reduzida na proporção do período normal de trabalho desempenhado.

Cláusula 64.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito a um subsídio de refeição no valor de 450\$ por dia completo de trabalho efectivamente prestado a que o trabalhador esteja obrigado.

2 a 7 — (*Mantém-se.*)

Cláusula 71.^a

Disposições finais

1 — Dão-se como reproduzidas todas as matérias em vigor constantes do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 37, de 8 de Outubro de 1981, e suas sucessivas alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* e que não foram objecto da presente revisão.

2 — O regime constante do presente contrato colectivo de trabalho entende-se globalmente mais favorável que os anteriores.

ANEXO I

(*Mantém-se.*)

ANEXO II

(*Mantém-se.*)

ANEXO III

Tabelas salariais e enquadramento profissional

Grupo	Desde 1 de Janeiro de 1999	Desde 1 de Janeiro de 2000	Desde 1 de Janeiro de 2001
A	120 500\$00	124 400\$00	129 200\$00
B	103 800\$00	107 200\$00	111 300\$00
C	95 200\$00	98 300\$00	102 100\$00
D	84 500\$00	87 200\$00	90 600\$00
E	78 000\$00	80 500\$00	83 600\$00
F	70 700\$00	73 000\$00	75 800\$00
G(*)	66 000\$00	68 100\$00	71 200\$00
H	64 200\$00	66 300\$00	69 500\$00
I	62 900\$00	65 000\$00	68 200\$00
J	61 300\$00	63 800\$00	67 100\$00

(*) No subsector de tapeçaria a retribuição do grupo G será, respectivamente para 1999, 2000 e 2001, de 66 500\$, 68 600\$ e 71 700\$.

Notas às tabelas. (*Mantêm-se.*)

Porto, 27 de Dezembro de 2000.

Pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios:

(Assinatura ilegível.)

Pela ANITT — Lar — Associação Nacional das Indústrias de Tecelagem e Têxteis-Lar:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Venda:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros, Energia e Indústrias Transformadoras:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante, Energia e Fogueiros de Terra:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 29 de Janeiro de 2001.

Depositado em 5 de Fevereiro de 2001, a fl. 92 do livro n.º 9, com o n.º 19/01, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a COVINA — Companhia Vidreira Nacional, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços e outros — Alteração salarial e outras.

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência

Cláusula 1.ª

Área e âmbito pessoal

O presente AE obriga, por um lado, a COVINA — Companhia Vidreira Nacional, S. A., e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais signatárias, qualquer que seja o seu local de trabalho.

Cláusula 2.ª

Âmbito temporal

4 — O presente acordo entrará em vigor, nos termos da lei, após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, produzindo, no entanto, as tabelas salariais e restante clausulado de expressão pecuniária efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000 a 30 de Junho de 2001.

CAPÍTULO V

Prestação de trabalho

Cláusula 13.ª

Período normal de trabalho semanal

A redução do actual horário de maior duração anual (mil e oitocentas horas diurno) verificar-se-á nos seguintes termos:

- A partir de 14 de Abril de 2000, redução de uma hora nas 2.ª e 4.ª sextas-feiras de cada mês;
- Em 2001, redução de uma hora em todas as sextas-feiras.

Cláusula 22.ª

Abono para falhas

Os trabalhadores classificados como caixas, tesoureiros e ainda outros que exerçam, regular e permanentemente, tarefas de cobrança e pagamento terão direito a um abono para falhas de 11 148\$ enquanto exercerem as tarefas, sendo esse abono devido também com os subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 24.ª

Prémio de antiguidade

1 — Os trabalhadores da COVINA terão direito a um prémio mensal nos seguintes termos:

- De 5 a 9 anos — 5315\$;
- De 10 a 14 anos — 9560\$;
- De 15 a 19 anos — 11 329\$;
- De 20 a 24 anos — 14 155\$;
- De 25 a 29 anos — 16 986\$;
- Mais de 30 anos — 20 524\$.

Cláusula 25.ª

Remuneração do trabalho prestado em dia de descanso semanal ou feriado

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 aplica-se integralmente aos trabalhadores em regime de turnos, havendo ainda lugar ao pagamento de uma verba de 8486\$ a todos os trabalhadores que prestem serviço em:

- 1 de Janeiro, das 0 às 8 horas;
- 24 de Dezembro, das 16 às 24 horas;
- 25 de Dezembro, das 0 às 8 horas;
- 31 de Dezembro, das 16 às 24 horas.

Cláusula 30.^a

Subsídio de prevenção

2 — Os trabalhadores integrados em escalas de prevenção têm direito a 5178\$ por cada dia de prevenção em dia de descanso ou feriado e 3000\$ por cada dia de prevenção em dia normal de trabalho.

Cláusula 69.^a

Trabalho feminino

3 — São ainda assegurados às mulheres os seguintes direitos:

- a)
- b) Faltar durante 120 dias no período de maternidade, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos, designadamente licença para férias, antiguidade ou reforma. Os 120 dias de licença poderão ser repartidos na seguinte forma:

Até 30 dias antes do parto e os restantes após o parto. No caso de nado-morto, a licença após o parto será de 30 dias;

No caso de nascimentos múltiplos, o período de licença previsto é acrescido de 30 dias por cada gemelar além do 1.^o

Cláusula 71.^a

Trabalhadores-estudantes

1 — Sem prejuízo de tratamento mais favorável previsto na Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro, os trabalhadores do quadro de pessoal da empresa que frequentam cursos oficiais ou oficializados, bem como cursos de formação profissional em regime pós-laboral, que contribuam para a sua valorização pessoal e profissional têm direito a:

Cláusula 83.^a

Refeitório

2 — Aos trabalhadores que não têm acesso ao refeitório é atribuído em subsídio de refeição por cada dia de trabalho:

Almoço/jantar — 1246\$;
Ceia — 1050\$;
Pequeno-almoço — 376\$.

Cláusula 93.^a

Transitória

Será atribuído a cada trabalhador que no decorrer do ano 2000 não apresente qualquer falta injustificada, nem mais de vinte horas de faltas justificadas, um prémio no valor de 1 % da sua retribuição mensal.

Este prémio será liquidado em Janeiro de 2001.

ANEXO I

Condições específicas de admissão

Carreiras profissionais

Fabricação e transformação

2 — Acesso [...]

2.1 — Os actuais titulares das categorias profissionais de operador de composição *float*, operador *float* (estenderia) e operador de forno *float* serão reclassificados em operadores de zona quente III (grupo J) desde que, e após formação teórica e prática, desempenhem funções de operação. Logo que se inicie a formação, serão abonados de um subsídio não consolidável de valor equivalente a 50 % da diferença dos enquadramentos em causa, acrescido de um subsídio excepcional no valor de 25 % dessa mesma diferença.

Esta formação (1.^a fase) terá uma duração não superior de 60 dias.

Os operadores de zona quente III serão reclassificados em operadores de zona quente IV (grupo K) se obtiverem aproveitamento na 2.^a fase da formação, que terá uma duração máxima de 12 meses. Logo que se inicie esta formação, serão abonados do valor equivalente a 50 % da diferença dos enquadramentos em causa (J-K).

2.2 — Os actuais oficiais principais I refractaristas serão de imediato promovidos a oficiais principais II e se, após formação, desempenharem funções de apoio ao reflectasol, serão promovidos a oficiais principais III, vencendo igualmente 50 % da diferença dos enquadramentos em causa (H-I) desde o início da formação.

2.3 — Os vigilantes de linha serão promovidos a oficiais principais I e se, após formação teórica e prática, desempenharem funções de substituição pontual de operadores, serão promovidos a operadores de zona quente I. Serão também abonados de 50 % de diferença dos enquadramentos a partir do início da formação (G-H).

2.4 — Os oficiais principais de zona fria ascendem a operadores de zona fria e qualidade desde que, e após formação teórica e prática, desempenhem a função do descritivo, com promoção garantida ao grupo de enquadramento seguinte.

ANEXO II

Definição de categorias

Operador de zona quente. — É o trabalhador a quem compete executar na zona quente da fábrica *float*, e de acordo com instruções e programas de trabalho que recebe, funções de operação ou condução de equipamentos e instalações; pode efectuar registos de produção e da qualidade; zela pela conservação dos equipamentos, bem como pela arrumação e limpeza da sua área de trabalho.

Operador de zona fria e qualidade. — É o trabalhador a quem compete executar na zona fria da fábrica *float*, e de acordo com instruções e programas de trabalho que recebe, funções de operação e condução de equipamentos e instalações; determina através de verificações e ensaios as características de qualidade do vidro; efectua registos de produção e da qualidade; zela pela conservação dos equipamentos, bem como pela arrumação e limpeza de toda a área de trabalho.

ANEXO III
Enquadramentos

Grupo H:

Operador de zona quente I;
Operador de zona fria e qualidade I.

Grupo I:

Operador de zona quente II;
Operador de zona fria e qualidade II.

Grupo J:

Operador de zona quente III;
Operador de zona fria e qualidade III.

Grupo K:

Operador de zona quente IV;
Operador de zona fria e qualidade IV.

ANEXO IV
Tabela de remunerações mínimas

Graus	Remunerações
A	114 200\$00
B	124 050\$00
C	145 250\$00
D	156 600\$00
E	155 950\$00
F	159 400\$00
G	164 650\$00
H	169 700\$00
I	174 400\$00
J	192 350\$00
K	207 450\$00
L	222 350\$00
M	238 100\$00
N	287 600\$00
O	318 050\$00
P	326 000\$00

Lisboa, 28 de Novembro de 2000.

Pela COVINA — Companhia Vidreira Nacional, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Hotelaria e Serviços;
SITEMAQ — Sindicato da Mestranga e Marinhagem da Marinha Mercante, Energia e Fogueiros de Terra:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do seguinte sindicato filiado:

SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia Química e Indústrias Diversas:

José Luís Carapinha Rei.

Entrado em 31 de Janeiro de 2001.

Depositado em 5 de Fevereiro de 2001, a fl. 92 do livro n.º 9, com o n.º 18/01, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a S. S. G. P. — Vidro Automóvel, S. A., e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Serviços e outros — Alteração salarial e outras.

CAPÍTULO I
Área, âmbito e vigência

Cláusula 1.^a

Área e âmbito pessoal

O presente AE obriga, por um lado, a S. S. G. P. — Vidro Automóvel, S. A., e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais signatárias, qualquer que seja o seu local de trabalho.

Cláusula 2.^a

Âmbito temporal

4 — O presente acordo entrará em vigor, nos termos da lei, após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, produzindo, no entanto, as tabelas salariais e restante clausulado de expressão pecuniária efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000.

CAPÍTULO V
Prestação de trabalho

Cláusula 13.^a

Período normal de trabalho semanal

1 — O horário de trabalho anual é de mil oitocentas e sessenta e quatro horas, distribuídas, no caso de trabalhadores não integrados nas escalas de trabalho em regime de laboração contínua, de segunda-feira a sexta-feira.

A redução do actual horário de trabalho até às mil setecentas e cinquenta e duas horas anuais verificar-se-á nos seguintes termos:

- a) Em 1 de Janeiro do ano de 2001, o horário anual será superior a mil setecentas e cinquenta e duas horas e inferior a mil oitocentas e sessenta e quatro horas anuais, sendo que no regime de três turnos/quatro equipas será de mil oitocentas e oito horas;
- b) Em 1 de Janeiro do ano de 2002, o horário anual será de mil setecentas e cinquenta e duas horas.

2, 3 e 4 —

CAPÍTULO VI
Prestação de trabalho

Cláusula 22.^a

Abono para falhas

Os trabalhadores classificados como caixas, tesoureiros e ainda outros que exerçam, regular e permanentemente, tarefas de cobrança e pagamento terão direito a um abono para falhas de 11 127\$ enquanto exercerem as tarefas, sendo esse abono devido também com os subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 24.^a

Prémio de antiguidade

1 — Os trabalhadores da S. S. G. P. — Vidro Automóveis, S. A., terão direito a um prémio mensal nos seguintes termos:

De 5 a 9 anos — 5305\$;
De 10 a 14 anos — 9542\$;
De 15 a 19 anos — 11 307\$;
De 20 a 24 anos — 14 129\$;
De 25 a 29 anos — 16 955\$;
Mais de 30 anos — 20 486\$.

2 —

Cláusula 25.^a

Remuneração do trabalho prestado em dia de descanso semanal ou feriado

.....

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 aplica-se integralmente aos trabalhadores em regime de turnos, havendo ainda lugar ao pagamento de uma verba de 8471\$ a todos os trabalhadores que prestem serviço em:

1 de Janeiro, das 0 às 8 horas;
24 de Dezembro, das 16 às 24 horas;
25 de Dezembro, das 0 às 8 horas;
31 de Dezembro, das 16 às 24 horas.

Cláusula 27.^a

Remuneração de trabalho por turnos

.....

6 — Os trabalhadores que laborem em regime de turnos há 20 ou mais anos e o deixem de fazer por vontade da empresa mantêm o direito a receber o subsídio tal como se vinha efectivando.

7 — Os trabalhadores que laborem em regime de três turnos/quatro equipas terão direito a um subsídio no valor de 1000\$ por cada sábado ou domingo de presença, pagável em Julho e Janeiro.

Cláusula 30.^a

Subsídio de prevenção

1 —

2 — Os trabalhadores integrados em escalas de prevenção têm direito a 5169\$ por cada dia de prevenção em dia de descanso ou feriado e 2995\$ por cada dia de prevenção em dia normal de trabalho.

3, 4 e 5 —

Cláusula 30.º-A

Prémio de vendas

1 — Caso venha a ser cumprido o orçamento de vendas (10 300 000 contos) para o ano 2000, todos os trabalhadores receberão, no mês de Janeiro do ano 2001, o valor correspondente a 0,5% da sua remuneração (vencimento base mais prémio de turnos) e, caso seja trabalhador em regime de turnos, acrescido do valor correspondente ao subsídio de turno.

2 — Para futuras negociações partir-se-á do princípio de que os aumentos serão encontrados através de uma vertente fixa (tabela salarial e outras cláusulas de expressão pecuniária) e uma vertente variável a negociar em função do volume de vendas a partir de uma base mínima de 0,5%.

Cláusula 35.^a

Regime das grandes deslocações

1 — Nas grandes deslocações, o trabalhador tem direito:

- a)
- b) Nas deslocações no continente e Regiões Autónomas, a um abono diário de 1035\$, a ser pago antes da partida;
- c) Nas deslocações ao estrangeiro, a um abono diário de 2070\$, a ser pago antes da partida.

.....

Cláusula 69.^a

Trabalho feminino

.....

3 — Além do estipulado no presente acordo para a generalidade dos trabalhadores abrangidos, as trabalhadoras têm direito a:

- a)
- b) Faltar durante 120 dias no período de maternidade, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos, designadamente licença para férias, antiguidade ou reforma. Os 120 dias de licença poderão ser repartidos na seguinte forma:

Até 30 dias antes do parto e os restantes após o parto. No caso de nado-morto, a licença após o parto será de 30 dias;

No caso de nascimentos múltiplos, o período de licença previsto é acrescido de 30 dias por cada gémelar além do 1.º

Cláusula 71.^a

Trabalhadores-estudantes

1 — Sem prejuízo de tratamento mais favorável previsto na Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro, os trabalhadores do quadro de pessoal da empresa que frequentem cursos oficiais ou oficializados, bem como cursos de formação profissional em regime pós-laboral, que contribuam para a sua valorização pessoal e profissional têm direito a:

.....

.....

Cláusula 82.^a

Refeitório

.....

2 — Aos trabalhadores que não têm acesso ao refeitório é atribuído um subsídio de refeição por cada dia de trabalho:

Almoço/jantar — 1244\$;
Ceia — 1050\$;
Pequeno-almoço — 375\$.

ANEXO IV

Tabela de remunerações mínimas

Graus	Remunerações
A	113 950\$00
B	123 850\$00
C	144 900\$00
D	150 250\$00
E	155 600\$00

Graus	Remunerações
F	159 050\$00
G	164 350\$00
H	169 400\$00
I	174 050\$00
J	191 950\$00
K	207 100\$00
L	221 950\$00
M	237 600\$00
N	287 050\$00
O	317 450\$00
P	326 750\$00

Lisboa, 31 de Agosto de 2000.

Pela S. S. P. G. — Vidro Automóvel, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITESE — Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Hotelaria e Serviços;

SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante, Energia e Fogueiros de Terra:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do seguinte sindicato filiado:

SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas:

José Luís Carapinha Rei.

Entrado em 31 de Janeiro de 2001.

Depositado em 5 de Fevereiro de 2001, a fl. 92 do livro n.º 9, com o n.º 20/01, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

I — ESTATUTOS

ASOSI — Assoc. Sócio-Sindical dos Trabalhadores de Electricidade da Região Centro, que passa a denominar-se ASOSI — Assoc. Sindical dos Trabalhadores do Sector Energético e Telecomunicações — Alteração.

Alteração, deliberada em assembleia geral de 31 de Março de 2000, aos estatutos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 3.ª série, n.º 21, de 15 de Novembro de 1997:

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

A associação denomina-se ASOSI — Associação Sindical dos Trabalhadores do Sector Energético e Telecomunicações.

Artigo 2.º

A Associação, que durará por tempo indeterminado, tem a sua sede na cidade de Coimbra.

§ único. A sede pode ser transferida para qualquer outra localidade do território nacional.

CAPÍTULO II

Artigo 6.º

A ASOSI terá como sócios todos os trabalhadores do sector energético e das telecomunicações de todo o território nacional que a esta queiram aderir de forma voluntária.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 2 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril, sob o n.º 13/2001, a fl. 50 do livro n.º 1.

Sind. dos Engenheiros da Marinha Mercante — SEMM — Alteração

Alteração, deliberada em assembleia geral extraordinária de 28 de Novembro de 2000, aos estatutos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 3.^a série, n.º 14, de 30 de Julho de 1991.

Artigo 10.º

1 — A duração do mandato dos corpos gerentes é de quatro anos, podendo ser reeleitos.

2 —

3 —

Artigo 42.º

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

6 — Para o tripulante embarcado em navios de 2.º registo ou navios de bandeira de conveniência, a quota sindical será definida pela direcção.

Artigo 61.º

1 —

2 —

3 —

4 — O mandato dos actuais corpos gerentes será abrangido pelo n.º 7 do artigo 17.º da Lei n.º 23/99, de 21 de Abril.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 2 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril, sob o n.º 14/2001, a fl. 50 do livro n.º 1

Sind. dos Bancários do Norte — Rectificação

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 45, de 8 de Dezembro de 2000, foram publicados os estatutos do supracitado sindicato, cuja publicação carece de ser rectificada.

Assim, de p. 3457 a p. 3474, deverão ser feitas as correcções como a seguir se indicam:

No artigo 3.º, n.º 2 (introdução), onde se lê «compele ao Sindicato» deve ler-se «compete ao Sindicato»;

No artigo 3.º, n.º 2, alínea t), onde se lê «um sistemas de segurança social» deve ler-se «um sistema de segurança social»;

No artigo 5.º, n.º 2, onde se lê «tomo dos objectivos concretos» deve ler-se «torno dos objectivos concretos»;

No artigo 14.º, n.º 1, onde se lê «sem prejuízo do pleno exercido dos seus direitos» deve ler-se «sem prejuízo do pleno exercício dos seus direitos»;

No artigo 20.º, n.º 1, alínea c), onde se lê «dos direito sindicais» deve ler-se «dos direitos sindicais»;

No artigo 20.º, n.º 3, onde se lê «Sindicato [...] seus órgãos ou associações» deve ler-se «Sindicato, os seus órgãos ou associações»;

No artigo 25.º, n.º 1, onde se lê «para o exercido da competência» deve ler-se «para o exercício da competência»;

No artigo 25.º, n.º 4, onde se lê «dai publicação» deve ler-se «da publicação»;

No artigo 31.º, n.º 3, alínea j), onde se lê «readmissão de [...] expulsos do Sindicato» deve ler-se «readmissão de associados expulsos do Sindicato»;

No artigo 33.º, n.º 7, onde se lê «por forma [...] que este reúna» deve ler-se «por forma a que este reúna»;

No artigo 45.º, n.º 4, onde se lê «membros em exercido» deve ler-se «membros em exercício»;

No artigo 47.º, alínea b), onde se lê «submetê-los à ratificação» deve ler-se «submetê-los a ratificação»;

No artigo 64.º, alínea b), onde se lê «todas [...] irregularidades detectadas» deve ler-se «todas as irregularidades detectadas»;

No artigo 71.º, alíneas d), e) e f), onde se lê «Reunião de intercomissões» deve ler-se «Reunião intercomissões»;

No artigo 82.º, n.º 2, onde se lê «não seja elemento nem [...] MAGCGC nem da direcção» deve ler-se «não seja elemento da MAGCCG, ou da direcção»;

No que respeita à pontuação foram assinaladas as seguintes anomalias:

No artigo 3.º, n.º 2, alínea f), deve ser eliminada a vírgula escrita na última linha a seguir à palavra «vontade»;

No artigo 11.º, alínea g), deve ser escrita uma vírgula na antepenúltima linha a seguir à sigla «SBN»;

No artigo 30.º, n.º 1, alínea a), devem ser eliminados os dois pontos escritos na penúltima linha a seguir à palavra «Hondt»;

No artigo 31.º, n.º 2, alínea b), devem ser eliminados os dois pontos escritos na segunda linha antes da sigla «MAGCCG»;

No artigo 33.º, n.º 7, deve ser eliminada a vírgula escrita na primeira linha a seguir à palavra «presidente»;

No artigo 34.º, n.º 4, deve ser eliminada a vírgula escrita na terceira linha a seguir à palavra «serão»;

No artigo 66.º, alínea b), deve ser eliminada a vírgula escrita na primeira linha a seguir à palavra «conselho».

II — CORPOS GERENTES

Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes e Oficinas Correlativos do Dist. de Santarém — Eleição em 16 de Dezembro de 2000 para o quadriénio de 2001-2004.

Assembleia geral

Presidente — António Fernando Lucas Costa, casado, nascido a 6 de Fevereiro de 1946, natural de Alcanena, portador do bilhete de identidade n.º 2107171, de 16 de Março de 1988, residente na freguesia de Vila Moreira, concelho de Alcanena, sócio do Sindicato n.º 2524.

Secretários:

Horácio Lopes Rodrigues, casado, nascido a 27 de Novembro de 1940, natural da freguesia de Monsanto, do concelho de Alcanena, portador do bilhete de identidade n.º 2419558, de 3 de Dezembro de 1997, residente no lugar e freguesia de Monsanto, do concelho de Alcanena, sócio do Sindicato n.º 1704.

Maria Gabriela Lima Vasco Fernandes Coutinho, casada, nascida a 18 de Julho de 1946, natural da freguesia de Sacavém, do concelho de Loures, portadora do bilhete de identidade n.º 2304898, de 10 de Novembro de 1999, residente no lugar de Gouxaria, freguesia e concelho de Alcanena, sócia do Sindicato n.º 3141.

Direcção

Presidente — Alberto Moringa, casado, nascido a 15 de Julho de 1943, natural do lugar de Santos, freguesia de Tremês, do concelho de Santarém, portador do bilhete de identidade n.º 4959384, de 5 de Julho de 1995, residente no lugar de Santos, freguesia de Tremês, do concelho de Santarém, sócio do Sindicato n.º 2490.

Secretário — Carlos Alberto Raimundo, solteiro, nascido a 8 de Setembro de 1963, natural da freguesia e concelho de Gavião, portador do bilhete de identidade n.º 9782245, de 7 de Setembro de 1999, residente na freguesia e concelho de Alcanena, sócio do Sindicato n.º 4664.

Tesoureiro — Esequiel Olímpio Batista Justino, casado, nascido a 1 de Julho de 1971, natural do lugar e freguesia de Arneiro das Milhاريças, do concelho de Santarém, portador do bilhete de identidade n.º 10713320, de 6 de Março de 1998, residente na freguesia e concelho de Alcanena, sócio do Sindicato n.º 3891.

Vogais:

Maria Alzira Nunes do Nascimento, solteira, nascida a 7 de Setembro de 1961, natural do lugar e freguesia de Vila Moreira, do concelho de Alcanena, portadora do bilhete de identidade n.º 8661082, de 15 de Dezembro de 2000, residente no lugar e freguesia de Vila Moreira, do concelho de Alcanena, sócia do Sindicato n.º 3742.

Paulo Jorge Gonçalves Feleciano, casado, nascido a 3 de Fevereiro de 1967, natural da freguesia e concelho de Alcanena, portador do bilhete de identidade n.º 9759666, de 18 de Março de 1996, residente na freguesia e concelho de Alcanena, sócio do Sindicato n.º 4243.

Luís Miguel Baptista Justino, casado, nascido a 4 de Maio de 1975, natural do lugar e freguesia de Arneiro das Milhاريças, do concelho de Santarém, portador do bilhete de identidade n.º 11140723, de 11 de Agosto de 1999, residente na freguesia e concelho de Alcanena, sócio do Sindicato n.º 4478.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 24 de Janeiro de 2001, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril, sob o n.º 12, a fl. 50 do livro n.º 1.

ASOSI — Assoc. Sócio-Sindical dos Trabalhadores de Electricidade da Região Centro — Eleição em 29 de Outubro de 1999 para o triénio de 1999-2001.

Mesa da assembleia geral

Efectivos:

José Gonçalves Mendes, bilhete de identidade n.º 4071572, de 21 de Junho de 1994, de Lisboa.

Mariano José Pereira Gomes Costa, bilhete de identidade n.º 1119836, de 19 de Outubro de 2000, de Lisboa.

João Oliveira Lopes, bilhete de identidade n.º 1474081, de 14 de Março de 1991, de Lisboa.

Suplentes:

António Fernando Capinha S. Roque, bilhete de identidade n.º 7195148, de 23 de Julho de 1997, de Leiria.

Manuel Andrade, bilhete de identidade n.º 4322116, de 2 de Outubro de 1998, da Guarda.

Isidro Baptista dos Santos, bilhete de identidade n.º 7956645, de 29 de Maio de 1995, de Coimbra.

Direcção

Efectivos:

José Ferreira Barreto, bilhete de identidade n.º 1460446, de 5 de Março de 1998, de Coimbra.

Manuel António Palrilha Gáseo, bilhete de identidade n.º 8029024, de 11 de Abril de 1995, de Coimbra.

Fausto Bicho de Jesus, bilhete de identidade n.º 1608655, de 9 de Julho de 1991, de Lisboa.

Urbano Cardoso dos Santos, bilhete de identidade n.º 4244594, de 20 de Maio de 1999, de Coimbra.

Joaquim Martins Serrano, bilhete de identidade n.º 2412512, de 25 de Fevereiro de 2000, de Coimbra.

Suplentes:

Amílcar de Oliveira Ferreira do Quintal, bilhete de identidade n.º 4254694, de 26 de Maio de 1997, de Leiria.
Raul Alves Bica, bilhete de identidade n.º 4558885, de 26 de Maio de 1996, de Caldas da Rainha.
Victor Manuel da Silva, bilhete de identidade n.º 3942119, de 31 de Dezembro de 1997, de Viseu.
Joaquim Manuel Abrantes Pinheiro, bilhete de identidade n.º 7892841, de 14 de Março de 2000, da Guarda.
Adérito Manuel Gonçalves Dias, bilhete de identidade n.º 6635327, de 10 de Outubro de 1997, de Coimbra.
Francisco Manuel B. Fernandes Prior, bilhete de identidade n.º 2519249, de 21 de Janeiro de 1993, de Castelo Branco.

Conselho fiscal

Efectivos:

Alpírio de Oliveira Ferreira Dias, bilhete de identidade n.º 2527190, de 28 de Dezembro de 1994, de Coimbra.
Tomás Baiana Rebelo, bilhete de identidade n.º 6539943, de 10 de Abril de 1997, de Lisboa.
Armando do Carmo Ferreira, bilhete de identidade n.º 2530709, de 10 de Janeiro de 1996, de Castelo Branco.

Suplentes:

Fernando João Alves Saraiva, bilhete de identidade n.º 7796333, de 27 de Novembro de 1998, de Viseu.
Elísio Lopes da Cruz, bilhete de identidade n.º 7632412, de 24 de Março de 1998, de Leiria.
Mário da Costa Rafael, bilhete de identidade n.º 0635453, de 15 de Abril de 1991, de Lisboa.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 2 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo.º 20 do Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril, sob o n.º 15/2001, a fl. 50 do livro n.º 1.

Sind. Independente dos Correios de Portugal — SINCOR — Eleição em 5 de Janeiro de 2001 para o mandato de dois anos.

Direcção

Efectivos:

Hugo António Pires Sabino, Rua dos Bombeiros Voluntários, lote 8, 3.º, esquerdo, 2560-320 Torres Vedras; bilhete de identidade n.º 6957008.
Manuel António Fernandes dos Santos, Rua da Batraia, 168, 4000-104 Porto; bilhete de identidade n.º 2871706.
Rui Caetano Pereira da Silva, Rua de Baptista Pereira, lote 7, rés-do-chão, 2625-607 Granja; bilhete de identidade n.º 7925823.
José Pires Antunes, Rua Circular Sul, lote A, 1.º, esquerdo, 1800-135 Lisboa; bilhete de identidade n.º 4419380.
Manuel Casimiro Antunes Pinto, Rua do Barão de Sabrosa, 253, cave direita, 1900-090 Lisboa; bilhete de identidade n.º 5427659.

Luís Alberto Gonçalves Portelinha, Travessa dos Lagares, 12, 1.º, direito, 1100-301 Lisboa; bilhete de identidade n.º 6504173.

Joaquim Brites Rodrigues, Quinta do Património, lote 47, 4, D, 2685 Sacavém; bilhete de identidade n.º 4330832.

Victor Manuel Pereira Ribeiro, Avenida do 1.º de Maio, lote 101, 1.º, 2695-303 Santa Iria de Azoia; bilhete de identidade n.º 6536438.

José Pedro Fonseca Garcia Barata, Rua de Norte Júnior, 243, 5.º, A, 1900 Lisboa; bilhete de identidade n.º 10316233.

Suplentes:

Manuel José Marques Grilo, Rua dos Ciprestes, 16, 2.º, direito, 2835-760 Santo António da Charneca; bilhete de identidade n.º 8838503.

Paulo Jorge Carvalho Branco, Rua de Afonso de Albuquerque, 44, 2.º, direito, 2830-176 Barreiro; bilhete de identidade n.º 10075319.

Nuno Miguel Pereira de Jesus, Rua de Luís Cristino da Silva, 202, rés-do-chão, esquerdo, 1900-744 Lisboa; bilhete de identidade n.º 10276061.

Victor Manuel Nunes Martins, Rua de Luís Cristino da Silva, lote 201, 3.º, direito, 1900-744 Lisboa; bilhete de identidade n.º 7700531.

Carlos Manuel Henriques Alves, Rua de D. Pedro IV, lote 301, 2695 Santa Iria de Azoia; bilhete de identidade n.º 7790838.

Manuel António Barradas Farinha, Rua de Aquilino Ribeiro, 3, cave direita, 2810 Laranjeiro; bilhete de identidade n.º 6012431.

Orlando José da Luz Moreira, Praceta de Júlio Dinis, lote 23, 4.º, esquerdo, 2745 Queluz; bilhete de identidade n.º 8357097.

Manuel Fernando Marques Pinto, Rua de Norte Júnior, lote 231, 6.º, D, 1900-767 Lisboa; bilhete de identidade n.º 5332962.

Nuno Miguel Costa Martins Cardoso, Rua da Liberdade, 54, 1.º, frente, 2625 Forte da Casa; bilhete de identidade n.º 10548597.

Bruno Miguel Robles de Sousa, Rua do Dr. José Saraiva, torre 8, 2.º, A, 1800 Lisboa; bilhete de identidade n.º 10548940.

Nuno Ricardo Estrica Ferreira, Avenida do Arsenal do Alfeite, 66, 2.º, E, 2810-025 Feijó; bilhete de identidade n.º 10587514.

José Gomes Gaspar, Praceta de João Anastácio Rosa, 4, 10.º, B, 2700 Amadora; bilhete de identidade n.º 4845713.

João Paulo Mourato Correia, Rua de Joaquim José Alfaiate, 28, 2.º, direito, 2835-014 Baixa da Banheira; bilhete de identidade n.º 10059568.

Carlos Alberto Guilhoto, Rua de 28 de Setembro, lote 76, 2825 Monte de Caparica; bilhete de identidade n.º 9612191.

António Manuel Ferrão Pedro, Quinta da Piedade, 2.ª fase, lote 68, 1.º, direito, 2625 Póvoa de Santa Iria; bilhete de identidade n.º 8245373.

Victor Manuel Martinho Rodrigues, Avenida do General Humberto Delgado, 11, 2.º, A, 2745 Queluz Ocidental; bilhete de identidade n.º 4459491.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 5 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril, sob o n.º 16/2001 a fl. 50 do livro n.º 1.

ASSOCIAÇÕES PATRONAIS

I — ESTATUTOS

Assoc. da Imprensa não Diária, que passa a denominar-se HIND — Associação Portuguesa de Imprensa — Alteração.

Alteração, deliberada em assembleia geral de 14 de Abril de 2001, aos estatutos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 3.^a série, n.º 4, de 28 de Fevereiro de 1987.

CAPÍTULO I

Natureza, duração e fins

Artigo 1.º

A Associação adopta a denominação de AIND — Associação Portuguesa de Imprensa, adiante designada abreviadamente por Associação, pessoa colectiva de direito privado dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que se regerá pelos presentes estatutos, por um regulamento interno a aprovar pela direcção e no omissis pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2.º

A Associação durará por tempo indeterminado e tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Gomes Freire, 183, 4.º, esquerdo, podendo a direcção criar delegações ou quaisquer formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente.

Artigo 3.º

1 — A Associação propõe-se prestar serviços aos associados, representá-los perante quaisquer entidades públicas ou privadas, no âmbito das suas atribuições e promover e defender os respectivos interesses, exercendo a sua acção em todo o território português, junto das comunidades portuguesas, em países de expressão oficial portuguesa, nos países da União Europeia e em quaisquer outros locais onde se possa concretizar a sua finalidade específica.

2 — São os seguintes os seus fins específicos:

- a) Assegurar a representação das empresas associadas e defender os interesses legítimos das mesmas;
- b) Favorecer o bom entendimento e a solidariedade entre os seus associados;
- c) Contribuir para a adequada valorização da imprensa em geral e, particularmente, da

imprensa regional, nomeadamente através de uma estreita articulação com as demais associações ou organismos do sector;

- d) Promover a elaboração e difusão de estudos relativos ao sector e a políticas de desenvolvimento para as empresas associadas, quaisquer que sejam as suas formas e dimensões;
- e) Colaborar com a Administração Pública na definição dos parâmetros orientadores da política nacional aplicável ao sector e, nomeadamente, em matéria de apoios e incentivos, de relações de trabalho, investigação, protecção do meio ambiente, crédito, investimento e comércio externo;
- f) Apoiar a reestruturação e modernização das empresas e promover a revisão do condicionamento legal em que as mesmas têm inserida a sua actividade, com vista a revitalizar a sua actuação e a evidenciar o largo contributo que compete à iniciativa privada numa acção de desenvolvimento do País;
- g) Promover a adopção de novas formas de associativismo, incluindo a federação ou a fusão de associações, se tal se revelar necessário e vantajoso para a organização, e afirmação e defesa dos interesses da imprensa em geral e da imprensa regional em particular;
- h) Prosseguir quaisquer outros fins que, sendo permitidos por lei, a Associação venha a considerar de interesse assegurar.

Artigo 4.º

O património da Associação é constituído:

- a) Pelo produto das quotas e das jóias dos associados;
- b) Pelas contribuições que receba a título de subsídios, eventuais ou permanentes, donativos, produtos de subscrições públicas ou a qualquer outro título, incluindo heranças ou legados;
- c) Pelas receitas que lhe advenham de qualquer actividade que venha a exercer no âmbito da realização do seu objecto;
- d) Pelos bens móveis, imóveis ou direitos que a Associação adquirir e pelos rendimentos desses bens;
- e) Por todos os demais bens que lhe advierem a título gratuito ou oneroso.

Artigo 5.º

1 — A Associação goza de autonomia financeira.

2 — Na prossecução dos seus fins, a Associação pode adquirir, permutar, alienar ou onerar, a qualquer título, bens móveis, imóveis ou direitos, quer para o exercício das suas actividades, quer para realizar a aplicação dos valores do seu património, podendo igualmente, para este último fim, adquirir quaisquer participações sociais.

3 — A Associação poderá contratar empréstimos e conceder garantias, no quadro da optimização da valorização do seu património e da concretização dos seus fins.

4 — A Associação poderá aceitar doações ou legados condicionais, desde que a condição não contrarie os seus fins.

CAPÍTULO III

Dos associados

Artigo 6.º

1 — Podem ser associados:

- a) As pessoas singulares ou colectivas que, com fim interessado ou lucrativo, sejam proprietárias de quaisquer publicações, incluindo as publicações virtuais, electrónicas ou digitais, independentemente da sua periodicidade, editadas no continente ou nas Regiões Autónomas;
- b) As pessoas singulares ou colectivas a quem seja atribuída a qualidade de membro honorário da Associação em virtude de relevantes serviços prestados à Associação ou por se terem distinguido na promoção e defesa dos legítimos interesses da imprensa em geral e da imprensa regional em particular;
- c) Todos aqueles que constituam uma categoria específica prevista no regulamento interno;

2 — Os associados serão representados perante a Associação pela pessoa que indicarem, habilitando-a com os necessários poderes mediante simples carta dirigida ao presidente da direcção.

3 — Compete à direcção proceder à admissão dos sócios, para o que poderá exigir aos interessados a comprovação dos requisitos legais e estatutários.

4 — Os associados que editarem mais de uma publicação poderão indicar como seu representante junto da Associação uma pessoa por cada publicação.

Artigo 7.º

São direitos dos associados:

- a) Tomar parte nas assembleias gerais;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos associativos ou designar um seu representante para ser eleito;
- c) Requerer a convocação da assembleia geral nos termos previstos no artigo 21.º, n.º 2;
- d) Apresentar as sugestões que julguem convenientes à realização dos fins estatutários;
- e) Frequentar a sede da Associação e utilizar todos os seus serviços nas condições que forem estabelecidas pela direcção;
- f) Usufruir de todos os demais benefícios ou regalias da associação.

Artigo 8.º

São deveres dos associados:

- a) Pagar as quotas fixadas anualmente pela assembleia geral;
- b) Observar os estatutos da Associação e cumprir as deliberações da assembleia geral;
- c) Comparecer às assembleias gerais e reuniões para que forem convocados;
- d) Prestar colaboração efectiva a todas as iniciativas que concorram para o prestígio e desenvolvimento da Associação.

Artigo 9.º

1 — Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que expressem essa vontade, mediante carta nesse sentido enviada à direcção;
- b) Por morte, interdição, inabilitação, insolvência ou falência do associado em causa;
- c) Por prática de actos graves contrários aos fins prosseguidos pela Associação ou ofensivos do seu bom nome;
- d) Os que, tendo em débito mais de seis meses de quotas, não liquidarem tal débito dentro do prazo que, por carta registada, lhes for comunicado.

2 — No caso referido na alínea c) do número anterior a exclusão compete à assembleia geral, sob proposta da direcção.

No caso da alínea d), a exclusão compete à direcção, que poderá igualmente decidir a readmissão, uma vez liquidado o débito.

3 — O associado excluído perde o direito ao património social.

CAPÍTULO IV

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 10.º

São órgãos da Associação:

- 1) A assembleia geral;
- 2) A direcção;
- 3) O conselho fiscal;
- 4) O conselho consultivo.

Artigo 11.º

1 — Os membros da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal serão eleitos para um mandato de três anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

2 — A eleição será feita por escrutínio secreto e em listas separadas para cada órgão.

3 — Os membros dos corpos sociais serão eleitos pela maioria absoluta de votos presentes e representados na assembleia geral que proceder à eleição.

Artigo 12.º

Nenhum associado poderá ser, simultaneamente, membro da direcção e do conselho fiscal ou de algum destes órgãos directivos e da mesa da assembleia geral.

Artigo 13.º

Os cargos directivos serão exercidos gratuitamente.

Artigo 14.º

Não poderá haver ou estar representado na direcção mais de um membro que não seja nacional de países da União Europeia.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 15.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno uso dos seus direitos e será dirigida por uma mesa composta por um presidente e dois secretários, havendo, respectivamente, três substitutos.

2 — Os associados que sejam proprietários de mais de uma publicação podem estar representados na assembleia geral pelo seu ou seus representantes junto da Associação, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º Cada um desses representantes terá direito a voto e a intervir na assembleia geral em termos semelhantes aos dos associados.

3 — Incumbe ao presidente convocar as assembleias e dirigir os respectivos trabalhos.

4 — Cabe ao secretário auxiliar o presidente e promover a pronta elaboração e difusão das minutas e das actas respectivas.

5 — Os associados que não tenham as suas quotas em dia não poderão intervir nas assembleias gerais nem exercer o direito de voto conferido pelo artigo 7.º

Artigo 16.º

Em assembleia geral cada associado, através do seu ou dos seus representantes, terá tantos votos quantas as publicações de que for proprietário inscritas na Associação, até ao máximo de 10.

Artigo 17.º

1 — Os associados podem fazer-se representar nas assembleias gerais por outros associados a quem para o efeito outorguem poderes em carta dirigida ao presidente da assembleia geral.

2 — A designação por parte do associado de um seu representante para ser eleito para os cargos associativos toma carácter irrevogável logo após a respectiva eleição.

Artigo 18.º

Não é admitida a representação para a eleição dos órgãos directivos, mas os sócios não domiciliados no concelho da sede da Associação poderão votar por correspondência, por meios electrónicos ou por outros meios desde que previstos no regulamento interno e nos termos e condições dele constantes.

Artigo 19.º

Nenhum associado será admitido a votar, por si ou em representação de outro, em assunto que lhe diga particularmente respeito ou em matéria em que esteja em conflito de interesses com a Associação, nomeadamente quando se trate de deliberar a perda da qualidade de sócio.

Artigo 20.º

Compete à assembleia geral:

- a) Eleger a respectiva mesa, bem como a direcção e o conselho fiscal;
- b) Fixar, sob proposta da direcção, as quotas a pagar pelos associados;
- c) Apreçar os relatórios e contas da direcção, bem como quaisquer outros actos, trabalhos e propostas que lhe sejam submetidos;
- d) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e demais assuntos que legalmente lhe estejam afectos;
- e) Deliberar sobre quaisquer novas formas de associativismo, incluindo a federação ou fusão com outras associações do sector;
- f) A atribuição da qualidade de associado honorário;
- g) Resolver os casos omissos nos estatutos, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 21.º

1 — A assembleia geral reunirá ordinariamente até 31 de Março de cada ano para apreciar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal relativo à gerência do ano findo e para proceder, quando tal deva ter lugar, à eleição a que se refere a alínea a) do artigo anterior.

2 — Extraordinariamente, a assembleia reunirá por iniciativa do presidente ou sempre que a direcção ou o conselho fiscal o julguem necessário ou mediante pedido fundamentado e subscrito por um grupo de sócios não inferior a 5 % dos associados.

3 — Quando convocada a pedido dos associados, a assembleia só poderá funcionar estando presente ou representada a maioria dos que subscreveram o pedido.

Artigo 22.º

1 — A convocação de qualquer assembleia geral deverá ser feita por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados com a antecedência mínima de oito dias, no qual se indicará o dia, a hora e o local de reunião e a respectiva ordem do dia.

2 — Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se a maioria dos associados estiver presente e concordar com o aditamento.

Artigo 23.º

1 — A assembleia geral só poderá funcionar em primeira convocatória desde que esteja presente ou representada a maioria de votos dos associados.

2 — Não se verificando o condicionalismo previsto no número anterior, poderá a assembleia funcionar com qualquer número de associados, em segunda convocação, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira.

Artigo 24.º

1 — As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos sócios presentes ou representados.

2 — As deliberações sobre a alteração dos estatutos exigem, porém, deliberação tomada pela maioria de votos dos sócios, em primeira convocatória, e, em segunda convocatória, pela maioria de três quartos de votos dos sócios presentes, qualquer que seja o número.

Artigo 25.º

1 — A votação poderá ser por levantados e sentados, nominal ou por escrutínio secreto, conforme decisão do presidente da assembleia.

2 — A eleição dos órgãos directivos será sempre por escrutínio secreto.

3 — Quando haja de proceder-se a escrutínio secreto, a assembleia geral designará previamente três associados para procederem às operações e fazerem o apuramento de resultado.

4 — Dois dos associados assim designados servirão de escrutinadores e o outro presidirá.

SECÇÃO III

Da direcção

Artigo 26.º

1 — A direcção é o órgão de administração da Associação, tendo, para esse efeito, os mais latos poderes de representação e de gestão e é composta por nove membros, sendo um presidente, dois vice-presidentes, um secretário, um tesoureiro e quatro vogais.

2 — Os membros da direcção são eleitos em assembleia geral para mandatos de três anos, competindo ao respectivo presidente a livre distribuição dos cargos e pelouros dos demais membros.

3 — No seu impedimento, sendo temporário, o presidente será substituído pelos vice-presidentes e estes pelo secretário ou tesoureiro, devendo ser eleito um suplente para cada cargo, salvo para o de presidente, para prover à respectiva vacatura.

Artigo 27.º

Compete, nomeadamente, à direcção:

- 1) Zelar pela realização do objecto da Associação, designadamente aprovando para esse fim planos de actividades anuais e plurianuais;
- 2) Elaborar e submeter anualmente à aprovação da assembleia geral o seu relatório de actividades, e o balanço e contas de exercício relativos ao ano civil anterior, acompanhados do parecer do conselho fiscal;
- 3) Elaborar o regulamento interno da Associação;
- 4) Administrar e dispor do património da Associação, praticando todos os actos necessários a esse objectivo e tendo os mais amplos poderes para o efeito;
- 5) Constituir mandatários ou delegar em quaisquer dos seus membros ou em pessoas estranhas à direcção a representação desta e o exercício de

- algum ou alguns dos seus poderes, devendo as procurações e os títulos de delegação especificar os poderes conferidos ou delegados e os condicionamentos a que fica sujeito o seu exercício;
- 6) Criar na sua dependência os órgãos e serviços, permanentes ou não, que julgue necessários, preencher os respectivos cargos e, em geral, contratar trabalhadores, fixar remunerações e exercer o respectivo poder disciplinar;
- 7) Criar quaisquer pessoas colectivas ou fundos financeiros que se mostrem necessários ou convenientes à boa e mais económica gestão do património da Associação e transferir para os mesmos o domínio, posse ou administração de quaisquer bens que sejam parte do referido património, bem como deliberar a aquisição de quaisquer participações sociais, salvas as restrições legais;
- 8) Recorrer à subscrição pública para angariação de fundos destinados à prossecução do seu objecto;
- 9) Praticar tudo o que for julgado conveniente à realização dos fins da Associação e à defesa do respectivo sector da indústria;
- 10) Propor à assembleia geral o montante das quotas a pagar pelos sócios.

Artigo 28.º

Compete ao presidente da direcção:

- a) Representar a Associação em juízo e fora dele, activa e passivamente, e em todas as manifestações externas, podendo delegar tais poderes noutro membro da direcção;
- b) Superintender em todos os actos sociais;
- c) Convocar e presidir às reuniões da direcção, estabelecendo a respectiva agenda;
- d) Convocar a assembleia geral, fixando-lhe, nesses casos, a ordem de trabalhos respectiva;
- e) Convocar o conselho consultivo.

Artigo 29.º

1 — A direcção reunirá sempre que julgue necessário e for convocada pelo presidente e funcionará logo que esteja presente a maioria dos seus membros.

2 — As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de desempate.

3 — O membro da direcção que, no exercício do seu mandato e injustificadamente, faltar a três reuniões consecutivas da direcção ou a cinco interpoladas perde imediatamente o seu mandato se assim for deliberado pelos demais membros da associação.

Artigo 30.º

Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da direcção, devendo uma destas assinaturas ser a do presidente ou a do tesoureiro, sempre que se trate de documentos respeitantes a numerário e contas.

SECÇÃO IV

Do conselho fiscal

Artigo 31.º

O conselho fiscal é constituído por três membros e um suplente eleitos pela assembleia geral.

Artigo 32.º

Na sua primeira reunião, os membros do conselho fiscal elegerão um presidente, que terá voto de qualidade.

Artigo 33.º

Compete ao conselho fiscal:

- a) Examinar, sempre que o entenda conveniente, a escrituração da Associação e os serviços de tesouraria;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais da direcção e sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pela assembleia geral ou pela direcção;
- c) Velar pelo cumprimento das disposições estatutárias.

Artigo 34.º

O conselho fiscal reunirá sempre que o julgue necessário e nos mais termos e condições previstos no artigo 33.º

SECÇÃO V

Do conselho consultivo

Artigo 35.º

O conselho consultivo é um órgão facultativo de consulta constituído por um número ilimitado de pessoas ou entidades que, em virtude da importância de liberalidades feitas à Associação, de serviços relevantes prestados ou a prestar ou da actuação destacada em áreas que importem a realização dos seus fins estatutários, a assembleia geral considere justificado distinguir e ouvir.

Artigo 36.º

Compete, nomeadamente, ao conselho consultivo:

- 1) Apresentar sugestões e recomendações quanto ao melhor cumprimento dos fins da Associação;
- 2) Emitir pareceres sobre as actividades e projectos da Associação;
- 3) Pronunciar-se sobre as grandes questões de política de imprensa ou sobre questões específicas que lhe sejam submetidas pela assembleia geral, pela direcção ou pelo presidente desta última.

Artigo 37.º

1 — O conselho consultivo reunirá sempre que convocado pela assembleia geral ou pelo presidente da direcção e as suas deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos expressos.

2 — Os membros do conselho consultivo elegerão de entre si um presidente, que terá voto de qualidade.

CAPÍTULO V

Dissolução e liquidação

Artigo 38.º

A dissolução da associação será determinada de harmonia com o disposto nas disposições legais em vigor, designadamente o artigo 182.º do Código Civil.

A Associação dissolve-se por deliberação da assembleia geral que envolva um voto favorável da maioria dos associados, em primeira convocatória, e, em segunda convocatória, da maioria de três quartos dos sócios presentes, qualquer que seja o seu número.

O património será partilhado entre os associados em pleno gozo dos seus direitos, na proporção das suas contribuições, definidas em balanço especialmente efectuado para o efeito.

CAPÍTULO VI

Disposição transitória

Artigo 39.º

Até à aprovação do regulamento interno previsto nos artigos 1.º e 27.º, n.º 3, destes estatutos continuará a vigorar o regime eleitoral previsto na versão anterior dos estatutos, designadamente em matéria de voto por correspondência, previsto no antigo artigo 15.º

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 1 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 215-C/75, de 30 de Abril, sob o n.º 8, a fl. 43 do livro n.º 1.

Confederação das Organizações Representativas da Pesca Artesanal — Associações e Organizações de Produtores — Alteração.

Alteração, aprovada em assembleia geral de 5 de Dezembro de 2000, aos estatutos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 2000.

Artigo 1.º

.....

2 — A CORPA tem âmbito em todo o território nacional português e a sua sede em Sesimbra, podendo esta ser transferida para qualquer outra localidade, mediante deliberação da assembleia geral.

Artigo 28.º

A alteração dos estatutos só pode ser feita em assembleia geral expressamente convocada para o efeito e necessita de voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de associados com pleno direito.

Artigo 29.º

1 — A CORPA somente poderá ser dissolvida mediante o voto favorável de três quartos do número de associados com pleno direito, em reunião da assembleia geral expressamente convocada para o efeito.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 2 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 215-C/75, de 30 de Abril, sob o n.º 9/2001, a fl. 43 do livro n.º 1.

II — CORPOS GERENTES

...

COMISSÕES DE TRABALHADORES

I — ESTATUTOS

Comissão de Trabalhadores da Colgate-Palmolive, S. A. — Alteração

Alteração aos estatutos aprovados em 15 de Maio de 2000.

Artigo 1.º

Denominação

A Comissão de Trabalhadores da Colgate é a que representa todos os trabalhadores permanentes da empresa, independentemente da sua profissão, função ou categoria profissional.

Artigo 2.º

Âmbito

A Comissão de Trabalhadores exerce a sua actividade em todos os estabelecimentos ou departamentos da empresa e tem a sua fábrica no Sobralinho, Alverca do Ribatejo.

Artigo 3.º

Objectivos

A Comissão de Trabalhadores tem por objectivos:

- 1) Exercer todos os direitos consignados na Constituição e na lei, nomeadamente:
 - a) O controlo de gestão;
 - b) O direito à informação necessária à sua actividade sobre todas as matérias que legalmente lhe são reconhecidas;
 - c) A participação na elaboração da legislação do trabalho nos termos da lei aplicável;
 - d) A intervenção activa na reorganização das actividades produtivas da empresa e

na reestruturação de serviços, sempre que essa reorganização e reestruturação tenha lugar;

- e) A participação na elaboração dos planos económico-sociais que contemplem o sector dos detergentes ou região Plano, bem como a participação nos respectivos órgãos de planificação sectoriais e regionais, directamente ou através de uma eventual comissão coordenadora;
- 2) Promover a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e contribuir para a sua unidade, designadamente:
 - a) Desenvolvendo um trabalho permanente de organização de classe no sentido de concretizar as justas reivindicações dos trabalhadores, expressas democraticamente pela vontade colectiva;
 - b) Promovendo a formação sócio-profissional dos trabalhadores, contribuindo para uma melhor consciencialização face aos seus direitos e deveres;
 - c) Exigindo da entidade patronal o escrupuloso cumprimento de toda a legislação respeitante aos trabalhadores e à empresa;
- 3) Estabelecer formas de cooperação com as comissões de trabalhadores do sector e da região Plano no sentido da criação de uma comissão coordenadora, visando o estabelecimento de estratégias comuns face aos problemas e interesses da classe trabalhadora;
- 4) Cooperar e manter relações de solidariedade com os representantes sindicais da empresa de forma a articular as competências e atribuições das estruturas dos trabalhadores, sem prejuízo da mútua autonomia e independência.

Artigo 4.º

Composição

A Comissão de Trabalhadores é composta nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 46/79, de 12 Setembro.

Artigo 5.º

Mandato

O mandato da Comissão de Trabalhadores é de três anos.

Artigo 6.º

Sistema eleitoral

A Comissão de Trabalhadores é eleita, de entre as listas apresentadas, pelos trabalhadores permanentes da empresa, por sufrágio directo, universal e secreto e segundo o método da média mais alta de Hondt.

Artigo 7.º

Apresentação das candidaturas

1 — As listas candidatas são apresentadas à Comissão de Trabalhadores até ao 20.º dia anterior à data do acto eleitoral e subscritas por 10% dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — As listas são acompanhadas por declaração individual ou colectiva de aceitação da candidatura por parte dos seus membros.

3 — Nenhum eleitor pode subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.

4 — As listas integrarão membros efectivos e suplentes, não podendo o número destes ser inferior a dois ou superior a cinco.

5 — Os candidatos são identificados através de:

- a) Nome completo;
- b) Categoria profissional;
- c) Local de trabalho.

6 — Com vista ao suprimento de eventuais irregularidades, as listas e respectivas documentações serão devolvidas ao primeiro subscritor, dispondo este de um prazo de quarenta e oito horas para sanar as irregularidades havidas.

7 — Findo o prazo estabelecido no número anterior, a comissão eleitoral decidirá nas vinte e quatro horas subsequentes pela aceitação ou rejeição definitiva das candidaturas.

Artigo 8.º

Do acto eleitoral e horário de votação

1 — As eleições para a Comissão de Trabalhadores realizam-se entre os dias 1 e 31 de Junho do ano em que termina o respectivo mandato.

2 — A convocatória do acto eleitoral é feita com a antecedência mínima de 30 dias sobre a data das eleições, dela constando o dia, local ou locais, horário e objecto, dela sendo remetida, simultaneamente, cópia para o órgão de gestão da empresa.

3 — A votação é efectuada no local de trabalho com o seguinte horário:

- a) Início às 7 horas e 30 minutos;
- b) Fecho às 19 horas e 30 minutos.

4 — A cada mesa de voto não poderão corresponder mais de 500 eleitores, havendo sempre uma mesa de voto em cada local com um mínimo de 10 trabalhadores.

Artigo 9.º

Comissão eleitoral

1 — A comissão eleitoral é constituída por dois elementos da Comissão de Trabalhadores, um dos quais é presidente, e por um delegado de cada uma das listas candidatas.

2 — Os delegados são designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas (listas).

3 — Em caso de paridade, o presidente da comissão eleitoral tem voto de qualidade.

Artigo 10.º

Constituição das mesas de voto

1 — As mesas de voto são constituídas por um presidente e dois vogais designados pela comissão eleitoral.

2 — Cada lista candidata pode designar um representante, como delegado de lista, para acompanhar a respectiva mesa nas diversas operações do acto eleitoral.

3 — Em cada mesa de voto haverá um caderno eleitoral no qual se procede à descarga dos eleitores, à medida que estes vão votando depois de devidamente identificados.

4 — O caderno eleitoral e a acta serão rubricados e assinados pelos membros da mesa, após o que serão remetidos à comissão eleitoral.

Artigo 11.º

Listas

1 — As listas de voto são editadas pela comissão eleitoral, delas constando a letra e a sigla adoptada por cada lista candidata.

2 — A letra de cada lista corresponderá à ordem da sua apresentação e a sigla não poderá exceder cinco palavras.

3 — A mesma lista de voto conterá todas as listas candidatas, terá forma rectangular, com as dimensões de 15 cm×10 cm, e será em papel liso, sem marca, não transparente sem sinais exteriores

Artigo 12.º

Voto por procuração

Não é permitido o voto por procuração nem por correspondência.

Artigo 13.º

Apuramento geral

O apuramento geral do acto eleitoral é feito pela comissão eleitoral, constituída para o efeito, segundo o artigo 9.º

Artigo 14.º

Competência da comissão eleitoral

Compete à comissão eleitoral:

- a) Dirigir todo o processo das eleições;
- b) Proceder ao apuramento dos resultados eleitorais, afixar a data das eleições, bem como o envio de toda a documentação às entidades competentes, de acordo com a lei;
- c) Verificar em definitivo a regularidade das candidaturas;
- d) Apreciar e julgar as reclamações;
- e) Assegurar iguais oportunidades a todas as listas candidatas;
- f) Assegurar igual acesso ao aparelho técnico e material necessário para o desenvolvimento do processo eleitoral;
- g) Conferir a posse aos membros da Comissão de Trabalhadores eleita.

Artigo 15.º

Entrada em exercício

1 — A Comissão de Trabalhadores entra em exercício no 5.º dia posterior à fixação da acta de apuramento geral da respectiva eleição.

2 — Na sua primeira reunião, a Comissão elege um secretário-coordenador e um suplente, o qual tem voto de qualidade em caso de empate nas votações efectuadas.

3 — O secretariado permanente da Comissão de Trabalhadores será constituído pelo secretário-coordenador.

4 — Nos casos necessários, avança para o secretariado o secretário-coordenador.

Artigo 16.º

Acta de eleição

1 — Os elementos de identificação da Comissão de Trabalhadores eleitos, bem como a acta do apuramento geral, serão patenteados durante 15 dias a partir do conhecimento da referida acta no local ou locais destinados à afixação de documentos referentes à Comissão de Trabalhadores.

2 — A afixação dos documentos referidos no número anterior não pode ultrapassar o 3.º dia posterior à data das eleições.

3 — A cópia de toda a documentação referida no n.º 1 será remetida, nos prazos e para os efeitos legais, aos ministérios da tutela e do Trabalho e ao órgão de gestão da empresa.

Artigo 17.º

Destituição da Comissão de Trabalhadores

1 — A Comissão de Trabalhadores pode ser destituída em qualquer altura, por deliberação dos trabalhadores.

2 — Para a destituição será necessário recorrer-se a votação.

3 — A votação será convocada pela Comissão de Trabalhadores a requerimento de 10% dos trabalhadores permanentes.

4 — A proposta de destituição será fundamentada pelos seus requeredores.

5 — A destituição só se verifica caso a votação seja igual a 50% + 1 do número de trabalhadores permanentes da empresa à data da votação.

6 — No restante, aplicam-se à deliberação, com as necessárias adaptações, as regras referentes à eleição da Comissão de Trabalhadores.

7 — Após a destituição, a Comissão de Trabalhadores é obrigada a convocar o acto eleitoral no prazo máximo de 30 dias.

Artigo 18.º

Renúncia do mandato

1 — A todo o tempo, qualquer membro da Comissão poderá renunciar ao mandato ou demitir-se por escrito ao secretário-coordenador.

2 — Nos casos referidos no número anterior, o trabalhador será substituído pelo 1.º candidato não eleito da respectiva lista.

3 — Na ocorrência prevista neste artigo será dado cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 15.º

Artigo 19.º

Direito de eleger e ser elegível

Qualquer trabalhador permanente da empresa tem o direito de eleger e ser elegível, independentemente da sua idade, categoria profissional, função ou sexo.

Artigo 20.º

Reuniões da Comissão de Trabalhadores

1 — A Comissão reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo secretário-coordenador ou por dois terços dos seus membros e por maioria dos votos.

2 — Das reuniões será lavrada acta em livro próprio, da qual será extraída uma síntese das deliberações tomadas, a qual será afixada em local próprio, para conhecimento dos trabalhadores.

3 — A Comissão elaborará um regime interno, pelo qual se regulará nas suas reuniões, sendo aplicados, nos casos omissos, os presentes estatutos.

Artigo 21.º

Deveres da Comissão de Trabalhadores

No exercício das suas atribuições e direitos tem a Comissão de Trabalhadores os seguintes deveres fundamentais:

- a) Realizar uma actividade permanente e dedicada de organização de classe, de mobilização dos trabalhadores e do reforço da sua unidade;
- b) Garantir e desenvolver a participação activa e democrática dos trabalhadores no funcionamento, direcção e controlo de toda a actividade do colectivo dos trabalhadores e dos seus órgãos, assegurando a democraticidade interna a todos os níveis;
- c) Promover o esclarecimento e a formação cultural, técnica, social e profissional dos trabalhadores, de modo a permitir o desenvolvimento da sua consciência enquanto produtores e a reforçar o seu empenhamento responsável na defesa dos seus direitos e interesses;
- d) Exigir da entidade patronal, do órgão de gestão da empresa e de todas as entidades públicas competentes o cumprimento e aplicação das normas constitucionais e legais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
- e) Estabelecer laços de solidariedade e cooperação com as outras comissões de trabalhadores e comissões coordenadoras;
- f) Cooperar com a organização sindical dos trabalhadores da empresa na prossecução dos objectivos comuns na base do reconhecimento e independência recíproca;
- g) Assumir as responsabilidades inerentes à criação de uma sociedade mais justa e próspera, dentro das limitações existentes.

Artigo 22.º

Direito à informação

1 — Nos termos da lei e da Constituição da República, a Comissão de Trabalhadores tem direito a que lhe sejam fornecidas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade.

2 — O dever de informação que recai sobre a entidade patronal ou órgão de gestão da empresa abrange designadamente as seguintes matérias:

- a) Planos gerais de actividades e orçamentos;
- b) Regulamentos internos;
- c) Organização da produção e suas implicações no grau de utilização de mão-de-obra e do equipamento;
- d) Situação de aprovisionamento;
- e) Previsão, volume e administração de vendas;
- f) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, montante da massa salarial e sua distribuição, regalias sociais, mínimos de produtividade e graus de absentismo;
- g) Situação contabilística da empresa, compreendendo o balanço, conta de resultados e mapas trimestrais;
- h) Modalidades de financiamento;
- i) Encargos fiscais e para-fiscais;
- j) Projectos de alteração do objecto e do capital social da empresa e da reconversão de actividade produtiva da empresa.

Artigo 23.º

Reuniões gerais de trabalhadores

1 — As reuniões gerais de trabalhadores, realizadas dentro ou fora do período normal de trabalho, são convocadas pela Comissão de Trabalhadores, por sua iniciativa ou requerimento de 30% dos trabalhadores permanentes da empresa.

2 — A convocatória conterá sempre o dia, hora, local e ordem de trabalhos da reunião, sendo feita com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

3 — Quando a iniciativa da reunião não seja da Comissão, esta convocá-la-á no prazo máximo de 10 dias após a recepção do respectivo requerimento.

4 — Só serão válidas as deliberações que tenham participação da maioria absoluta dos trabalhadores permanentes da empresa, com ressalva no que respeita à eleição e destituição da Comissão de Trabalhadores e de outras matérias expressamente contempladas nestes estatutos e na lei geral.

5 — A votação será sempre secreta desde que requerida por um mínimo de 10 trabalhadores.

6 — As reuniões previstas neste artigo são dirigidas pela Comissão de Trabalhadores.

Artigo 24.º

Relatório e contas

1 — Entre 1 e 15 de Outubro de cada ano, a Comissão de Trabalhadores apresentará o relatório e as contas relativos ao período, em reunião de trabalhadores.

2 — A requerimento de 10% dos trabalhadores permanentes presentes, o relatório e contas serão votados de acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º e nos artigos 9.º, 10.º e 11.º dos presentes estatutos.

3 — Mensalmente, a Comissão de Trabalhadores publicará um balancete das suas contas.

4 — O relatório será distribuído a todos os trabalhadores com a antecedência mínima de 10 dias sobre a data da reunião prevista no n.º 1 deste artigo.

Artigo 25.º

Alteração dos estatutos

1 — A iniciativa de alteração dos presentes estatutos, no todo ou em parte, pertence à Comissão de Trabalhadores ou a 10% dos trabalhadores permanentes na empresa.

2 — A votação é feita por voto secreto e directo.

3 — Os resultados serão obtidos por maioria.

4 — O projecto ou projectos de alteração serão distribuídos pela Comissão de Trabalhadores segundo os mecanismos habituais com a antecedência mínima de 15 dias sobre a data da sua votação.

Artigo 26.º

Subcomissões

As subcomissões existentes ou a constituir elaborarão estatutos próprios em conformidade com os presentes estatutos e com a lei geral.

Artigo 27.º

Casos omissos

Aos casos omissos nos presentes estatutos aplicar-se-á o disposto na lei geral, a qual figura em anexo, constituindo parte integrante destes estatutos, nomeadamente no que respeita à eleição e composição das sub-

comissões de trabalhadores existentes ou a constituir e à adesão e revogação a qualquer comissão coordenadora.

Artigo 28.º

Disposições gerais

Os presentes estatutos não podem ser revistos antes de decorrido um ano sobre a data da sua aplicação.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 29 de Janeiro de 2001, ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, sob o n.º 16/2001, a fl. 29 do livro n.º 1.

II — IDENTIFICAÇÃO

Comissão de Trabalhadores da Colgate — Palmolive, S. A. Eleição em 15 de Junho de 2000 para o mandato de três anos

Número de ordem	Nome	Categoria profissional	Local de trabalho	Número do bilhete de identidade	Arquivo de Identificação
	Efectivos:				
1	António José Ferreira Loureiro	Especialista	Arm. recepção	3261810	Lisboa.
2	José Gomes Miranda	Especialista	Dep. técnico	5450278	Lisboa.
3	Carlos Alberto A. Rente Ferreira	Chefia III	F. plásticos	7584557	Lisboa.
4	António Luís Macide Janeiro	Especialista	F. plásticos	2117816	Lisboa.
5	Domingos Rosa Mendes	Chefia III	F. plásticos	188559	Lisboa.
	Suplentes:				
6	Manuel Dias da Silva	Especialista	Arm. distribuição	3518243	Lisboa.
7	Maria de Fátima Fernandes Gomes	Especialista	Operações	3833489	Lisboa.
8	Violante Lopes da Silva	Especialista	Operações	16017795	Lisboa.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 29 de Janeiro de 2001, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, sob o n.º 15/2001, a fl. 29 do livro n.º 1.

Comissão de Trabalhadores da Valdemar dos Santos, L.ª — Eleição em 10 de Outubro de 2000 para o mandato de dois anos.

Jorge Manuel Sousa Moreira, bilhete de identidade n.º 6561063, emitido em 27 de Maio de 1991 pelo Arquivo de Lisboa.

António de Oliveira Rocha, bilhete de identidade n.º 5963541, emitido em 30 de Dezembro de 1999 pelo Arquivo de Lisboa.

Manuel das Neves Castro, bilhete de identidade n.º 3838021, emitido em 15 de Janeiro de 1991 pelo Arquivo de Lisboa.

Joaquim Moreira Dias, bilhete de identidade n.º 8728333, emitido em 5 de Novembro de 1998 pelo Arquivo de Lisboa.

António Alberto Brandão Ribeiro, bilhete de identidade n.º 7761936, emitido em 21 de Outubro de 1997 pelo Arquivo de Lisboa.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 31 de Janeiro de 2001, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, sob o n.º 17/2001, a fl. 29 do livro n.º 1.

Comissão de Trabalhadores da Sociedade Investimentos e Imobiliários, S. A. (Hotel Ritz) — Eleição em 8 e 9 de Novembro de 2000 para o mandato de três anos.

Efectivos:

Alfredo Ricardo Varelas Soares, telefonista, bilhete de identidade n.º 6204507.

António Seixas Queridinho, electricista, bilhete de identidade n.º 2755882.

José Alberto Bernardo Oliveira, dispenseiro, bilhete de identidade n.º 6026141.

José Jesus Tomé, empregado de mesa de 1.ª, bilhete de identidade n.º 3138523.

Mário Fernando Bernardo Oliveira, escriturário, bilhete de identidade n.º 5333047.

Suplentes:

Luís Pereira Santos, empregado de mesa de 1.ª, bilhete de identidade n.º 3051746.

Sónia Alexandra Costa Martins, empregada de andares, bilhete de identidade n.º 11544556.

Registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade em 2 de Fevereiro de 2001, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro, sob o n.º 18/2001, a fl. 29 do livro n.º 1.

Subcomissão de Trabalhadores dos CTT — Correios de Portugal — Eleição em 29 de Setembro de 2000 para o mandato de três anos.

Lisboa — Rua da Palma, 238

Nome	Bilhete de identidade	Número mecanográfico	Grupo profissional	Local de trabalho
Cesário Monteiro Sanches	7779426, Lisboa, 15-10-99	565091	CRT	CDP 1100
Vítor Manuel Matias Simões	7451677, Lisboa, 16-9-99	921637	CRT	CDP 1100
João Bernardo G. Henriques	10101530, Lisboa, 4-3-98	917419	CRT	CDP 1150

Comissão e Subcomissões de Trabalhadores dos CTT eleitas em 24 de Maio de 1999 para o triénio de 1999-2002 — Substituições.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 1999, foram publicadas a Comissão e Subcomissões de Trabalhadores dos CTT.

Em 23 de Outubro de 2000 ocorreram alterações na composição da Subcomissão de Trabalhadores dos CTT de Sacavém, substituídos a partir dessa data.

Assim, a p. 1890 do *Boletim* n.º 26, atrás referido, desde 23 de Outubro de 2000 foram efectuadas as seguintes substituições:

Guilherme Pereira Neves — substituído por António Jorge Pulga Correia Frade, carteiro, bilhete de identidade n.º 7779744, empregado n.º 914215.

Paulo Sérgio Neves Barata — substituído por Jorge Alexandre da Silva Leitão Ferreira, carteiro, bilhete de identidade n.º 6798369, empregado n.º 2412197.

Comissão e Subcomissão de Trabalhadores da Portugal Telecom — Substituição

Na Comissão de Trabalhadores, eleita em 29 de Maio de 2000 para o triénio de 2000-2003, Celso Prior Gonçalves foi substituído por Carlos Alberto Fernandes Correia, empregado n.º 830194, com a categoria profissional de TDP, portador do bilhete de identidade n.º 2857295, de 9 de Julho de 1996, de Vila Real.

Na Subcomissão de Trabalhadores n.º 7 — Tenente Valadim, eleita na mesma data e para o mesmo mandato, Maria Luísa Libânio foi substituída por Álvaro Rodrigues Barbosa Tavares, empregado n.º 570737, com a categoria profissional de TSL, portador do bilhete de identidade n.º 714962, de 11 de Março de 1991.